



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1330/05	DATA: 1/9/2005
INÍCIO: 11h05min	TÉRMINO: 15h59min	DURAÇÃO: 04h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h54min	PÁGINAS: 136	QUARTOS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Chefe do Serviço Nacional de Armas (SENARM);
CLOVIS RIBEIRO – Presidiário;
NICOLAU AUN JUNIOR – Presidiário.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 38^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 37^a reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A solicitação do ilustre Deputado Francisco Appio foi atendida por esta Presidência. Fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Neste momento, assume a Presidência dos trabalhos o ilustre Deputado Neucimar Fraga, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cumprimento o nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta, e demais Parlamentares presentes.

Vamos seguir a Ordem do Dia.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública com as presenças dos Srs. Clóvis Ribeiro, Sr. Nicolau Júnior, Isabel Lourenço Barsotti e Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Chefe do Serviço Nacional de Armas (SENARM).

Neste momento, convidamos para tomar assento à Mesa o Sr. Fernando Queiroz.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo o depoente de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.



Neste momento, concedo a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, ao Sr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Agradeço, inicialmente, em nome do Departamento de Polícia Federal, à Presidência, à Vice-Presidência da CPI o convite realizado para que nós viéssemos aqui hoje para fazer alguns relatos acerca do controle de armas no território nacional. A Polícia Federal assumiu o encargo, vamos dizer assim, de controlar, desde dezembro de 2003, todas as armas que estão sendo hoje produzidas, fabricadas e estão sendo comercializadas no território nacional. Isso foi um novo encargo colocado nas mãos da Polícia Federal, uma vez que antes, através da Lei nº 9.437, era um conjunto, na realidade, entre as Polícias Civis e a Polícia Federal, de controle de armas e venda e comércio de armas no território nacional. Através da Lei nº 9.437, todo o processo de venda de armas, o processo de aquisição de armas no País era feito pelas Polícias Civis. As Polícias estaduais é que controlavam a venda, o comércio junto ao cidadão comum. Com isso, a Polícia Federal, na realidade, gerenciava somente um sistema, que foi criado também em 1997, que foi o SENARM, que é um sistema nacional que hoje fica sendo controlado dentro da Coordenação de Tecnologia da Informação da Polícia Federal e que desde o ano de 1997, quando foi criado, houve o desenvolvimento, vamos dizer, estabeleceu-se como seria esse sistema. E esse sistema, na realidade, começou seu funcionamento a partir do ano de 2000, quase início de 2001, onde se começou um sistema nacional de controle gerencial de todas as informações sobre armas no território nacional. Com isso, a Polícia Federal, na realidade, gerenciava, controlava os dados estaduais. Então, qualquer Polícia Civil do Estado, quando fosse feita uma venda de qualquer arma, ela entrava no Sistema Nacional de Armas, lançava esse pedido de compra dentro do Sistema Nacional de Armas, e esse sistema mandava uma mensagem para a Polícia Federal. Essa mensagem, na realidade, era verificada diariamente por cada um dos agentes da Polícia Federal, onde verificava principalmente se aquela pessoa que estava querendo comprar uma arma possuía ou não antecedentes criminais. Se ele não tivesse nenhum tipo de antecedente criminal, essa informação era liberada, e aí essa pessoa adquiria arma e poderia tirar o registro dessa arma junto à Polícia Estadual. Com isso, durante os anos de 2001 até 2003, final de dezembro de 2003,



funcionou dessa maneira o comércio de armas aqui no território nacional. Comércio irregular, lógico. Com o advento do Estatuto do Desarmamento, justamente em dezembro de 2003, passou-se a atribuição do comércio de armas para a Polícia Federal. Então, somente a Polícia Federal poderia autorizar ao cidadão comum adquirir uma arma de fogo no território nacional. Com isso, a Polícia Federal absorveu todas as atribuições que antes eram das Polícias Civis nos Estados. Na realidade, demorou-se mais ou menos 3 a 4 meses para se reestruturar todo o serviço junto à Polícia Federal, e iniciamos um trabalho justamente junto à sociedade para começar a comercialização de armas no território nacional. Só que esbarrou justamente na falta de regulamentação, através do Poder Executivo, de como seria feita a comercialização, uma vez que o Estatuto tinha os princípios mas não tinha as ferramentas de como seria o comércio de armas no território nacional. Foi publicado o Decreto nº 5.123, que é o decreto que regulamentou o comércio de armas no território nacional, no dia 1º de julho de 2004. A partir dessa data, o Departamento de Polícia Federal começou a exigir, aí, sim, já o rol normal de exigências que o Estatuto do Desarmamento já colocava para o cidadão, e temos justamente a sistemática hoje de venda de armas no território nacional. Hoje, um cidadão que quer comprar uma arma de fogo, ele tem que primeiramente comparecer a uma unidade da Polícia Federal, fornecendo lá certidões negativas tanto da Justiça Federal, da Justiça Estadual, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar. Com isso, um policial federal recebe esse primeiro pedido. Ele é encaminhado, esse cidadão, a um psicólogo, devidamente credenciado junto à Polícia Federal, e esse psicólogo faz testes de avaliação psicológica nesse cidadão. É lógico que esse teste de avaliação psicológica a Polícia Federal teve, vamos dizer assim, a preocupação de, primeiramente, antes de estabelecer esses critérios psicológicos, procuramos o Conselho Federal de Psicologia, o qual, junto com a equipe de psicólogos, uma comissão criada pelo Diretor-Geral, discutiram quais seriam os testes a serem aplicados para que um cidadão pudesse obter um porte de arma, na realidade uma aquisição de arma no território nacional. E com isso o cidadão é hoje levado a um teste que tem um padrão nacional, em qualquer Unidade do País, seja Roraima, Amapá, São Paulo, Piauí, Rio Grande do Sul, em qualquer Unidade da Federação é exigido a ele um teste psicológico num padrão único. Com isso, esse cidadão que



consegue aprovação num teste psicológico recebe na realidade uma autorização para fazer o teste de tiro. Aí, ele vai buscar o treinamento, seja num estande de tiro, clube de tiro, e ele vai fazer um teste junto à Polícia Federal, onde temos instrutores de armamento em tiro em todas as unidades da Polícia Federal, que avaliam se aquele cidadão tem ou não capacidade para justamente poder obter uma autorização para compra de arma no território nacional. Depois de recebida essa autorização de compra de arma, o cidadão, na realidade, se dirige até uma loja de armas, e aí, sim, vamos dizer assim, finaliza um processo de compra e venda de armas, onde o lojista emite uma nota fiscal. Com essa nota fiscal, o particular obrigatoriamente tem que se dirigir até a Polícia Federal, pedir um registro dessa arma de fogo. A Polícia Federal processa esse pedido de registro, emite o registro e já devolve ao cidadão esse registro dessa arma de fogo, juntamente com uma guia de trânsito, que é o documento hábil para ele pegar essa arma dentro de uma loja de armas e se dirigir até sua residência e guardar essa arma lá. Porque a lei também estabelece que essa arma tem que ficar onde ela está registrada, e normalmente é colocada ou na residência do cidadão ou na loja onde ele é dono/proprietário de uma empresa, e ele pode guardar essa arma nessa, vamos dizer assim, nessa empresa. Esse é o processo legal hoje, regulamentado através tanto do Decreto nº 5.123 como através da Instituição Normativa do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Esse é um processo normal, regular de compra. Do porte de arma, na realidade, o cidadão hoje para portar uma arma de fogo dentro do território nacional, ele precisa apresentar basicamente a mesma documentação que ele requereu para aquisição da arma e ele passa por um crivo, na realidade, uma avaliação subjetiva desse cidadão quanto à exigência de ter um exercício de uma atividade profissional de risco ou ele estar sendo ameaçado na sua integridade física. Então, normalmente, hoje é feita uma entrevista com os candidatos a um porte de arma de fogo junto às delegacias da Polícia Federal. É feito um arrazoado, onde a pessoa requer, justificando, na realidade, por que ele quer o porte de arma. E, diante dessa justificativa, é feita uma avaliação, primeiro, pelo Delegado-Chefe da Delegacia de Defesa Institucional, na Superintendência da Polícia federal; e encaminhado esse relatório ao Superintendente da Polícia Federal. E hoje somente o Superintendente da Polícia Federal de cada um dos Estados pode conceder o



porte de arma de fogo. Então, não é qualquer delegado de Polícia Federal que pode conceder o porte de arma. Somente, na realidade, as 27 Superintendências da Polícia Federal estão concedendo ou não porte de arma de fogo. E a gente vai a números aí, em que Estados da Federação têm, já neste ano, mais de mil portes de armas concedidos pela Polícia Federal e Unidades da Federação onde a gente tem 1 ou 2 portes de arma concedidos no território nacional. A Polícia Federal não tinha a mínima noção, e acho que nenhum órgão do Governo tinha, vamos dizer assim, do quantitativo nacional de portes de armas que eram concedidos no território nacional, uma vez que fazia parte de um controle estadual esse porte de arma. Então, cada uma das Unidades da Federação tinha o seu número de portes de armas concedido na sua unidade. E com isso não havia um número nacional. Com o Estatuto do Desarmamento, no dia 21 de setembro do ano de 2004, cancelaram-se todos os portes de arma do País. Então, somente os novos portes de arma concedidos pela Polícia Federal hoje já estão valendo no território nacional. Então, a gente teria hoje, em números de cidadãos que podem andar armados, excetuando-se os servidores de órgãos de segurança pública, no País, somente 2.616 pessoas teriam hoje autorização para portar arma de fogo. Dentro das pessoas hoje normalmente concedidas estão empresários, estão Parlamentares, estão diversas pessoas que requereram, em virtude do exercício profissional, ou da ameaça à sua integridade física, pediram porte de arma, e foi verificado junto aos critérios objetivos da lei, e essa pessoa recebeu o porte de arma no País. Trago também, Sr. Presidente, algumas estatísticas que foram retiradas inicialmente de dentro do Sistema Nacional de Armas, principalmente quanto a porte de armas concedidos do ano de 2002 até 2005 pela Polícia Federal. O cadastramento de armas no País junto ao Sistema Nacional de Armas, isso já são dados nacionais, onde cabia também às Secretarias de Segurança Pública a informação e o cadastramento dessas armas. O número de armas transferidas entre os cidadãos do território nacional, o número de armas que foram perdidas pelo cidadão de bem, que ele foi a uma Delegacia da Polícia Civil registrou essa ocorrência e essa ocorrência foi lançada no sistema; também como as armas apreendidas pela Polícia Civil, Polícia Federal nos Estados, as Unidades da Federação; as armas que foram furtadas da casa do cidadão que ele também comunicou essa ocorrência junto às Polícias Civis, e elas foram



lançadas no Sistema Nacional; como também a recuperação dos furtos feitos nas casas dos cidadãos; e também no caso das armas que foram cadastradas nos últimos 5 anos no território nacional. Onde vemos, por exemplo, números pós-Estatuto do Desarmamento, onde foram, no ano de 2004, cadastradas, quer dizer, novas armas que caíram, vamos dizer, que entraram na mão da sociedade como um todo. Aí englobando-se as empresas de segurança privada, englobando-se as pessoas físicas, incluídos os servidores públicos que trabalham na área policial, como também as pessoas particulares; e o número de armas no ano passado foram de 53.805. Já no ano de 2005, até a data de hoje, já foram registradas novas armas no território nacional 21.279. Então, esses seriam os números de armas novas que entraram, na realidade, nas mãos da sociedade nesses últimos dois anos. Acerca do Sistema Nacional de Armas, ele foi criado, na realidade, numa base de sistema de informática de *mainframe*. É um sistema, vamos dizer assim, pesado e que não tem muita agilidade, como hoje o pessoal conhece, por exemplo, o *Windows* e outros aplicativos, onde são retiradas mais facilmente estatísticas. Por isso coloco à Presidência da CPI que a Polícia Federal, o Departamento, está à disposição para tirar qualquer tipo de estatística. Mas como não existem sistemas gerenciais de estatísticas no atual Sistema Nacional de Armas, há necessidade de serem feitos programas para se puxarem estatísticas hoje no atual sistema. Então, qualquer pedido a gente pede pelo menos um prazo razoável. Afinal, a nossa Coordenação de Tecnologia de Informação necessita desenvolver um pequeno sistema que vai rodar nesse sistema geral nacional, o Sistema Nacional de Armas, para se obterem estatísticas de pontos específicos, como, por exemplo: quantos cidadãos hoje possuem armas de fogo no território nacional? Quantos deles são policiais? Então, são informações que hoje podemos obter através do sistema, mas há necessidade de se fazer um sistema próprio dentro do Sistema Nacional de Armas para se buscar esse tipo de informação. Porque o sistema, quando ele foi criado, na realidade, ele tinha um objetivo único, que era ter um cadastro nacional de armas no território nacional, mas não se preocupou com o sistema de gerenciamento dessa informação para fins estatísticos. Então, hoje já estamos trabalhando. O Departamento de Polícia Federal já fez um projeto novo, um novo Sistema Nacional de Armas. Isso já num padrão, vamos dizer assim, numa plataforma *Windows*, em que é



gerencialmente mais simples serem buscadas informações dentro do sistema. Estamos justamente aguardando ainda a liberação de verbas. E, na realidade, a gente está aguardando ainda mais o referendo, que vai decidir, vamos dizer, o futuro da Nação no dia 23 de outubro, para que realmente o Governo e o Departamento de Polícia Federal apliquem recursos públicos de maneira mais adequada e se desenvolva, na realidade, um sistema que vai gerenciar as informações que um País precisa para o controle de armas no território nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Dr. Fernando por estar aqui conosco. S.Sa. tem feito um brilhante trabalho na Polícia Federal, tem sido um dos incentivadores desta CPI também e sempre apoiado em tudo o que temos solicitado.

Pergunto ao Relator se tem alguma pergunta a fazer, algum esclarecimento a pedir.

Tem a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ilustre Delegado, em primeiro lugar, quero, em seu nome, cumprimentar o trabalho que a Polícia Federal vem desenvolvendo; os delegados, agentes que estão auxiliando, o apoio ao trabalho da CPI.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa., primeiro, como fica a parte do controle da fabricação e da distribuição. Dentro da fábrica é o Exército que faz o controle. Haverá uma mudança nesse sentido? Quer dizer, passará para a competência da Polícia Federal?

Segundo, nós percebemos que, pelo menos teoricamente, é possível, quase que em tempo real, saber o volume de armas e de munição fabricadas no Brasil por dia. No entanto, a partir do momento em que a arma e a munição saem da fábrica e são distribuídas numa rede de comercialização, não temos mais condições de saber, por exemplo, qual o estoque de armas e de munição. E por que eu digo isso? Porque isso possibilita que uma loja, um distribuidor vá adquirindo da fábrica de maneira sistemática; e esse controle, pelo que percebi, é um controle muito rudimentar, inclusive, pelo que conseguimos levantar, ainda manual, diferente do controle da fabricação.



Terceiro, percebemos e achamos uma dificuldade muito grande nas informações sobre exportação de armas. E, em mais de uma ocasião, ficou evidenciado que as armas apreendidas no País, teoricamente, tinham sido exportadas. Há um episódio relatado aqui, em outras circunstâncias, pelos próprios colegas da Polícia Federal que, se chegarmos hoje no Paraguai, encontraremos um grande volume de armas e munição de fabricação nacional sendo vendidas. No entanto, já há vários anos, no Brasil é proibido vender armas e munição para o Paraguai. Não me parece tão complexo, se tivéssemos dados objetivos a respeito da exportação, compreender essa operação triangular, mas não conseguimos obter todos os dados para poder fazer essa conexão: para quem o Brasil vende, quem vende de volta para o Paraguai, se de fato essas armas e essa munição saem. Por fim, o sistema de identificação das armas. Tanto que, na visita que fizemos à Taurus, para mim ficou claro que não há interesse por parte dos fabricantes em avançar num sistema de identificação que vá além da numeração convencional. Para nós, como leigos — não é o caso do Presidente, também Delegado da Polícia Federal — parece que, se tivéssemos um sistema onde a numeração da arma fosse colocada, talvez, numa área interna da arma que, para poder ser raspada ou adulterada, a arma tivesse que ser inutilizada, isso poderia aumentar a eficiência desse trabalho de rastreamento.

Uma última pergunta: as armas apreendidas nos Estados — Polícia Militar, Polícia Civil — são inventariadas? É feita alguma tentativa de rastrear a sua origem? E essas informações levantadas são disponibilizadas para a Polícia Federal para que possamos ter um cadastro unificado? O senhor pode perceber que o meu objetivo é raciocinar na direção de criar mecanismos que coíbam a circulação, como o rastreamento. Imagino, talvez, num segundo momento, ir buscar no âmbito do MERCOSUL, ou até de forma mais ampla, um sistema de cadastro de fabricação que nos permitisse, inclusive, uma arma comercializada em Miami ou em Montevidéu, pudéssemos também saber na fábrica para quem ela foi vendida e assim por diante. Eu sei que é uma pretensão muito ampla, mas, imaginando um cenário futuro de uma regra que pudesse dar uma eficiência muito maior para o trabalho da Polícia.

Muito obrigado.



O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Agradeço, ilustre Deputado Paulo Pimenta, as perguntas. Vamos dizer que, muitos dos anseios que o senhor levantou nesses sete questionamentos que fez, na realidade, foi uma preocupação até nossa no momento em que a gente assumiu a responsabilidade do Sistema Nacional de Armas. Só para ter uma noção, Deputado, a gente até ficou assim meio pasmos e abismado com a realidade mundial, porque, se formos ver, hoje, a maioria dos países no mundo nem têm um sistema de controle de armas. Então, dentro, até, da realidade internacional, o Brasil vem caminhando a passos largos em busca do controle de armas no território nacional. E as questões que o senhor levantou são de fundamental importância, na realidade, para buscarmos mecanismos de controle das armas no País e, quiçá, na América do Sul. O primeiro dos quesitos que V. Exa. levantou que foi, justamente, o do controle de armas junto às fábricas, hoje, o Departamento de Polícia Federal recebe uma única informação, que é encaminhada após o Estatuto do Desarmamento, que é diretamente das fábricas, sobre as armas que são produzidas por aquela unidade fabril. Então, hoje, na realidade, desde o mês de março, abril de 2004, as fábricas — e a última, inclusive, conseguiu encaminhar isso com, vamos dizer, mais freqüência; foi até a IMBEL, uma fábrica das Forças Armadas... Então, antigamente, esses dados não vinham à Polícia Federal. Depois do Estatuto do Desarmamento, cobramos que fossem informados à Polícia Federal, justamente, dados sobre as armas fabricadas. Mas, quanto ao controle da venda, todos os passos que são seguidos por essa arma depois que ela é vendida, não tem nenhum controle junto à Polícia Federal. E quem faz esse controle é somente o Comando do Exército. Então, hoje, na realidade, a gente trabalhou com o novo Sistema Nacional de Armas, conforme está previsto no Estatuto do Desarmamento, e ele deveria ter uma interligação com o Comando do Exército através do SIGMA, que seria o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Só que a gente esbarra, justamente, no sistema que está sendo criado pelo Comando do Exército. Então, hoje, o Sistema Nacional de Armas tem claros de informação, onde temos a informação onde a arma foi fabricada e depois a gente só descobre quando ela já está no comércio para ser vendida. Então, na realidade, a loja, o lojista comunica que aquela arma está em disposição naquela loja, fica no estoque dela, e aí a gente não tem essa informação, vamos dizer assim,



nesse desvio, na hora em que essa arma sai da fábrica, vai para o porto para exportação ou ela vem para a loja. Na realidade, foi feito um planejamento, projeto inicial junto ao SERPRO, do novo SINARM, onde a gente previa vários atores, inclusive o SIGMA, onde a gente verificava informações para essas interligações necessárias que serão, justamente, desde o momento para quem era vendida aquela arma, qual é a loja, qual é o importador, qual é o exportador, qual é a data que essa arma sairia em direção ao porto, até para você ter, por exemplo, como rastrear, em dois ou três dias, a carga de 10, 15 mil armas ou munições que estavam sendo levadas do Rio Grande do Sul, da fábrica da Taurus, para São Paulo, para distribuir nas unidades de uma determinada loja de armas. Há a previsão, nesse novo Sistema Nacional de Armas que foi desenvolvido, praticamente, pelo SERPRO — o desenho dele —, já há a previsão desse tipo de controle. Só que hoje esse controle necessitaria, justamente, da parceira, que é o Comando do Exército, o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, para que, vamos dizer assim, incluísse esse tipo de informação no novo Sistema de Gerenciamento de Armas – SINARM. Só que hoje, como a atribuição é conjunta da Polícia Federal e do Comando do Exército, há essa participação dos dois, não há como a Polícia Federal exigir esses dados. Na realidade, o Governo teria que interligar esses dois sistemas. Só que o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas ainda não está em funcionamento pleno da maneira que fosse para realizar esse controle. Já dentro do SINARM, o estoque das fábricas, os desvios, a fabricação dessas armas e munições, somente com esse novo sistema poderíamos ter o controle efetivo das armas que são fabricadas e vendidas e o controle dos exportadores. Teria que ter um sistema mais ágil, um sistema informatizado para gerenciar isso. Hoje, a Polícia Federal, como disse ao senhor, já tem esse projeto, já está, inclusive, orçado pelo SERPRO a aquisição. Precisaríamos, na realidade, ter a contrapartida do Exército junto ao SIGMA e iniciar o funcionamento conjunto desses dois sistemas. No sistema novo está prevista uma etapa de implementação dele que está prevista em dez meses para ele estar funcionando depois de contratado. Então, estamos aguardando, inclusive, o referendo, porque, havendo o referendo, se for aprovado e votado pelo “sim” ao fim do comércio de armas no território nacional, terá que mudar o escopo desse projeto e, com isso, vamos tentar dirigir muito mais o



controle nas fábricas e na venda para os órgãos de segurança e as entidades que estão descritas no Estatuto do Desarmamento, porque termina o comércio de armas e munições para o cidadão em geral. Estamos até aguardando o resultado do referendo para ver se implementa esse projeto que já está pronto, já foi totalmente desenvolvido, ou se a gente vai ter que reformulá-lo em virtude do referendo e da decisão da população. Quanto à terceira questão, ilustre Deputado, é a informação sobre a exportação de armas. Não temos dados sobre exportações porque cabe exclusivamente ao Comando do Exército ter essas informações. Então, a Polícia Federal não tem essa informação. Quanto às armas apreendidas que teriam sido exportadas, na realidade, a gente tem dentro dos números de armas apreendidas, se eu falar para o senhor aqui os dados que são fruto... Eu acho, eu acredito — depois de estar aproximadamente 1 ano e 4 ou 5 meses à frente do Serviço Nacional de Armas — que há, na realidade, uma grande falta de responsabilidade até dos serviços policiais, no País inteiro, ligados à própria Polícia Civil, que antigamente já tinham essa ferramenta, que era o SENARM, que deveria ser alimentado por todas as Polícias Civis dos Estados e que não é alimentado. Eu acho que, nesse ano agora de 2005 — tendo em vista o controle ser exclusivamente da Polícia Federal e por causa das informações hoje do novo Estatuto e da penalidade maior nos crimes que estão expostos no Estatuto do Desarmamento —, há até um maior número de informações fornecidas pelas Polícias Civis junto ao Sistema Nacional de Armas. Para o senhor ter uma idéia, a gente tinha informação que, por exemplo, no ano de 2000, foram somente 3.104 armas apreendidas no Brasil. Isso é um número real? Lógico que não. No ano de 2001, 9.398 armas apreendidas em território nacional. No ano de 2002, 14.956 armas; no ano de 2003, 11.634 armas. Aí nós vamos passar, por exemplo, para os anos de 2004 e 2005. Já em 2004, 21.890 armas; no ano de 2005, 53.244 armas lançadas no Sistema Nacional de Armas apreendidas pela Polícia. Então, o que a gente viu, até em reflexo do Estatuto do Desarmamento? Vamos dizer assim, o que pode advir juntamente daqueles atos praticados pelas Polícias em geral, pelas Polícias estaduais, que é o não-lançamento dessa arma dentro do Sistema Nacional de Armas, onde o Judiciário hoje exige e encaminha à Polícia Federal diversos pedidos de informações sobre armas, inclusive apreendidas em inquéritos da Polícia Civil, e que não estão



lançadas no Sistema Nacional de Armas. Então, a gente normalmente retorna até informação para o juízo dizendo que essa arma não consta no Sistema Nacional de Armas, e que deveria constar e que deveria ser lançada pelo órgão estadual. Então, com isso, a gente vê um fluxo maior de informações entrando dentro do sistema. Havia justamente a falta de responsabilidade dos órgãos que controlavam as armas nos Estados, porque eram dados estatísticos que melhorariam bastante o combate, tanto ao tráfico, como à criminalidade em geral, porque não havia como controlar as armas que eram apreendidas. Você não tinha como verificar onde é que tinha um maior fluxo de armas que estavam sendo apreendidas, que tipos de armas eram essas, se eram armas de calibre 38, 32, se eram 9 milímetros, se eram fuzis. Então, na realidade, o Brasil não tinha como verificar qual era sua realidade. Por quê? Havia sistemas regionais que eram interligados e que cada um dos Estados gerenciava o seu banco de dados e não o disponibilizava no sistema nacional. E a gente está vendo agora, vamos dizer assim, a obrigatoriedade dos Estados de se adequar a um novo Estatuto do Desarmamento até porque são superficiais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixe eu fazer uma pergunta para o senhor, para eu entender. Por exemplo, em 2005, são 51 mil armas lançadas no sistema.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Cinquenta e três mil armas. Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando o senhor opera o sistema, o senhor consegue identificar o tipo da arma, procedência, o número dela, tudo?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Tudo. Todos os dados relativos à arma, inclusive a pessoa com quem foi apreendida essa arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essas 51...

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Cinquenta e três mil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Desses 53 mil armas — vou fazer uma pergunta hipotética —, tem como saber hoje quantas são de fabricação nacional?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Sim, tem como saber.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor tem idéia disso?



O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Não, como eu disse ao senhor no início da minha explanação, a gente pode fazer esse levantamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, aquele dado sobre a exportação que busco, se a Polícia Federal, que tem o controle do sistema, recebesse também a cada lote exportado a numeração da arma, característica da arma, imediatamente o sistema poderia acusar se uma arma retornou ao Brasil, caiu na mão de criminoso ou foi apreendida.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Facilmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Facilmente, a partir do momento em que tivéssemos os dados, correto?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Pode ser. Com certeza. Corretamente. A gente pode, hoje, na realidade, uma vez a arma cadastrada junto ao Sistema Nacional de Armas, a gente tem até que ela é de fabricação nacional. Ela foi fabricada pelas fábricas nacionais, só que a gente não teria o destino, vamos dizer assim, dela, porque cabe ao Comando do Exército autorizar. E essa informação não vem à Polícia Federal. Então, se a gente fosse alimentado por esse dado, a gente teria como verificar isso no País inteiro. Não só nós como a própria Polícia Civil no Brasil. Por quê? Esse sistema é para pesquisa em todas as unidades policiais do Brasil. Então, a Policia Militar... Ele foi criado para uso na rua. Então, todos os COPOMs têm acesso ao Sistema Nacional de Armas. Então, quando você encontra uma arma na rua, no meio de um crime, ali no chão, quando você flagra uma pessoa que acabou de ser morta, você pesquisa no Sistema Nacional de Armas, e você já sabe de quem é aquela arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como se fosse a placa do carro. Vai ali, na hora, puxa no sistema...

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - É, a placa do veículo. Na realidade, a arma, aquela identificação era para ser como a placa do veículo, para que fosse levantada facilmente, através de uma pesquisa dentro do Sistema Nacional de Armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Francisco Appio.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Quero cumprimentar o Dr. Fernando pela clareza e pelo entusiasmo com que atua à frente desse serviço. Percebe-se que o senhor faz isso com muito gosto, com muito prazer.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Porque sabe que não foi o crime que se organizou, foi a sociedade que se desorganizou. Então, nós estamos começando a organizar a sociedade. E o senhor faz isso muito bem. Eu não estou conseguindo entender aqui alguns números. Em 2004, nós tivemos o ingresso de 53 mil armas. Está correto?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Exato, 53 mil novas armas vendidas...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Novas armas.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - ... para cidadãos, vamos dizer, em geral, e para as empresas de segurança privada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Brasileiras. Isso. E 21.279, em 2005.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E aí já estava em vigor, pelo menos, parte de 2004, o Estatuto, com todas essas exigências para o porte de arma. No entanto, apesar de serem 74 mil armas comercializadas, só tivemos 2.616 portes expedidos. Como o senhor explica isso?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Na realidade, foi feito um levantamento, até anterior. Desculpe, nobre Deputado Paulo Pimenta, eu tenho ainda várias questões para responder para o senhor, mas vou me adiantar em responder logo essa. Na realidade, foi feito um levantamento e, aproximadamente, 200 mil cidadãos hoje no País têm armas registradas junto à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Quantos?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Aproximadamente 200 mil.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Duzentos mil.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Então, desse número, além dos novos adquirentes e dessas 53 e 73 mil armas que foram adquiridas neste



último ano e meio, vamos dizer assim, na realidade, muitas delas também foram para empresas de segurança privada, que também compram junto à Polícia Federal. Na realidade, os vigilantes do País têm um porte até concedido também pelo Estatuto do Desarmamento. Então, o número de porte de arma, ele também não é diretamente relacionado ao número de armas no País.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Perfeito, agora, ao incluir a vigilância a situação se resolve. Aí eu lhe pergunto: o senhor tem idéia de quantos portes estão com as empresas de segurança? Quantos foram concedidos?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Olha, a gente poderia ver isso hoje ainda, mas é...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não, não, é uma idéia. Corresponde com as necessidades? Tem exageros? Precisamos legislar mais no Estatuto do Desarmamento em relação às vigilâncias, no seu entendimento?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Olha, complementando só essa pergunta, Deputado, depois, retornando às perguntas do nobre Deputado Relator, Deputado Paulo Pimenta. Na realidade, hoje, a legislação que trata da segurança privada no País, eu sei que até dentro do próprio Ministério da Justiça já há um projeto para ser encaminhado para esta Casa justamente para fazer algumas alterações quanto à segurança privada no território nacional. Eu não gostaria de, vamos dizer assim, ser leviano até em comentar um assunto que eu não domino. Eu não tenho os números relativos, por exemplo, ao número de vigilantes hoje no território nacional. Eu acho que eu não poderia falar de algo que eu não conheço. Então, eu peço desculpas. Posso encaminhar facilmente essa informação. Posso até fazer uma ligação, logo mais, para a Polícia Federal, e eu tenho os números em 10 minutos, se o senhor quiser. Mas eu vou retornar agora às respostas do nobre Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eu quero me penitenciar com o Presidente e com o Relator. Eu, ao invés de formular todas as perguntas para o final, já fui solicitando — até porque eu quero abreviar, não é? Eu deixaria então mais uma pergunta, não precisa responder agora. É a única que eu preciso fazer. O senhor já é um especialista nessa matéria, imagino que o senhor chegou à chefia desse serviço pelo seu histórico, pela sua biografia, atuando na segurança, não é?



Que idéias o senhor tem para efetivamente fazermos um verdadeiro controle do contrabando de fronteira, portos, aeroportos, esse ingresso fantástico de armas contrabandeadas no Brasil e o que poderíamos fazer no sentido de organizar essa repressão?

Eu me penitencio novamente, Deputado Moroni Torgan, por ter atropelado, mas faz parte.

Obrigado.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado.

Retornando então às perguntas feitas pelo Deputado Paulo Pimenta, eu vou voltando aqui. Informações sobre exportação de armas, a gente já concluiu. Armas apreendidas teriam sido exportadas. Acho que a gente já também alcançou o objetivo da pergunta — não sei se já está claro. Agora, quanto ao controle do comércio internacional de armas, incluindo aí o MERCOSUL, hoje, na realidade, a venda, o comércio internacional de armas e a participação do Governo brasileiro, inclusive junto à ONU — a gente já esteve pelo menos em uma oportunidade num fórum das Nações Unidas para discutir inclusive o controle e o rastreio de armas no mundo —, hoje não há nenhum documento internacional, nenhum tratado, nenhum acordo que fale sobre rastreio de armas. Então, é um empecilho hoje para os órgãos policiais nacionais, quando você depara, por exemplo, com uma arma de fabricação belga, uma arma de fabricação austríaca, você conseguir informações hoje junto aos Governos para saber da onde teria vindo essa arma. O único país que praticamente nos informa com uma certa celeridade são os Estados Unidos, que normalmente nos encaminham as informações sobre as armas que são produzidas lá. Então, houve uma tentativa de se criar uma convenção internacional sobre rastreio de armas, mas que se viu frustrada no final pelo bloco, inclusive árabe, e o bloco americano para que não houvesse esse tipo de, vamos dizer assim, controle de armas. Mas há uma perspectiva que eu coloco otimista em relação ao MERCOSUL, porque todos os países do hoje conglomerado MERCOSUL estavam com uma posição favorável a esse controle e a esse rastreio de armas. Então, acho que é bastante plausível, em reuniões do MERCOSUL, que seja colocado em pauta um acordo do MERCOSUL, interno, para o rastreio de armas aqui na nossa região. Isso vai ser bastante



produtivo dentro da região, porque a maioria dos países, inclusive o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, vêm, na realidade, vamos dizer assim, no bojo do Estatuto do Desarmamento aprovado aqui nesta Casa, justamente buscando similitudes dentro da legislação nacional deles. Então, eles têm aprovado normas bastante parecidas com o Estatuto do Desarmamento. E eu acho que a gente pode buscar com esses parceiros internacionais um acordo sobre rastreio de armamento aqui na América do Sul. Isso vai ser bastante efetivo, principalmente se a gente conseguir incluir a Colômbia e outros países que na realidade têm alguns problemas aqui na América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual a sua sugestão para diminuirmos a facilidade com que se adquire uma arma na fronteira? Queria saber se o senhor tem alguma sugestão nesse sentido, porque, infelizmente, nós tivemos aqui autoridades e bandidos dizendo que na fronteira é a maior festa. E tanto faz: é na fronteira do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e vai até as Guianas. Dizem que é a maior facilidade do mundo, tanto é que criança de 12 anos anda armada lá, de tão fácil que é.

Teria alguma sugestão nesse sentido? Já houve algum trabalho nesse sentido?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Ilustre Presidente, na realidade, Sr. Moroni Torgan, se a gente for ver principalmente a questão fundamental aí no uso da arma nesses locais, ela passa pela questão cultural. Então, quando a gente tem, vamos dizer, enraizada na maioria da cultura da população nessas áreas o uso da arma, e mesmo que venha a ser uma decisão democrática do referendo o fim do comércio de armas, eu acredito até que vai haver uma grande dificuldade, na realidade, para a gente tentar fazer o controle do contrabando de armas para o território nacional. Não adianta a gente tentar tapar o sol com a peneira ou dizer que não vai acontecer, porque, na realidade, hoje são praticamente 8 mil quilômetros de faixa terrestre que cercam o território nacional. Então, não daria hoje para a gente imaginar soluções mágicas para tentar controlar o comércio ilegal de armas no território nacional, até mesmo porque a maioria do comércio até ilegal de armas, a gente sabe, não só de armas, como a maioria dos contrabandos no mundo inteiro, é feito através dos portos. Inclusive há relatórios do



Governo americano nesse sentido sobre o tráfico nos próprios Estados Unidos, em que a maioria do contrabando é feita através dos portos. Então, na realidade, a gente vê que para ter uma política eficaz de controle do tráfico de armas, na realidade, a gente teria que fazer um controle associado aí, MERCOSUL inteiro, onde ouvíssemos um som uníssono. Por exemplo, os nossos companheiros do Paraguai que seriam, vamos dizer assim, os parceiros do SINARM no Paraguai, eles reclamam porque, na realidade, eles têm um número mínimo de servidores e funcionários que controlam as armas no Paraguai, onde não é feita uma fiscalização nas lojas de armas naquele país. E, com isso, eles não têm, vamos dizer assim, hoje, como controlar o comércio naquele país. E no momento em que a gente vai tentar aumentar a nossa fiscalização, se realmente o comércio for fechado no território nacional, vai depender muito da, vamos dizer assim, concatenação de esforços entre a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Receita Federal, todos os órgãos de Governo vão ter que trabalhar em conjunto para tentar inibir que entrem mais armas ilegalmente no território nacional. Afora, também, a questão da cultura da arma ainda em algumas regiões de fronteira do País, que vai ser bastante difícil de a gente tentar mudar a cultura através de lei. Então, eu acho que vai ser um trabalho árduo, que a maioria da população vai ter que se conscientizar sobre esse controle de armas. A pessoa vai ter que andar legalmente com a sua arma no território nacional. E realmente para o problema do tráfico não há uma solução mágica, e é muito difícil a gente imaginar uma solução para isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei se tinha mais algumas respostas para serem dadas ao Relator...

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Sim. Retornando às perguntas do nobre Deputado Paulo Pimenta, quanto ao sistema de identificação de armas e justamente àquela numeração que hoje é feita do lado de fora da arma, no cano, na realidade, inclusive pelo próprio Estatuto do Desarmamento foi feita uma exigência para que a Polícia Federal criasse um sistema de identificação de microestriamento, microrraiamento das armas, que, na realidade, foi uma lei tratada como DNA da arma. Então, seria uma questão que as pessoas, depois de descobrirem, vamos dizer assim, restos da munição numa cápsula, você poderia identificar qual a arma que disparou e você facilmente, através de um banco de



dados, verificaria e localizaria que arma é aquela e você iria direto verificar quem é aquela pessoa. Foi criado pelo Diretor- Geral da Polícia Federal um grupo de dois delegados, do qual eu faço parte, e mais quatro peritos especialistas em armamento para justamente fazer o estudo de como seria a implementação disso no território nacional. Nós já estamos concluindo o relatório final desse grupo de trabalho, onde, nobre Deputado, a gente chega a algumas conclusões. E, inclusive em levantamentos com países como Estados Unidos, França, Turquia, Rússia, México, são países que têm desenvolvimento de sistemas parecidos, similares a esse que foi aprovado na lei nacional. Só que, na realidade, a gente vê que não vai haver efetividade na medida. Por quê? Na realidade, esse microestriamento, esse microrraiamento que vai aparecer, esse DNA da arma em si, ele altera inclusive com o tempo de uso da arma. Então, se você efetuar aproximadamente mil, dois mil disparos com a arma, sem tentar adulterar nada no cano, você não vai conseguir identificar de que arma saiu aquele tiro. Mas, se um bandido souber disso, ele limar um pouquinho o cano da arma, vai alterar também o projétil e você pode não identificar. Ou até jogando um pouco de areia dentro do cano, você também altera esse tipo de raiamento. Então, na realidade, dentro das soluções hoje tecnológicas que o mundo tem criado, já há uma tecnologia diferenciada que seria basicamente uma micronumeração, que ela é colocada inclusive num mecanismo de disparo do armamento que deixa, aí sim, uma quase identidade realmente da arma. Hoje já existe uma solução muito melhorada nesse sentido que deve fazer parte do relatório final que deve ser encaminhado ao Ministério da Justiça. Então, a gente está propondo, inclusive até no futuro, uma alteração nesse artigo da lei para a gente adequar uma solução, que hoje essa que era colocada anteriormente custaria milhões para o Governo brasileiro, e que não ia ter efetividade nenhuma. Como alguns Estados americanos, inclusive, que colocaram milhões de dólares e não conseguiram identificar uma arma sequer depois de ocorrido um crime. Então, seria muita leviandade a gente tentar criar um sistema desse no País, onde muitas pessoas ganhariam dinheiro, mas o Brasil perderia milhões de reais e, ao final, não conseguiria efetividade nenhuma. Então, a gente deve apresentar isso no relatório final ao Ministro da Justiça, algumas conclusões técnicas sobre esse trabalho, e solicitando alterações, inclusive, no texto legal para que o Brasil não venha a



naufragar em experiências erradas no futuro. Quanto às armas apreendidas, o rastreio, informatização e disponibilização pela Polícia Federal, esse rastreio de qualquer arma apreendida hoje no País, como eu disse ao senhor, dentro do Sistema Nacional de Armas, é fácil, porque, na realidade, todos os órgãos de segurança pública no País já têm acesso ao Sistema Nacional de Armas. E o nosso problema, na realidade, não é a consulta à informação, é muito mais a alimentação do sistema. Então, sobre o pedido aqui do nobre Deputado sobre quais as idéias que o SINARM poderia colocar aqui, dentro desta Comissão, acho que a primeira delas seria a obrigatoriedade de lançamento das informações dentro do Sistema Nacional de Armas por todas as Polícias, Civil ou Militar, dentro do Sistema Nacional de Armas, uma vez que hoje não é obrigatório esse lançamento. Não tem uma norma, no Estatuto do Desarmamento, que obrigue hoje as Polícias, seja a Polícia Militar ou a Polícia Civil, a lançar esse dado dentro do Sistema Nacional de Armas. Seria uma informação importantíssima para gerenciamento policial, para que a gente pudesse, efetivamente, controlar as armas no território nacional, desde o momento em que fosse feita uma consulta no COPOM. Aquele policial que fez aquela consulta, automaticamente teria que lançar essa consulta dentro do sistema, porque um policial, hoje, pode perguntar: "Olha, verifica para mim esta arma". "Ela não está no sistema". Aí o cara dá fim naquela arma. Então, no momento em que qualquer policial, ao acionar o sistema, ao pesquisar no sistema, teria que verificar e deixar essa informação dentro do sistema, fazer esse lançamento. Seria um dado de importância para o Governo brasileiro, importância para a população, porque a gente teria maior controle dessas informações no território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Relator, é uma sugestão interessante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu já solicitei para o pessoal incluir no relatório essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma iniciativa de lei que determinasse que toda arma apreendida em qualquer lugar do País, obrigatoriamente, teria que se comunicar ao SINARM. Seria interessante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já pedi para o pessoal incluí-la.



O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Porque hoje não há essa obrigatoriedade no Estatuto do Desarmamento. Então, a gente tem esse problema junto às Polícias estaduais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Medida simples e eficiente.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - No mais, quanto a idéias, eu acho que a gente precisa, hoje, muito mais instrumentalizar tanto o Sistema Nacional de Armas como também o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas do Comando do Exército, e os dois começarem a conversar, o mais rápido possível, entre os dois sistemas. Na realidade, a gente precisa alimentar o sistema. Não adianta nada você ter uma Ferrari e não ter gasolina para andar nela. Então, a gente tem que alimentar o motor da nossa Ferrari, que vai entrar para funcionar para depois, aí, sim, começar a combater com mais efetividade, com informação, que é uma maneira inteligente de combate ao crime no País.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Permita-me, Dr. Fernando. Não lhe parece que o nosso problema não é a arma legal, e sim a arma ilegal? Temos o controle da arma legal para o cidadão pelo porte de arma, pelo registro. Não temos é o controle da arma clandestina. Então, com a possibilidade de o referendo proibir — e os números hoje indicam que a tendência da sociedade é de proibir o comércio de armas e munições —, vamos ter um crescimento espantoso do contrabando. Se é bom hoje o negócio para o marginal, imagine depois. Que idéias poderíamos ter para fiscalizar, reprimir esse contrabando?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Olha, nobre Deputado, hoje a gente tem, na realidade, dentro da Polícia Federal — e eu não posso, vamos dizer assim, me adiantar — uma diretoria, que é a Diretoria de Combate ao Crime Organizado, inclusive nós temos a DARM, que é a Divisão de Combate ao Tráfico de Armas no País, onde estão sendo tratados os planos para combate efetivo do tráfico de armas no território nacional. É lógico que algumas idéias — eu até sugeri diretamente lá na Diretoria, por ser um órgão interno da Polícia Federal ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é o titular da DARM?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Hoje, é o Dr. Wantuil Cordeiro. Ele é o titular, hoje, Chefe da Divisão de Combate ao Tráfico de Armas no território nacional. Então, acho que é uma estratégia que está sendo traçada e que



vai ter sua eficácia tão logo a gente comece a verificar um incremento nessa atividade criminosa no País.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a V.Exa. que seja convidado o Dr. Wantuil. Acho que é o homem. Li seus pensamentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria que, inclusive, fosse de iniciativa de V.Exa. um requerimento bem simples — até a Secretaria pode ajudá-lo — para que possamos, posteriormente, votá-lo e fazer esse convite.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Esclarecendo ao nosso Relator, trata-se do Diretor da Divisão de Combate ao Tráfico de Armas da Polícia Federal. Portanto, uma pessoa que vai contribuir muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que, tenho certeza, como o Dr. Fernando, estará pronto para colaborar.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Dr. Fernando, quero parabenizá-lo pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me só fazer uma observação. Vamos tentar ser mais breves, porque ainda temos dois depoentes para serem ouvidos, que não serão tão simpáticos quanto o Dr. Fernando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza. Serei breve. Solicitaria a V.Exa. que em outras oportunidades falasse logo no início para todos, para que não apenas alguns Parlamentares atendam seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Peço desculpas a V.Exa. Não é essa a intenção do Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Fernando, com relação às empresas privadas. Numa reunião da CPI que investigou um grupo de extermínio no Nordeste, contamos com a presença de representantes das empresas e dos trabalhadores. Uma informação chamou nossa atenção: para cada empresa legal, 3 são ilegais. Empresas que não podem usar armas, mas que as utilizam. E as armas não se encontram lá na sede. Essas armas são colocadas em postos de gasolina e em



outros locais, onde os vigilantes agem de maneira ilegal. Tem de haver ação nesse sentido, porque armas contrabandeadas, armas ilegais estão nas mãos de empresas que não são legais, não pagam impostos nem nada. Chamo atenção para esse aspecto.

Verificamos hoje que há o registro das armas. E das munições, granadas e explosivos? Esse negócio hoje está sendo um filão para as quadrilhas especializadas em crime organizado etc. O Serviço Nacional de Armas dispõe de todo o levantamento das fábricas nacionais, com o número dessas munições? Tem uma marca? Ou não há qualquer tipo de referência? Por exemplo, a Polícia já dispõe de uma marca para identificar se a munição utilizada pertence àquela corporação?

Outro aspecto. Sobre os colecionadores. Quando a arma é apreendida, dizem: "Não, eu sou colecionador, estou num processo para ser colecionador". Clubes também possuem armas e, quando vamos verificar, essas armas não estão registradas, são ilegais. Quero saber se há um controle no que diz respeito aos clubes e colecionadores. Muitas vezes eles chegam aqui e começam a dizer: "Não, mas são armas que eu tenho". Quer dizer, a pessoa tem 50 armas para ser um colecionador ou para atirar naqueles clubes de tiro, etc.

Existem ainda os intermediários, pessoas que trabalham nas fábricas e que fazem intermediação para vender armas, como já verificamos. Inclusive armas não registradas, como aconteceu lá no Rio Grande do Sul e em outros locais, onde tinha um fundo falso e essas armas e munições vinham através desse fundo falso dos carros e dos caminhões que carregavam.

E outro aspecto são as chamadas fábricas clandestinas. A informação que nós tivemos é a de que em que algumas cidades, como Feira de Santana, Campina grande e outros locais, existem diversas fabriquetas que produziram armas, que as pessoas compravam por 30 reais e depois chegavam na Polícia Federal e colocavam para receber mais. Era uma festa nessa questão das fabriquetas clandestinas.

Então é algo que já foi levantado, mas são armas que são vendidas e retornam ao País para o crime organizado. Isso o senhor já falou, mas eu gostaria que pudesse explicitar melhor essa situação.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Sr. Fernando Segóvia.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Ilustre Deputado Luiz Couto, obrigado pelas perguntas também. São todas bastante pertinentes e dão algumas idéias aqui, até para que a gente proponha algumas sugestões até para a própria Comissão. A primeira delas, que é justamente sobre as armas de empresas de segurança, empresas ilegais, empresas que hoje, na realidade, prestam serviços, na realidade, ao arrepio da lei, sem nenhum controle do Estado. Na realidade, hoje existe dentro do Departamento de Polícia Federal uma Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada. Então, é uma Coordenação que controla nacionalmente todas as empresas de segurança privada e de transporte de valores no território nacional, onde, por ser uma atividade que há pouco tempo o Departamento de Polícia Federal também assumiu, ela vem, ao longo desses anos, tanto mostrando a eficiência e também a seriedade no trabalho nesse serviço. Hoje, vamos dizer assim, os maiores interessados, inclusive, em comunicar essas empresas ilegais estão sendo as próprias empresas regulares e legais. Porque a Polícia Federal, diante de qualquer comunicação de uma empresa ilegal nesse sentido, faz uma operação, e a gente vai e prende essas empresas que são empresas ilegais ou empresas fantasmas. Então, qualquer denúncia que chegar à Polícia Federal a gente age de pronto, vai e acaba com essa empresa ilegal. Tanto que a gente tem, em todas as delegacias do Brasil inteiro, unidades específicas que fazem esse combate ao crime da atividade ilegal. Tanto que antigamente era uma prática usual a pessoa até contratar segurança particular. Era o famoso segurança particular. Você contratava 2 conhecidos, ali da região, que sabiam atirar, dava uma arma para cada um. E quando aconteceu, agora, o Estatuto do Desarmamento — esse pessoal antes tinha até o porte estadual, que era recebido, o registro estadual — eles vieram à Polícia Federal pedir o porte junto à Polícia Federal. Como era uma atividade ilegal, a Polícia Federal negou todos os pedidos de porte de arma com esse tipo de, vamos dizer assim, justificativa: “Ah, eu sou segurança de um empresário.” “Eu sou segurança de alguém importante.” Então, o que acontece? A Polícia Federal não pode, hoje, diante de uma legislação nacional, que é justamente



das empresas de segurança privada, conceder um porte de arma para uma atividade ilegal. Então nós negamos todos os pedidos de porte de arma para essas pessoas. A gente até indicava: "Olha, favor procurar uma empresa de segurança privada que tem sua atividade legal no País e você contrata diretamente um segurança, um vigilante com a especialização de segurança particular." E aí, com isso, a gente tem negado todos os pedidos de porte para pessoas nesse sentido e indicado as atividades legais. Então, qualquer notícia que chegar sobre qualquer irregularidade ou ilegalidade de qualquer empresa no território nacional, a Polícia Federal vai estar pronta para apurar e punir, seja criminalmente, seja administrativamente, uma empresa que está trabalhando irregular, mesmo com armas que estão, vamos dizer assim, sem registro. Antigamente as empresas, inclusive de segurança privada, como faziam registros estaduais, nem tinham — e é um problema que a gente está vendo agora — certificado de registro emitido. A grande maioria das Secretarias de Segurança Pública. Eles tinham listas de armas que a própria delegacia, a DFAE de qualquer Estado, simplesmente carimbava e falava: "Está registrado." E as empresas de segurança privada estão com esses documentos e estão dando entrada agora na Polícia Federal, pedindo, na realidade, um registro que nunca receberam, e que nem estava, a maioria, lançado dentro do SINARM. Como, na realidade, o Estatuto felizmente deixou uma válvula de escape — até o final do ano que vem, até 2006, há a possibilidade de você efetuar uma renovação de um registro de uma arma que já tinha registro —, até o ano que vem, então, todas as empresas estão se adequando agora, nesse novo cenário, e já estão pedindo os seus novos registros junto ao Sistema Nacional de Armas. Então, a gente está regularizando toda a situação dessas empresas de segurança privada que nos buscam legalmente para corrigir esses problemas. Já as ilegais, a gente realmente atua, prende e faz o que for necessário para corrigir esse problema social.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Dr. Fernando, o senhor inclui essas vigilâncias de bailão também como...?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Sim, qualquer tipo de atividade.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Porque é muito comum, no interior do interior, aparecerem seguranças para fazer a cobertura do bailão. E é ilegal.



O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - É ilegal. Qualquer tipo de segurança que não tenha, na realidade, uma empresa de segurança privada que faça esse tipo de atividade devidamente regulamentada pela Polícia Federal e autorizada é uma atividade ilegal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas aí já tem a lei. Cabe à Polícia, portanto, fazer a fiscalização.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Agir.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO – Eu cito porque na cidade de Jaquirana, no Rio Grande do Sul, aconteceu num bailão, esses dias, que um dos seguranças matou um jovem e foi embora, evadiu-se. Quer dizer, houve omissão da Polícia, que deveria ter lavrado o flagrante.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Deveria ter lavrado o flagrante e prendido todos, vamos dizer assim, os outros seguranças que estavam lá no local, juntamente com a pessoa que organizou toda essa segurança, que organizou uma atividade ilegal no território nacional. Na realidade, seria até uma omissão da autoridade, dos policiais que estavam no local e não, vamos dizer, efetivamente prenderam e fizeram, corrigiram esse erro. Na segunda questão, nobre Deputado Luiz Couto, que V.Exa. levantou, na questão das munições, granadas e explosivos. Na realidade, hoje cabe exclusivamente, o controle da fabricação de munições, granadas e explosivos, ao Comando do Exército. Então, hoje a Polícia Federal não tem nenhum controle sobre essa produção ou essa comercialização no território nacional. Então, eu não posso, na realidade, hoje falar sobre esse tipo de assunto. É lógico que a gente descobre, em operações, munições de toda origem, seja origem nacional, seja até origem estrangeira. Aí a gente tem que, na realidade, quando descobre esse tipo de munição, solicitar as informações junto ao Comando do Exército, e o Comando do Exército encaminha: "Olha, essa munição foi fabricada com autorização, sem autorização, fábrica tal, fábrica tal, ou foi desviada". Na realidade, não cabe a nós esse controle. Somente se fosse...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O representante esteve aqui e disse que tem o controle das armas, mas, por exemplo, da Aeronáutica, da Marinha eles não têm.



O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Na realidade, o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, que é gerenciado pelo Comando do Exército, tem que englobar todas as armas das Forças Armadas. Agora, quanto à efetividade do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, não cabe a nós, vamos dizer assim, julgar. Eu digo que deveria existir, deveria funcionar dessa maneira. Mas, vamos dizer assim, não cabe à Polícia Federal executar esse serviço. Se um dia couber, nós vamos tentar fazer da melhor maneira, mas, por enquanto, hoje, cabe ao Comando do Exército executá-lo. No caso de colecionadores e clubes de tiro e atiradores, em geral, como o senhor levantou, nobre Deputado, na realidade, a gente se deparou, em algumas investigações criminais até de assalto a banco, já se chegou a comprovar que aquela arma, na realidade, era de um colecionador e que, no momento, ela foi utilizada para assalto a banco — era uma arma de grosso calibre. Então, o que acontece? Na realidade, como hoje é responsabilidade do Comando do Exército o controle dos colecionadores, dos atiradores e dos clubes de tiro, não cabe à Polícia Federal, e nós não temos esse número. Eu não sei hoje quantos são os colecionadores no País, quantas armas cada colecionador tem. Então, é um dado exclusivo hoje das Forças Armadas, do Comando do Exército, e que a Polícia Federal não tem a mínima noção de quais sejam esses números e como é feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas essas armas deles vêm todas para o SINARM, não vêm?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Na realidade, hoje, integrando os 2 sistemas, sim, a gente teria como checar hoje no sistema, se os 2 estivessem interligados e funcionando — SIGMA e SINARM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E não estão?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Só que hoje a gente não tem acesso porque não existe a interligação entre os 2 sistemas, e o SIGMA, na realidade, está em desenvolvimento, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E existe algum problema legal para ter essa interligação?



O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA - Legalmente, não. Legalmente, terá que ser interligado. Agora, tem que operacionalizar a interligação dos sistemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós vamos solicitar isso. Eu acho que nós temos que solicitar o quanto antes isso. Inclusive, com essa nova legislação que possa vir aí, vai ser fundamental. Eu queria fazer uma pergunta dentro desse aspecto.

Por exemplo, a arma apreendida. A arma registrada, tudo bem, tem o nome do dono, tem onde foi comprada e tudo o mais. A arma apreendida, como ela é registrada se a gente sabe em posse de quem ela estava? Como é feito esse registro?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – São lançados todos os dados relativos àquela arma. É lançado também qual o documento que deu origem àquela apreensão. Então, tem o boletim de ocorrência, qual a delegacia, qual a unidade, a data em que foi feito aquele boletim de ocorrência e a pessoa com quem foi encontrada aquela arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – É colocado o nome?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – É colocado tudo isso e deveria ser lançado dentro do SINARM. Alguns que são lançados estão lá constando esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – E fica como arma ilegal?

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Fica como arma apreendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Apreendida.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu digo porque se a mesma pessoa outra vez for presa com outra arma isso vai ser um agravante para ela.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – E tem como buscar no sistema se aquela pessoa já tinha outra arma apreendida no nome dela. Isso hoje é fácil de ser feito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Quer dizer, aí mostra que até a teoria da boa fé vai para o espaço num negócio desses. Então, eu acho que é interessante.

Agora, essa legislação, Relator, talvez a gente saia até com um relatório preliminar sugerindo essa legislação que obrigue todas as armas apreendidas a serem registradas no SINARM. Eu acho fundamental porque, além de ter esse fato, o controle vai aumentar muito mais.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Exatamente, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Eu vou providenciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Pois não, Dr. Fernando, o senhor tem tempo para fazer as suas considerações finais, aproveitando a pergunta do Deputado Luiz Couto.

O SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA – Muito obrigado, ilustre Presidente. Na realidade, nós temos aqui mais 2 questões. Intermediadores, que seriam, na realidade, à luz da Polícia, criminosos que estão fazendo desvios de armas dentro das fábricas. Na realidade, eu acho até que o controle, vamos dizer assim, do Comando do Exército dentro das fábricas e dentro da fabricação tem que ser, vamos dizer assim, como a gente faz até o controle, por exemplo, na segurança privada: você tem que ter o controle inclusive de todos os funcionários daquela fábrica. Você tem que levantar a vida pregressa de todas aquelas pessoas e ter um controle efetivo daquilo tudo. Você não pode simplesmente deixar qualquer pessoa... É lógico que em todo o processo de instalação de uma fábrica no País você verifica bastante a pessoa que está, vamos dizer, o dono da fábrica, o dono da empresa. Eu sei que o Comando do Exército verifica muito bem isso. Agora, se de todos os empregados que são, vamos dizer, contratados por aquela fábrica, se é feita essa checagem, isso é uma informação que eu não posso e que, na realidade, deveria haver. Se não é feito, deveria haver justamente um controle também sobre todos os funcionários. E é o que a gente faz na Polícia Federal; a gente verifica isso. Quanto às fábricas clandestinas, essas fábricas, vamos dizer assim, de fundo de quintal; fábricas que são maioria, inclusive, no Nordeste, de armas artesanais, e que foram... Era, na realidade, o preço delas nas fábricas, nas feiras, em todo o Nordeste,



custando 20, 30 reais aproximadamente. Na realidade, o que acontecia? Como era um fato de que até então o próprio Governo, vamos dizer assim, não tinha se apercebido que essas pessoas poderiam continuar fabricando e vendendo para o Governo por 100 reais, porque aí, na realidade, estava incrementando um comércio ilegal, uma fábrica ilegal de armas. Na realidade, quando os primeiros fatos, os primeiros casos foram aparecer, inclusive nos jornais nacionais e até as notícias à Polícia Federal, quais foram as atitudes que a Polícia Federal tomou? Nós mandamos, na época, ofícios para as unidades das Polícias Federais nos Estados, e que qualquer notícia dessa natureza é considerada crime; ela está lá no art. 17 do Estatuto de Desarmamento. Qualquer fabricação ilegal de arma, sem autorização do comércio, é crime no território nacional e dá uma pena, ali, acho que de até 8 anos. Então, na realidade, você teria que abrir e foram instaurados inquéritos policiais para averiguar aquelas fábricas ilegais de armas. Foram feitos alguns inquéritos nos Estados, que estão apurando esses crimes. Então, a Polícia Federal agiu no momento em que chegou essa notícia desse comércio ilegal de armas. Quanto às considerações finais, ilustre Presidente, Deputado Moroni Torgan, e demais membros desta CPI, eu repto a essa atividade e a essa Comissão uma atividade de fundamental essência para que o País realmente passe a limpo a questão das armas no território nacional. Eu acho que a importância que hoje é dada ou ofuscada, talvez, por holofotes, vamos dizer assim, políticos que não deveriam, vamos dizer, ofuscar tanto um trabalho tão nobre quanto esse que o Congresso Nacional tem que fazer e está fazendo de uma maneira ágil e de uma maneira, vamos dizer assim, que toda a sociedade vai acabar ganhando. Eu só tenho a parabenizar o trabalho da Comissão e, na realidade, elogiar o trabalho dela e colocar à disposição tanto o Serviço Nacional de Armas quanto as informações que a gente puder vir a obter e comunicar aos senhores o mais rápido possível, com toda a presteza, e me colocar à disposição para, quando for necessário, retornar a esta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu é que agradeço ao Dr. Fernando Segóvia Oliveira.



Esta CPI tem uma grande vantagem: aqui, o aspecto político fica abaixo do aspecto investigatório, e nós temos todos um único partido, que é o de tentar minimizar a violência no nosso País em todos os sentidos.

Esta CPI tem realizado um trabalho sério pela ação dos seus componentes: do Relator, do Vice-Presidente, de membros atuantes como o Deputado Luiz Couto, que tem sempre estado aqui conosco, do Deputado Francisco Appio e do Deputado Jovino, que teve que dar uma saída, mas é outro também que sempre está aqui conosco.

A vantagem desta CPI é que ela é uma CPI de longo prazo. Inclusive, já aprovamos a prorrogação dela por mais 6 meses, quer dizer, a partir de setembro, agora, deste mês, do meio do mês, ainda mais 6 meses. Então, ela deve ir até o meio do ano que vem. As outras vão passar e esta vai continuar fazendo o seu trabalho. E o importante é que esse trabalho traga o benefício de minorar a violência e tentar dar mais condições aos senhores que têm feito essa atuação.

Acho que logo, logo nós poderemos unir esses sistemas. Acho que essa proposta de nova legislação que a CPI pode antecipar é importante para que as armas todas comecem a ser cadastradas, tanto as legais quanto as ilegais. Então, eu acho que, de hoje, do seu depoimento, já temos algumas sugestões importantes e que não são tão complicadas de se fazer. São sugestões que eu acredito que possamos colocar em prática num breve espaço de tempo.

Agradeço a V.Sa. Agradeço também aos Diretores da Polícia Federal e ao Diretor-Geral, Dr. Paulo Lacerda, por liberar V.Sa. para estar aqui conosco.

Muito obrigado.

Quero informar à CPI que o Dr. Edmar de Souza Castro, Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Praia Grande, indeferiu uma solicitação da Promotora para envio de documentação de um processo derivado da chamada Operação Indra, nos autos 8.906/05, por dizer que está com sigilo parcial.

Como foi uma solicitação da Promotora, o Juiz poderia até indeferir, mas eu gostaria de colocar em discussão a requisição desses autos pela CPI, preservando o sigilo parcial.

Gostaria de ouvir o Relator sobre isso.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Plenamente de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Deputado Luiz Couto, gostaria de... (*Pausa.*)

Eu, então, gostaria de colocar em votação.

Aqueles que concordam com essa requisição permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de requisição dos autos do processo derivado da chamada Operação Indra. Autos 8.906/05.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, antes da chegada dos próximos, nós poderíamos ver a questão da ata e já aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – A ata já foi aprovada. Muito obrigado pela lembrança.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Os requerimentos, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Já foram votados os requerimentos, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Não foram analisados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Passo a Presidência ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão o Requerimento nº 126/05, de autoria do Presidente Moroni Torgan, que requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Hélio Garcia Ortiz, técnico judiciário.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Esse foi o que foi ouvido na última reunião. Nós precisamos fazer isso porque resta uma dúvida enorme sobre ligações do crime organizado com fraudes em concursos. Isso é algo muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Posso fazer um adendo, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós solicitamos ao Ministério Público Federal formalmente as informações a respeito desse inquérito?



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Se não foram solicitadas, eu acrescento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foram solicitadas? Eu acho que temos de solicitar ao Ministério Público Federal todas as informações a respeito desse...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu faço um adendo neste requerimento, já suprindo essa sugestão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Aquele com quem ele teria vinculação, que estava preso no Acre, também tem alguma coisa? V.Exa. solicitou? Porque tinha um preso no Acre que parecia a ligação dele.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - V.Exa. tem razão. Eu acho que poderia fazer um requerimento solicitando inclusive a oitiva dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – É.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E tenho certeza de que o Plenário acatará a solicitação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que concordam com o Requerimento nº 126/05, com o aditivo apresentado verbalmente, permaneçam como estão. Os que discordam se manifestem de outra forma. (*Pausa.*)

Aprovado.

Um parêntese antes de seguir adiante: é impressionante a repercussão desse assunto relativo ao Hélio Garcia Ortiz, o interesse das pessoas.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu não descarto a possibilidade de ele voltar depois de a gente analisar as quebras de sigilo, porque é algo muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por isso eu acho que é fundamental a gente ter acesso a essa documentação que está com o Ministério Público Federal.

Depois da audiência, eu ainda me dediquei a ler mais informações a respeito. Talvez seja uma coisa muito maior do que pareceu aqui.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – E eu acho que inclusive esse requerimento que o Deputado Luiz Couto vai fazer também é importante porque vai pegar um outro lado que é interessante. Até peço ao Deputado Luiz Couto que o faça o quanto antes, para a gente depois poder...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E aí também solicitar, ao mesmo tempo, a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Jorge Dutra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Do Jorge Dutra, lá do Acre, que parece que mora em Goiânia e que parece ser o vínculo dele... O Jorge Dutra e o Ortiz andam juntos. E ele que dizia que só tinha ido em Mato Grosso. Depois de algumas indagações, cada vez foi-se descobrindo que ele...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão o Requerimento nº 131/05, de autoria do ilustre Deputado Moroni Torgan, que solicita que seja convidada a Sra. Ana Frigério Molinari.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Essa é a Promotora que, vindo os autos e a Promotora, nós podemos fazer uma sessão interessante sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão; os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 131/05.

Esgotada a pauta, reassume a Presidência dos trabalhos o Deputado Moroni Torgan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu vou convidar o Sr. Clovis Ribeiro, mas, antes de ele chegar ao plenário, eu queria falar uma coisa interessante e elogiar o Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Clovis Ribeiro entrou com um pedido de medida cautelar em *habeas-corpus*, justamente aquele para não precisar falar. Pois o Ministro indeferiu o pedido. Ele indeferiu o pedido, o que é uma coisa interessante, dizendo que via o procedimento do Sr. Clovis Ribeiro muito mais como testemunha do que como acusado. Conseqüentemente, ele teria que falar a verdade.



Então, eu quero elogiar essa medida do Ministro Joaquim Barbosa e registrar e dizer que o Sr. Clóvis vai ter que falar a verdade aqui, porque até a medida foi indeferida.

Então, convido o Sr. Clovis Ribeiro para tomar assento aqui.

Solicito que sejam retiradas as algemas.

Estando o Sr. Clovis Ribeiro sentado à mesa, antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente é o necessário para que faça a sua exposição inicial, durante a qual não poderá ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Por se tratar de oitiva de testemunha, solicito ao Sr. Clovis Ribeiro que preste juramento conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Quero dizer que recebemos um ofício do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Joaquim Barbosa. O Dr. Pedro Lazarini entrou com uma medida cautelar em *habeas-corpus* para que o senhor tivesse o direito de permanecer calado. Só que a medida cautelar foi indeferida pelo Supremo. Conseqüentemente, o senhor tem o direito de falar a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado.

Está aqui: “Do exposto, nego segmento ao presente, ficando prejudicado o pedido de liminar”.

Então, V.Sa., segundo o despacho do Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, não teve acatada sua medida cautelar de *habeas-corpus*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, indago se o depoente tem advogado e se o mesmo está presente.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Meu advogado não está presente no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Mas estava até agora, não é? Eu acho que chegou.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Chegou, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Está presente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Como é o nome do seu advogado?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O meu advogado é o Dr. Pedro Lazarini. Só que ele, por falta de horário na agenda — fomos pegos de surpresa —, ele não pôde comparecer. Então, veio o Dr. Renato Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Dr. Renato, peço que depois se identifique para a Secretaria da Comissão.

Muito obrigado ao senhor.

O Relator quer fazer uma breve explanação ao Sr. Clovis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Na realidade, Sr. Clovis, o senhor está vindo a esta audiência na condição de testemunha.

Esta é uma Comissão criada na Câmara dos Deputados com a finalidade de investigar o tráfico de armas e munições e a ação de grupos que atuam no crime organizado.

Portanto, V.Sa está aqui, hoje, não na condição de acusado, mas na condição de testemunha, em função de o seu nome ter aparecido em vários episódios e das próprias circunstâncias em que o senhor se encontra.

O nosso objetivo, quando o chamamos, foi no sentido de que o senhor pudesse colaborar com o trabalho que estamos desenvolvendo. É evidente que, vindo na condição de testemunha e sob juramento, o senhor tem, aqui, que falar a verdade, sob pena de, entrando em contradição, apresentando versões conflituosas com relação a fatos de que já temos conhecimento, numa outra oportunidade, deixar de ser chamado como testemunha no sentido de colaborar e também passar a ser alguém que desperte o interesse de investigação da CPI. Neste momento não é isso. Queremos contar com a sua colaboração.

Por isso estamos fazendo esse depoimento e contando com que, de fato, o seu depoimento possa nos ajudar a compreender uma série de questões. Na medida em que o senhor nos ajudar, certamente também haverá disposição desta Comissão em ajudá-lo, naquilo que a lei permitir.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Feitas as ressalvas, o senhor tem a palavra pelo tempo que desejar.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não sei nem o que eu estou fazendo aqui, Excelência. Eu sou evangélico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Então, deixe-me explicar.

O senhor está recolhido à prisão por ter participado, junto com o Naldinho... Você deve saber esse procedimento.

Estamos muito mais interessados no seu testemunho sobre as ligações do Naldinho; quem eram os amigos dele; quem eram as pessoas que faziam; o conhecimento que você via; pessoas do Rio de Janeiro, por exemplo, em contato com ele; pessoas de Santos e de São Paulo em contato com ele.

É com essas coisas que nós gostaríamos que você pudesse ajudar a CPI.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Então, Excelência, o que eu tenho para falar com o senhor é que eu sou crente; minha vida é transparente; sou evangélico. Eu nada tenho a ver com tráfico de armas e nenhum tipo de envolvimento com armamento. Nunca tive nenhum envolvimento com armamento e desconheço qualquer tipo de envolvimento. Se alguém, o Ronaldo, como o senhor citou agora, se ele tem, não é do meu conhecimento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Não tem mais nada a falar, preliminarmente?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Então, passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sr. Clovis Ribeiro, o senhor é natural de onde?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Sou natural de Santos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Família de Santos? Reside em Santos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Resido, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito.

Sua formação escolar? O senhor estudou até que ano?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu entrei na faculdade para fazer Direito, mas não cheguei a completar o primeiro ano, Excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Chegou a entrar na faculdade para...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – De Direito, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Que idade o senhor tem?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tenho 33 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Trinta e três anos.

Qual é a atividade remunerada de que o senhor vive, ou, pelo menos, antes de ser preso, qual era a sua atividade? Como era o seu...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu trabalho com diversas... Eu tive loja de roupas, 2 lojas de roupas; eu sou estivador, carteira preta; eu compro e vendo bens; e hoje vivo com renda de aluguel também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito.

Qual é mais ou menos a remuneração mensal que o senhor obtém com os seus negócios?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Olha, eu não posso informar isso para o senhor. Eu fui pego de surpresa. Eu tenho que verificar devido com o meu contador. Isso tudo é declarado em Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sim, mas mais ou menos qual é a renda mensal que o senhor obtém em função dos negócios que o senhor realiza?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não posso falar para o senhor, porque eu posso vender um imóvel meu e ganhar um valor, numa transação, um pouco maior num mês; no outro eu posso ganhar menos. Eu não posso informar para o senhor. Não tenho como informar. Minhas coisas são declaradas no Imposto de Renda, tudo certinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito. E o seu patrimônio qual é que é? O que o senhor possui? Imóveis, veículos? O que o senhor possui?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Senhor, por todo o respeito que eu tenho pela autoridade do senhor, eu não sou testemunha numa acusação? Não estou sendo chamado para depor como testemunha, senhor?



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Eu estou fazendo a sua identificação. Qual é o seu patrimônio? O que o senhor possui? Eu quero listar. Estou fazendo a sua identificação.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu posso puxar a minha declaração do Imposto de Renda e posso expor para o senhor devido o meu contador...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Eu não quero uma coisa detalhada; eu quero que o senhor me diga o que o senhor possui: 1 casa, 2 casas, 3 casas, 1 apartamento, 2 veículos? A qualquer pessoa que vem aqui eu pergunto qual é o patrimônio e a pessoa diz. Qual é a dificuldade de dizer qual é o seu patrimônio, o que o senhor possui?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu possuo um... Só um minuto só, por favor. Eu possuo uma casa em Praia Grande que eu vendi, está vendida, está declarada a venda, mas consta no meu nome. Mas está vendida. Eu tenho um galpão na Avenida Siqueira Campos, 161. Eu comprei uma propriedade na Avenida Washington Luís, um apartamento, e eu tenho um imóvel na Rua João Alfredo. Eu também tenho, na Praça Palmares, uma propriedade. Só isso. Que eu me lembre é só isso. Mas eu posso relatar detalhadamente para o senhor se eu olhar o meu Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito. Está tudo no Imposto de Renda?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Veículos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Veículos, no momento, eu não tenho nenhum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O senhor tinha?

O SR. CLOVIS RIBEIRO –Tinha, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Quais eram os veículos que o senhor tinha?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O senhor me fez... Com todo o respeito, por último, quando eu fui preso?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – É. Agora, nesse último período, quando foi preso.



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Quando eu fui preso, eu não tinha veículo; eu tinha só o carro da minha esposa. Eu vendi o meu veículo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Qual era o último veículo que o senhor teve?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tive uma Pajero Sport, ano 2001, azul.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito.

Além desse patrimônio que o senhor revelou aqui, a sua esposa também tem imóveis no nome dela?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Minha esposa tem uma casa em Praia Grande.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – No nome dela?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Em nome dela. É o único patrimônio que ela tem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito. Dá para perceber que o senhor tem uma remuneração mensal, pelo menos, ou uma remuneração, razoável, porque o patrimônio que o senhor possui é um bom patrimônio para a sua atividade, não é, como estivador? Qual é a relação que o senhor tem com Ronaldo Duarte Barsotti de Freitas?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu conheci o Ronaldo servindo o Exército. Servi o Exército com ele. Ele foi padrinho, ele é padrinho da minha filha Francine. Ele tinha um conhecimento da estiva, por ele ser muito estivador, ele ser conhecido no porto. Eu não tenho mais nenhum vínculo com ele. Ele tinha loja de carro. Essa Pajero foi vendida para ele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Essa Pajero foi vendida para ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Foi vendida para a Duarte Multimarcas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – E eu tinha outro carro, outro veículo na loja dele, que era uma Ranger branca, que eu possuía dentro da loja dele. É o único vínculo que eu tinha com o Ronaldo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Uma Ranger que estava no seu nome?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Ela não estava no seu nome?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Estava em nome de quem?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tenho o contrato...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era um automóvel que o senhor tinha comprado e estava lá para ser vendido?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Estava lá para ser vendida, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito. Então, além da Pajero, o senhor tinha também essa Ranger.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Tinha adquirido ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Mas parece que teve uma outra ligação entre tu e Ronaldo. Vocês tiveram uma loja de roupas em sociedade?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – No momento em que eu estava abrindo a loja, aproximadamente, acredito que uns 10 anos atrás, ele tinha uma esposa chamada Mariana. Então, ela estava doente e foi a época logo que eu saí do quartel, então eu estava montando a loja de roupas. Então ela teve uma parceria, sim. A Mariana teve uma pequena parceria. Só que, como eu estava já no estágio final de abrir a empresa, ficou somente no meu nome a empresa. Então, não consta em registros documentados, mas houve uma sociedade. Eu abri e ele entrou com uma parceria muito pequena. Mas, embora ela morreu, logo após, isso foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu estou dizendo isso porque eu estou com a declaração dele aqui, que ele já veio à CPI e ele mesmo que disse: "Tivemos uma loja de roupas também em sociedade".

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Então, essa loja. Eu abri uma loja para a minha esposa trabalhar, porque, como eu tinha outra, eu trabalhei com bombas injetoras, o meu sogro tem empresa de bomba injetora, a minha esposa tem empresa de bombas injetoras, que mexe com veículo *diesel*, então eu abri uma empresa para a minha esposa trabalhar. Então, como a mulher dele estava doente na época, estava meio com depressão, então chegamos a ter uma pequena parceria, mas não consta em registro isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Quando o senhor saiu do quartel e o senhor iniciou esse negócio de roupas, o senhor já possuía algum imóvel seu?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Meu primeiro imóvel foi doado pelo meu sogro, que consta como uma venda para mim, no meu nome, que é o imóvel da Nabuco de Araújo. Esse imóvel veio do meu sogro para mim. Foi o primeiro imóvel que eu tive.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Quando foi isso?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Foi logo quando eu me casei. Aproximadamente faz 13 anos. Só que deve ter sido transferido para o meu nome anos depois. Eu não posso me recordar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Todo esse patrimônio que o senhor adquiriu foi depois, com a loja de roupas e com o trabalho de estivador. É isso? Todo esse patrimônio que o senhor adquiriu foi vendendo roupas e trabalhando na estiva?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Excelência, eu estou no caso como testemunha. O senhor está insistindo em falar da minha vida pessoal. Com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Não. Testemunha. Aqui é qualificação da testemunha. É natural. Não tem problema nenhum. Essa é uma qualificação inclusive para qualificar o seu depoimento, para saber se seu depoimento tem credibilidade ou não. Isso não tem nada a ver.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Sobre a minha vida particular, com todo o respeito pelo senhores, me coloco no... De permanecer calado, porque é um direito que me consta, senhor. Eu tenho tudo declarado no meu Imposto de Renda. Eu posso oferecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu não vejo, eu não vejo... Espera aí. Primeiro, que o direito de permanecer calado, entraram com a ação e perderam a ação lá. Então, esse direito de permanecer calado tu não tens. E está aqui a cópia da ação. Se quiseres dar uma olhada, não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Se o advogado quiser examinar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Em que tu pediste o direito de permanecer calado.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Mas esse pedido, senhor, com todo o respeito, ele foi feito em cima de, ele foi pedido pra mim ir falar como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Indeferido. Aqui a CPI é como se fosse o Judiciário. De acordo com o art. 153 da Constituição, a CPI tem



poderes de Justiça. Então, tu estás frente ao Judiciário investigatório. Conseqüentemente, tudo aquilo que lhe for perguntado... E a qualificação da testemunha, que o Relator está tentando fazer, é fundamental para dar credibilidade ao depoimento da testemunha, porque, senão, não tem... E eu não vejo o que tu tens pra esconder, porque, se está no Imposto de Renda, fala aquilo que tens que falar. Não tem mistério. Ninguém está aqui prejulgando nem fazendo nada disso. Nós estamos aqui conversando, o Relator está te perguntando com toda a tranqüilidade, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, se há receio do depoente, vou solicitar inclusive a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do depoente, uma vez que ele tem receio inclusive de dizer o que ele possui, a sua qualificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu não vejo razão para isso. Então, eu quero dar oportunidade de ele poder falar tranqüilamente e responder às questões ao Relator, que não são questões nada demais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sr. Presidente, é uma pergunta muito singela. Eu perguntei se ele adquiriu o patrimônio que ele tem trabalhando na estiva e vendendo roupas. Eu não vejo nada de... É tão difícil essa pergunta!

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, Excelência. Mais uma vez, eu, com o todo respeito, eu respondi essa pergunta para o senhor anteriormente. Eu acho que eu não vejo por que responder a mesma pergunta 2 vezes, com o todo respeito. O senhor me desculpa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O senhor não me respondeu, porque eu perguntei qual é o patrimônio que o senhor tinha. Agora eu estou perguntando como é que o senhor comprou esse patrimônio, como é que o senhor adquiriu esse patrimônio. Perguntei se foi vendendo roupas e trabalhando na estiva.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não lembro, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O senhor não lembra? Ótimo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – É porque eu estou um pouco nervoso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fica tranqüilo, fica tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ninguém aqui quer te agredir.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estou com frio, eu estou nervoso. Eu...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Fica frio, fica tranqüilo. Um café depois para ele, por gentileza. Quer um café?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu aceito, senhor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Peço à Secretaria que providencie.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Conhece o Maurício Louzada Guilhardi, vulgo Soldado?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor. Eu conheci o Maurício nessa prisão que estou agora. Só isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Conhece ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor. Não conhecia não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Conheceu agora?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Conheci na prisão o Maurício.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O Soldado, esse?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Olha, eu não posso lhe informar se ele é soldado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Não, o apelido dele é Soldado ou não?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Desconheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – E o Baleia, tu conheces?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Baleia eu nunca escutei falar, não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Nunca escutou falar?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o Fernandinho Beira-Mar, tu conheces?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Olha, eu já ouvi falar o nome dele nas televisões.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Pessoalmente?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Pessoalmente eu nunca vi, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Teve algum contato com ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Com as pessoas ligadas a ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – De forma alguma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Conhece o Elias Maluco?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Nunca conheci, senhor. Só pela televisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Só pela televisão? E o Baleia também tu não conheces?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Nunca conheci também, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Por que, quando o senhor falou do seu patrimônio, o senhor não incluiu uma chácara localizada em Ribeirão Pires?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Do meu patrimônio, uma chácara incluída em Ribeirão Pires?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sim. O senhor não tem uma chácara em Ribeirão Pires?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Nunca tive, senhor. Desconheço isso aí. Nunca tive nenhuma chácara em Ribeirão Pires.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito. O senhor conhece o Ademir Carlos de Oliveira, vulgo Pezão? Conheceu?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conhece o Claus da Conceição Júnior, vulgo Gapul?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Olha, tem um Claus lá, preso. Tem um Claus preso, que foi preso com nós.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Conhece ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, vim conhecer depois da prisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não conhecia antes. E o Marcelo Trindade Benedito, o senhor conhecia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sabe de quem se trata?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Já escutei falar o nome dele na cidade, mas eu não conhecia, não...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já tinha sido preso antes dessa prisão?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Se eu já tinha sido preso?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tinha alguma passagem na polícia, alguma coisa?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Então, eu estou respondendo o 121.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas preso o senhor nunca tinha sido?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é que foi morto aí?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é que morreu aí?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O 121?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu estou sendo acusado injustamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A morte de quem?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Uma pessoa conhecida como Adriano...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está sendo acusado de ter...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - ...que eu nunca conheci, nunca vi, nunca tive relação nenhuma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem mais que está respondendo junto com o senhor? Só o senhor?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Só eu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conhece o Fidélis? Conheceu o Fidélis?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conhece uma pessoa que tem a alcunha de Colorido?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conhece ou conheceu o Fernando Viana da Silva, vulgo Plim?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu conheci um Fernando que foi preso comigo. Só isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É o Plim? Conhece ele da onde?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Vulgo, não conheço ninguém pelo vulgo, conheço o Fernando.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conhece o Fernando da onde?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Conheci na cadeia, que eu fui preso agora, esse ano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conheceu na cadeia também?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Faz... Desde o dia 6 de...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Antes da cadeia o senhor não conhecia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o Tiago o senhor conhece?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Tiago?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É, Tiago.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Se o senhor me dizer, assim, alguma outra coisa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aquele que aparece na letra do *funk* que foi feito para o Naldinho, que é citado.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, não conheço. Eu conheço um Tiago que... Eu tenho um filho com uma moça na rua, e tem um Tiago em Santos que eu conheço, que ele é marido dessa moça, que o nome dela é Alexandra. É o único Tiago que eu conheço, mas eu nunca soube que o nome dele estava em baile *funk*. Com certeza não é essa pessoa, pra estar em música *funk*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conhece o Alemão e o Luiz, que atuam lá na região da Praia Grande?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não conhece ninguém. O senhor conhece um colombiano que se encontrou com o Naldinho lá na Baixada?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor. Eu nem conheço... Desconheço qualquer tipo dessa conversa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece os negócios que o Naldinho tem? O senhor participou junto com ele na definição de algum negócio, de alguma aplicação, de algum investimento que ele fez?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, de forma alguma. Nunca... O senhor pode me perguntar de novo, por favor?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os negócios que o Naldinho tem.



O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ele tinha loja de carro, que eu sei no momento é sobre loja de carro que ele tem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor é torcedor do Santos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor. Sou palmeirense.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não freqüenta lá o... Junto com o Naldinho? Nunca se envolveu em negócios com jogador de futebol?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não. Não, senhor. Eu não ia para estádio, eu não freqüentava esse tipo de lugar. Eu trabalhava e ia para casa e eu ia muito para a igreja. Eu sou evangélico, eu sou crente, eu ia para igreja de terça-feira, ia de quinta, ia de sábado, ia domingo de manhã, ia domingo à noite.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a sua igreja?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Cristo é a Resposta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Faz tempo que o senhor é crente?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu comecei a freqüentar lá faz 6 anos e, de uns anos para cá, conforme foi passando o tempo, eu fui me envolvendo mais: não bebo, não uso drogas. Tenho uma vida completamente familiar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que o senhor está preso então?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estou preso e, se Deus quiser, eu vou sair.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que uma pessoa que só vai à igreja, vai para casa, não bebe, não usa drogas, só trabalha, está presa?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Olha, Excelência, eu tenho vontade de me enforcar e de me matar porque eu sou vítima de uma covardia que fizeram comigo. Só tenho isso para falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor é vítima de uma covardia. Feita por quem?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O que está acontecendo comigo aí, eu estou sendo acusado por coisa que eu jamais cometí. É isso que eu tenho para falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas por quem o senhor está sendo acusado? Quem é que está fazendo essa covardia? Quem é que está querendo lhe prejudicar? Nós podemos lhe ajudar.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor?



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem é que está fazendo isso com o senhor? Qual é o interesse de alguém envolver uma pessoa que...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não estou entendendo até agora. Eu não quero falar sobre isso. É um direito que eu tenho e eu quero me reservar do meu direito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. A impressão que me dá é que o senhor está com medo. Quando a gente fala no patrimônio, quando a gente fala na origem do patrimônio, quando a gente começa a fazer algumas perguntas, o senhor começa a agir como quem está receoso de alguma coisa. O senhor está com medo de alguma coisa?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, não tenho medo de nada, não, senhor. Eu só acho que a gente tinha que ser solicitado. Eu posso lhe dar informação a partir do momento que o senhor me requisitasse para falar dos meus bens. Eu acho que eu tinha que ter uma audiência. Acho que todo o mundo tem que ter o seu direito preservado, de sentar com o seu contador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Deixa eu te explicar uma coisa. O Relator está numa linha que é justamente para te defender. Por exemplo, se tu estás aqui como testemunha e tem alguém te ameaçando, tem alguém querendo fazer mal a ti, se querem te ameaçar e fazer mal, é justamente porque não querem que tu fales o que tu conheces. Então, é isso que eu quero te explicar, que esse procedimento do Relator é totalmente legal. Ele está tentando preservar a testemunha, querendo saber quem é que quer te agredir, quem é que quer que tu não fales, quem é que quer que tu fiques quieto, porque o teu testemunho para nós é importante. Conseqüentemente, preservar a tua vida para nós é importante. Então, esse é o sentido com que o Relator está fazendo essas perguntas. Ou entendi errado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Veja bem, o senhor está num presídio inclusive que tem o regime disciplinar especial. Correto?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Por que o senhor está nesse presídio? O senhor está nesse presídio porque o senhor está sendo protegido. Está sendo protegido de quem? O senhor está sendo ameaçado?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu fui preso, eu fui para um presídio. De lá a gente não escolhe para onde a gente vai. Estão transportando a gente de um lugar para o outro, e é isso que está acontecendo. Agora mandaram eu para lá, para Presidente Bernardes, não sei por que, e eu estou lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor tem alguma coisa que o senhor possa nos dizer que o senhor acha que possa colaborar com a nossa investigação sobre a ação das organizações criminosas na região de Santos, na Baixada Santista como um todo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não tenho, não, senhor. Eu não tenho o que falar. Eu desconheço qualquer tipo dessa atividade. O meu telefone recentemente foi grampeado. Então, eu comprovo as coisas que eu falei, que eu vou para a igreja, eu falo de Deus o tempo todo, de Cristo, e é isso que eu tenho para falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor lê bastante a Bíblia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Leo, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lá no presídio também?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Continuo lendo, senhor. O senhor pode constar isso no presídio. Eu até insisti muito lá com o Diretor de disciplina porque não entrava Bíblia. Eu pedi várias vezes, eu fiz pedido de audiência com ele para entrar minha Bíblia e é o único livro que eu tenho lido lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Da minha parte por enquanto é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Vamos à lista de inscrição.
Deputado Francisco Appio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente e Sr. Relator, é evidente que o depoente teme por declarações que possa prestar a esta CPI. Ele conhece muito mais do que está dizendo e certamente ele leu lá na Bíblia e ouviu a Palavra de Deus que ele precisa enfrentar o mal, que ele precisa enfrentar aqueles que fazem este mundo pior e, portanto, se ele teme a Deus como imagino, pela freqüência com que vai, com que invoca a Deus, certamente ele também teme as leis e eu lhe pergunto: o senhor tem medo da lei?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, medo eu não tenho, eu respeito a lei.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor tem medo de polícia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor tem medo de Deus?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Tenho, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor tem medo da morte?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, da morte eu não tenho, não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas por que razão o senhor se fecha quando o Relator está tentando lhe ajudar. Esta CPI pode ajudar a sua situação. Nós queríamos entender. Eu estou aqui, meu caro Relator, com a minha cabeça imaginando: meu Deus do céu, o que é que estão fazendo com esse homem? Esse homem está ameaçando se matar, esse homem não quer falar mais nada, sinal de que há alguma coisa em cima dele e ele não quer abrir, não quer compartilhar, não quer dividir com ninguém. Então, sabemos que o senhor já está num regime, de certa forma, de segurança máxima, mas não sabemos por que razão o senhor se fecha dessa maneira. O senhor hesita em falar, o senhor pensa muitas vezes em falar, o senhor está aqui trazendo informações para uma CPI que quer combater, Clovis, pessoas que estão fazendo mal a você, que fazem mal aos nossos filhos, aos filhos de todos os nossos cidadãos brasileiros. Eu acho que o senhor está perdendo uma grande oportunidade de contribuir. Isso aqui não está sendo transmitido pela televisão, isso aqui, o máximo que tem é um ou outro fotógrafo, mas você já deve ter saído em jornal outras vezes, e aqui não tem ninguém querendo te julgar, te condenar. Nós queremos é que você colabore com as investigações, como todo cidadão tem obrigação de dizer. Você não ouviu isso na Palavra de Deus?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Excelência, eu ouvi, sim, senhor, mas eu posso falar daquilo que eu sei, do que eu tenho certeza. Eu não posso informar alguma coisa que eu não sei, que eu desconheço, Excelência.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas você está dizendo que não quer compartilhar conosco nem do que está sendo acusado. Não é possível que o senhor não saiba quem lhe acusa, por que lhe acusa, por que o senhor está preso. Qual é a razão que o senhor não quer abrir isso?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Excelência, eu tenho um carro branco dentro da loja do Ronaldo. A polícia diz que, porque é carro branco, é cocaína. Eu tenho um contrato que eu adquiri essa casa ou esse veículo aproximadamente 8, 10 meses antes de eu ser preso, e eles alegam que é cocaína. Eu comprei um imóvel do Ronaldo, eu comprei um imóvel do Ronaldo, que está declarado no meu Imposto de Renda, que esse imóvel ele localiza-se na Avenida Washington Luís nº 312, ap. 71, eu comprei esse imóvel no ano de 2004 para pagar esse imóvel 50 mil reais em 2004, conforme está na minha declaração de Imposto de Renda e para pagar 100 mil reais no ano de 2005. Então, a polícia pegou e colocou que isso aí era empréstimo, que eu peguei empréstimo. Eu não estou entendendo o porquê. Estou sendo covardemente... Eu me exponho... Eu estou sendo injustiçado por esses dois motivos. O que tem de acusação contra mim é tudo mentirosa, eu estou indignado. Quando eu falei para o senhor que me dá vontade de se matar é porque eu lembro das minhas filhas, eu tenho a minha esposa, eu tenho a minha mulher, que é digna, de família direita. Nós somos todos direitos. Na minha família, não tem ninguém que foi preso nunca por nenhum artigo. Então, eu estou indignado. Eu estou sendo acusado de coisas de que eu não participei. Eu estou provando perante a Justiça. Agora, eu, em todo momento, eu estou com receio de estar aqui não é com medo de nada, não tenho medo de ninguém, de nada. O meu medo, eu só tenho medo de Deus, só, Deus, que é o que eu tenho medo. Eu só acho, que nem... Eu estava no meu presídio, eu estava dormindo lá, me acordaram às 7 horas da manhã, eu fui transferido, eu não sei para onde eu vou, por que eu vou, de repente, me trazem aqui, o meu advogado não deu tempo de chamá-lo, foi chamado o meu primo, que, esse rapaz que está aí, ele não sabe sobre a minha vida. Então, ele é um profissional que foi avisado em última hora, chegou aí, nem sabe do que se trata. Então, eu acho que eu tenho de ter o direito de saber por que eu estou sendo chamado para poder responder ao senhor com precisão as minhas coisas. Só que, lá, no presídio, nem para família eles deixam ligar, porque eles falam que é por motivo de segurança. É o que eu posso falar para o senhor. Eu estou sendo claro e estou falando toda a verdade. Eu não tenho por que mentir. Agora, sobre meus imóveis, eu comprei um imóvel, vendi. Quando me fazem uma pergunta do meu imóvel, a gente vende um imóvel, eu tenho um contrato, eu declarei o Imposto de



Renda, mas, às vezes, a pessoa não passa para o nome. Então, a gente tem cautela em falar as coisas para não passar, depois, por mentiroso, porque a gente tem de fazer um juramento aqui. O senhor entendeu? É só isso, senhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO – Bom, Clovis, fica claro que a sua vinda aqui não é por acaso. O Relator, que conhece bem os processos, te fez inúmeras perguntas sobre pessoas, sobre fatos. Se ele te fez essas perguntas é porque efetivamente ele está embasado em informações, em depoimentos, e, no entanto, você negou todas. Aí, ao negar, você pode não estar mentindo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO – Ao negar que não conhece uma pessoa e, se de fato você conheceu, mas, aí, você estará cometendo o crime de falso testemunho. Você garante que todas as pessoas referidas pelo Relator, que você disse não conhecer, você não conhecia mesmo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não conhecia, não, senhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO – Reafirma tudo isso?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Reafirmo, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO – E o senhor não entende, o senhor que tem essa fé em Deus e se sente acuado, e se sente injustiçado, quando o senhor fala em se matar, não é uma contradição? Porque, se o senhor é inocente, se o senhor tem filhas que precisam do senhor, tem família, não é um ato..., o senhor não está dando, de certa forma, um recado, querendo passar essa informação para alguém?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, não quero, não, senhor. Simplesmente eu estou preso num lugar e sou tratado com muita educação, a refeição, ela, dentro do possível, é boa, só que a gente se sente um bicho, a gente fica dentro de uma jaula preso o dia inteiro, a gente não pode ver a visita, nossa visita é 2 horas atrás de uma tela, não posso pegar minha filha no colo e isso... Eu hoje olho para minhas filhas e sinto..., eu chego a comparar a um amor de uma mãe, a tirar um filho de uma mãe, porque eu era como se fosse um pai e uma mãe. Eu trato as minhas filhas com todo amor e carinho, então, eu estou completamente desorientado por isso, de perder minha família, em questão de segundos, por algo que eu não cometí.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO – Mas, desculpe, Clovis, você mantendo essa posição, você não vai aceitar da sociedade nenhum tipo de... não vai receber nenhum tipo de colaboração, porque você não colabora. Quando você for julgado pelo que você está sendo acusado, certamente as pessoas não terão a compreensão que você merece. Eu acho que a colaboração num processo de investigação é muito importante. Os que você está protegendo, na verdade, eles não te protegem. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, Sr. Clovis Ribeiro, a sua primeira profissão foi estivador?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor, eu trabalhei com navegação, quando era criança, quando era mais jovem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim, com navegação?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Trabalhei com navegação. Eu trabalhei com nave... Eu trabalho desde os meus 8 anos de idade, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Então, o senhor podia dizer, mais ou menos, como o senhor iniciou a sua vida profissional. O senhor trabalhou desde os 8 anos, o senhor falou?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu sempre trabalhei, sempre ajudei os meus pais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, mas, enquanto profissão que era remunerada, com carteira assinada, o senhor começou a trabalhar...?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Desde 86, se não me falha a memória.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, mas o senhor trabalhou como estivador?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tive táxi, eu já tive caminhão, o caminhão não estava no meu nome, então, têm coisas que a gente... Eu já tive táxi, eu tive... Eu tive diversas... Isso tudo, é o que eu falei para o senhor, tudo isso eu posso informar com detalhes através da minha...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não, mas eu quero saber apenas o seguinte. O senhor trabalhou como estivador, no mesmo tempo em que o senhor



trabalhou como estivador, o Sr. Ronaldo também trabalhava no Porto de Santos com o senhor?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ah, o Ronaldo sempre trabalhou no porto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O Ronaldo jogava bola, então, ele é conhecido no porto, ele...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Então, o senhor conhecia o Ronaldo também...?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu conhecia o Ronaldo desde o quartel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Quartel. Depois..., mas, antes, ele trabalhava no porto, depois, foi para o quartel. O senhor também trabalhou no porto de Santos... Há quanto tempo, quanto tempo o senhor trabalhou no Porto de Santos como estivador?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não sei lhe informar isso com precisão, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Foram 5 anos, 10 anos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Acredito que uns 10 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Dez anos. Qual era a sua função lá? O que o senhor fazia como estivador? Porque cada um tinha..., existem várias atribuições. O senhor fazia o quê? Era para colocar os contêineres lá no navio...?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Prende carga, solta carga, faz limpeza, forração de navio, etc, etc, solta contêiner, prende contêiner, carga geral...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Era isso que o senhor fazia. E o senhor recebia em média quanto por esse trabalho?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ah, tem mês que, só na estiva, tem mês que eu cheguei já a receber em torno de 6 mil reais, 5 mil reais, eu já cheguei a alcançar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Seis mil reais. Certo. Tá. Aí, o senhor, com isso aqui, o senhor investia em outros negócios, não é? O senhor disse que já possuiu 2 lojas de roupa, certo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor disse que viveu um tempo de compra e venda de bens. O que o senhor comprava e o que o senhor vendia?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor, eu gostaria de não responder a essa pergunta porque eu tenho de consultar o meu Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Mas, o senhor, mas isso aqui, nem precisa. O senhor, por exemplo... O Ronaldo, ele disse aqui: “Olhe, eu comprava carro e vendia carro”. O senhor vendia o quê? Era...?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – É, um imóvel, outro imóvel ou um carro, eu tive alguns carros em meu nome que, então...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pronto, o senhor pegava carro, comprava carro e vendia, comprava e vendia carro? Também comprava...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Deixa eu falar uma coisa para o senhor?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pois não, diga.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não era específico comprador e vendedor de carro, eu apenas gostava de sempre estar trocando de carro e, além disso, eu me beneficiava quando tinha um carro batido ou um carro todo quebrado, o que aparecesse barato eu comprava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Claro, mas, Sr. Clovis, o senhor disse o seguinte. Primeiro, o senhor vivia como estivador, era sua vida como estivador e o senhor recebia aquele salário e, com isso, o senhor vivia. Depois o senhor investiu em 2 lojas.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Deixa eu falar uma coisa para o senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pois não, diga.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu era estivador, ao mesmo tempo eu tinha uma loja de roupa, eu já tive táxi no mesmo ano...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Mesmo tempo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu posso falar para o senhor detalhadamente sobre os meus negócios.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor, consultar o meu Imposto de Renda...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não, eu só quero dizer isso, Sr. Ronaldo, para que o senhor...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Clovis.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Clovis, porque é o seguinte, veja, há acusações de que o senhor estaria envolvido também, como o Ronaldo, numa atividade que não era legal. Então, se o senhor vai dizendo o que o senhor tinha, quer dizer, vai colocando que, durante a sua vida, o senhor teve várias atividades comerciais e então, e que o senhor vivia disso, quer dizer, vai tirando aquele elemento de que o senhor estaria envolvido com a atividade criminosa. Então, é isso que nós queremos saber, que o senhor diga de que o senhor vive, para que... é isso que a gente está querendo ajudar o senhor, não está querendo atrapalhar sua vida, tá?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pois não, diga.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Com todo o respeito com a presença do senhor, a forma de me expressar com o senhor, o senhor me falou agora que eu estou sendo investigado com influências com o Ronaldo, e eu estou aqui como testemunha. Agora, o senhor veja bem uma coisa, eu tenho um estacionamento, em Santos, certo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Tem um estacionamento?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tenho um estacionamento em Santos. A Prefeitura não me dá alvará para trabalhar por problema na obra, por problema técnico, não por malvadeza ou coisa parecida. Só que há 2 anos eu trabalho com esse estacionamento. Então, às vezes eu falo as coisas para o senhor, a gente faz um juramento, então eu falo para o senhor: “Eu ganho hoje dinheiro com estacionamento”. Aí, o senhor fala assim: “Então, me traz toda tua declaração do teu estacionamento”. Eu não tenho como declarar uma coisa que eu não tenho documento, mas ele está funcionando. Se o senhor passar na Conselheiro Nébias, número 299, em Santos, o senhor vai constatar que tem Auto Park Ribeirão. Eu estou brigando para regularizar isso. Então, tem muitas coisas... Por isso que a gente tem que ter cautela para o que a gente fala, porque eu gosto de falar somente a verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Claro, eu não... eu não estou dizendo que o senhor está mentindo. Agora, eu quero dizer o seguinte, que com as atividades que o senhor realiza, o senhor é uma pessoa conhecida em Santos. O senhor



conhece muita gente, muita gente conhece o senhor. Porque o senhor trabalhar com loja, vender e comprar automóveis e outros bens, ou seja, viver de aluguel... porque o senhor diz: "Ultimamente, minha renda é de aluguel". Aluguel de quê? O senhor...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tenho um restaurante japonês, que me paga aluguel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pronto, mais uma atividade que o senhor está colocando, é uma atividade num restaurante japonês, lá em Santos.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Em Santos, na Avenida... Praça...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, o senhor tem... já possuiu uma choperia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tenho. O nome é C. Ribeiro Choperia ME. Ela é... é um estabelecimento, na verdade é uma casa com 3 fundos de comércio, porque eu tenho uma lanchonete...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ah, tem uma lanchonete...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – É um terreno grande, com uma casa na frente. Em baixo da casa é uma lanchonete.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Em cima, funcionava uma casa noturna, aluguel para festas e etc. E no fundo tinha estacionamento, com capacidade para 80 carros, excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Em frente à Universidade Católica, que é a maior de Santos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. Então, é isso aqui, para a gente ir identificando, quer dizer, que o senhor tem uma atividade comercial que justifica os ganhos que o senhor tem e o patrimônio que o senhor tem. Então, é isso que a gente está querendo verificar. Não tenha receio de o senhor dizer o que o senhor tem, aquilo que o senhor declarou. Outras coisas, o senhor disse que não pode comprovar, porque não tem o alvará de funcionamento, mas é importante que a gente vá identificando que o senhor tem diversas atividades comerciais. Mas eu queria agora... Entre as pessoas que foram denunciadas, e o senhor não está aqui sendo ouvido como pessoa incriminada, porque a gente poderia... o senhor teria



uma outra razão para não se auto-incriminar. O senhor está vindo aqui como testemunha, para saber, ou seja, a denúncia é de que o Sr. Ronaldo, que era o chefe, conhecido por Naldinho, ele tinha vinculação com uma série de pessoas, e o senhor estaria nesse meio. O senhor, o Sr. Ademir Carlos de Oliveira, o Sr. Fernando Viana da Silva, que também é estivador, o Sr. Maurício Louzada, que também é estivador, o Sr. Klaus da Conceição Júnior, que também é estivador, o André Eugênio, da Maria de Lourdes Eugênio, do Nicolau Aun Júnior, do Edson Cholbi Nascimento, o Edinho, o Sílvio José Moreira Vasconcelos e do Maurício Ramos Barbosa, de que vocês estariam vinculados numa atividade de drogas e de armas. Essa era a acusação. Então, o senhor está dizendo agora da sua vida, do que o senhor trabalhou desde pequeno, que o senhor tem uma série de atividades, que tem uma atividade lá que era estacionamento, era também casa de eventos, e o senhor falou, etc. Teria também uma atividade que é restaurante...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – A minha esposa também tem uma empresa de bombas injetoras que mexe com caminhão *diesel* e lancha, veículos *diesel*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Muito bem. Então, eu queria agora que o senhor me respondesse a algumas indagações. Primeiro, o senhor sabe por que é que o senhor foi preso? Quem lhe prendeu? Em que momento, o senhor estava onde quando lhe prenderam?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estava na minha casa. Eu tinha acabado de vir de um retiro de casais, da igreja. Eu voltei... eu fui num retiro de casais na sexta-feira, na quinta-feira, com a minha esposa, e eu retornoi no domingo. Eu estava dentro da minha casa, e eu fui preso dentro da minha casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Que horas o senhor foi preso?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Aproximadamente umas sete e meia da manhã.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E quem lhe prendeu? O senhor sabe das pessoas que lhe prenderam, quem eram? Eram policiais civis ou militares?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Era policial civil do DENARC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E ele se apresentou: “Sou o delegado tal, sou o agente tal”, ou não?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não? Mas disseram...



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eles tocaram a campainha, minha casa tem 3 entradas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu... em momento algum eu tentei me manifestar em fugir, em momento algum eu me neguei de abrir a porta da minha casa. Eu apenas pedi para que eles colocassem o mandado que eles tinham por debaixo da porta para mim identificar, e eles falaram que iam arrebentar a porta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – A minha esposa, mandei ela colocar uma roupa, e abri a porta porque quem não deve não teme. Então, eu os recebi na minha casa com toda educação e respeito que eu tenho, pois eu queria até deixar claro que eu sou, meu pai me ensinou, desde a infância, que eu tinha que tratar até maloqueiro de rua como eu tratava ele. Então eu tratava todo mundo muito bem, com toda educação e clareza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – E eu fui... Eles entraram na minha casa, não me mostraram mandado nenhum, não deixaram eu ler mandado nenhum. Aparentemente esse mandado não está no meu nome, é um negócio ilícito que eles entraram dentro da minha casa... O primeiro ato que eles fizeram foi recolher todos os telefones, todos os telefones da minha casa eles desligaram. Com todo o respeito, porque vocês estão me pressionando, mas quem entrou na minha casa, eu fui assaltado e fui seqüestrado dentro da minha casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. E o senhor sabe o nome do delegado que estava na missão para prendê-lo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não tinha ninguém, e eu tenho medo de morrer, que a polícia me mate aí por eu estar falando a verdade...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ah, então o senhor tem medo de que a polícia...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tenho medo que a polícia me mata por eu estar falando a verdade, porque eu sou inocente, eu quis chamar o meu advogado e não deixaram, eu quis telefonar para alguém e não me deixaram. Eles pegaram 3 telefones que eu tinha devidamente habilitados no meu nome. Foram todos



desligados, foram todos jogados dentro de uma sacola. Eles raparam todas as jóias da minha esposa, eles raparam as jóias da minha filha, eles pegaram os meus telefones, eles, de uma forma covarde, covarde, porque eu fiquei com medo de esboçar reação porque eles são policiais, a gente tem que ter respeito, e tinha uma mala 007, uma mala executiva no meu guarda-roupa, eles pegaram essa mala em cima do meu guarda-roupa, do lado esquerdo, mandaram eu abrir o segredo. Eu tentei por duas vezes abrir o segredo da mala, mas eu estava nervoso, como estou agora, e não consegui abrir a mala. Eles falaram que iam levar a mala. Eu falei: não, não senhor, eu, então, arrebento a mala. Eu arrebentei a mala, onde encontravam-se 38 mil dólares dentro da minha mala, eu tinha 15 mil reais no meu criado mudo e eu tinha diversos cheques, uma base de 50 folhas de cheques do meu comércio, do meu estacionamento, dos meus negócios que eu fazia, lícitos, que eu só faço negócios lícitos, eles recolheram aqui tudo e levou tudo para o DENARC e lá eles me roubaram. Lá eles roubaram meu dinheiro, que nem consta auto de apreensão. Eu estou indignado. Eles queriam 400 mil reais para eu ir embora. Foi isso que aconteceu. Eu estou indignado e eu estou falando isso para o senhor e sei que eu vou ser repreendido na rua porque eu estou falando isso. E é esse o medo que eu tenho. Eu não tenho medo de mais ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Mas o senhor disse que eles propuseram ao senhor que, pagando quatrocentos e tantos, o senhor estaria liberado?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Quatrocentos mil reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Quem propôs isso aí? Foi alguém da...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Foi o pessoal do DENARC. O pessoal que entrou na minha casa foi uma equipe, mas essa equipe entregou o dinheiro lá para outra equipe do DENARC, que eu não sei lhe dizer o nome do pessoal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Está ok. Está bom. O senhor sabe quais são as acusações que estão dirigidas contra o senhor e contra aqueles que estão presos? O seu advogado já lhe disse por que o senhor estava sendo acusado?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O senhor me desculpa. O senhor pode...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O advogado do senhor já lhe disse quais são as denúncias, quais são as razões por que o senhor estaria preso? Já lhe falou?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – As razões?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim. Então eu vou dizer o seguinte: o senhor, juntamente com outras pessoas, o senhor estaria sendo... A denúncia de que o senhor... Acusado, porque o senhor seria também responsável pela parte financeira da quadrilha que seria, ou seja, seria comandada pelo Sr. Naldinho.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Isso não corresponde com a verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pronto. Então, quero que o senhor me diga. Que o senhor orientava Naldinho quanto aos investimentos da organização. Eram vocês que eram o comando que dizia “olha, é preciso investir nisso aqui”, “isso aqui está bom”, “investir em compra de carro”, “investir em compra de imóveis”, “investir em uma indústria de bomba injetora”. Enfim, que o senhor também era responsável pela entrega de mercadorias, era responsável pelos eventos sociais e ainda administrava investimentos da quadrilha em negócios de fachada e atuando diretamente na lavagem de dinheiro obtido pela organização criminosa. O que o senhor diz disso, dessas acusações?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Tudo isso que tem aí não corresponde com a verdade. Isso não corresponde. Eu estou sendo acusado de estar falando de um carro branco, que eu já falei para os senhores. Me parece que eu falei 2 vezes sobre isso. Eu vou repetir a terceira vez. Eu tenho um carro branco. Esse carro branco foi apreendido dentro da loja do Ronaldo. Tem o auto de apreensão que consta o carro e eu tenho um contrato desse carro, que esse carro é meu. É uma Ranger branca. Então eles alegam que é cocaína. Eles torceram tudo, as conversas. Tudo que falam é droga. Só que nada eles provaram, porque eles não têm o que provar, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor esteve em Ribeirão Pires alguma vez?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Porque diz que o senhor freqüentava a chácara da Rua Um, número 1.400. O senhor nunca esteve lá?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Com todo respeito, isso aí é até uma ofensa falar que eu estive lá, eles colocarem isso aí. Quero ver eles provarem isso aí, porque eu nunca estive em chácara nenhuma em Ribeirão Pires. Eu nunca estive nem em Ribeirão Pires. Eu não conheço Ribeirão Pires, eu nunca estive em Ribeirão Pires.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor... Sim, pode falar.



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu fico nervoso de ser acusado. Poxa! Tenho família. A gente tem que responder às perguntas decentes. Isso aí é uma falta de respeito com a gente, ficar acusando a gente de coisas que a gente não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor teve algum envolvimento com drogas na sua vida?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não. Armas o senhor já possuiu?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu já tive um 38. Esse 38 aí, ele era devidamente registrado, eu tinha porte de arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E essa acusação que diz que o senhor teria assassinado uma pessoa? O senhor diz que estaria sendo acusado de uma coisa que o senhor não fez...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não fiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – ... que foi o assassinato de um tal de Adriano.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não tenho nada a ver com isso aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Nada?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Isso vai ser provado. Eu estou respondendo. Eu sempre compareci em todas as audiências, nunca faltei nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor, além... O senhor mora em Santos. O senhor já esteve em alguma outra localidade que não o Estado de São Paulo? Já esteve no Rio de Janeiro? O senhor já esteve em um outro local?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ah! Eu conheço o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Conhece o Brasil.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Conheço assim... Já viajei para vários lugares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor ia em atividade comercial ou era atividade de férias? Era passeio? Como é que era?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Geralmente passeio. Para eu viajar em atividades comerciais? O senhor me fez uma pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Eu perguntei se o senhor tinha era atividade comercial, se era vendendo carro, se era comprando imóveis.



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, não. Passeando. Passeando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor tem algum outro imóvel fora de São Paulo, nessas localidades que o senhor foi?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não senhor. Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor alguma vez foi para o exterior, alguma vez teve uma viagem para algum país da América do Sul, como, por exemplo, o Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia? O senhor já viajou?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Já, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Para onde o senhor viajou?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu já fui para Tóquio, no Japão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Para Tóquio.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Fui assistir ao jogo do Palmeiras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. Que mais o senhor teve?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu já fui para a Bolívia. Eu tive uma mulher lá, uma amante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Para Bolívia.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Já fui para Bolívia há 7 ou 8 anos atrás aproximadamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. O senhor esteve no Paraguai?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor. Ah! No Paraguai?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Uma vez eu fui comprar, quando eu tinha loja, uma vez estive de passagem. Eu fui numa excursão para comprar coisa pessoal, boné. Uma vez só.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. E Uruguai e Argentina, esteve?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não. Nunca estive no Uruguai. Não conheço a Argentina, nenhum lugar desses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Quer dizer, o senhor foi para Tóquio para assistir à partida lá do Palmeiras em Tóquio?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Fui. Eu voltei no avião do Palmeiras inclusive. Eu voltei com o time do Palmeiras.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Então o senhor tinha muito conhecimento com os dirigentes do Palmeiras?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não. Foi coincidência. Apenas eu peguei o mesmo avião. No vôo vêm diversas pessoas. E era um Jumbo. Por coincidência... Eu vim por coincidência no avião do Palmeiras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor era apenas torcedor do Palmeiras ou era sócio também do Palmeiras? Sócio...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu sou torcedor do Palmeiras devido a... Herdei isso do meu pai.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, mas não foi sócio do Palmeiras, que contribuía com o Palmeiras, etc.?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não. O senhor esteve no Rio de Janeiro?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estive já no Rio de Janeiro com a minha mulher, mas já faz muito tempo isso aí. Eu não lembro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor alguma vez ouviu falar do Comando Vermelho?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Já! Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Já.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Já.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E sabe alguma coisa sobre o Comando Vermelho? Porque a acusação é de que o Sr. Ronaldo, o Naldinho, ele tinha vinculação com o Comando Vermelho.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não sei informar isso para o senhor assim...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E o PCC?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O PCC, o que eu conheço é do jornal, da televisão, a gente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – No presídio onde o senhor está tem alguém que é do PCC?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – A gente não encontra as pessoas lá, transitam presos, é um presídio completamente de segurança máxima, a gente só transita algemado, escoltado de vários policiais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Vocês não conversam?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – A gente não encontra com ninguém, lá é proibido até um preso passar pelo outro nos corredores. É tudo cela isolada, tudo solitária.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – O senhor nunca esteve na Colômbia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, senhor, imagina!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Na Colômbia, nenhuma vinculação?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, nunca estive.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E no Rio de Janeiro, o senhor esteve alguma vez no Morro da Rocinha?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, eu não conheço o Morro da Rocinha, nunca estive no Morro da Rocinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E o Morro do Turano?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Nunca estive nesses lugares, Excelência. Fui conhecer o Rio de Janeiro com minha esposa e estive no Pão de Açúcar, na Praia de Copacabana; quando fui, estava acompanhado de minha esposa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. Na sua atividade comercial, alguma vez o Sr. Naldinho chegou para o senhor para dizer: “Olha, tenho esse negócio aqui, troca para mim, já que o senhor tem atividade?” Ou seja: “Esse dinheiro daqui que eu consegui...” Alguma vez ele chegou a propor que o senhor trocasse algum dinheiro que não sabia da procedência, ou seja, comprar dólar, vender dólar ao senhor?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E os dólares que foram encontrados na mala, quando a polícia...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Esse dinheiro provém da venda de uma Pajero Sport azul, que vendi e recebi em reais o dinheiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – E comprei dólar porque estava em baixa cotação.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E o senhor comprou esse dólar onde? Na BOVESPA ou comprou no câmbio negro, no câmbio...?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – No câmbio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Mas no câmbio normal lá ou foi algum doleiro que vendeu ao senhor?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Comprei no câmbio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Com documento e tudo, o senhor tem isso aí?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não tenho, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Então deve ter sido de um doleiro que o senhor deve ter comprado. Além disso, o senhor é conhecido por Nai?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Sou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Muito bem. A denúncia da acusação é de que Naldinho que iniciou... havia uma guerra entre o Comando Vermelho, representado pelo Naldinho, e o PCC, que estavam querendo ter o controle do tráfico de entorpecentes na Baixada Fluminense, e de que o senhor fazia parte dessa organização. O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O senhor pode repetir?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pois não. Uma das acusações é de que o senhor pertencia a uma organização que tinha no comando Naldinho; Naldinho representava nessa organização o Comando Vermelho. E havia uma outra organização também na Baixada Fluminense chamada PCC. E esse PCC estava numa luta com o Comando Vermelho, porque estava querendo tomar o controle do tráfico de entorpecentes na Baixada Fluminense; e de que o senhor fazia parte dessa organização. O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não tenho nada a ver com isso, desconheço. Isso é leviano, é uma coisa falsa. É um absurdo falar um negócio desse para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. Então o senhor não tem nenhuma vinculação com o Sr. Naldinho?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não tenho nenhuma vinculação com o Naldinho. Se o Naldinho por acaso pertence ou pertenceu, eu desconheço, nunca soube nada de errado dele.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. Depois vamos tratar da questão de quando ele esteve aqui e do que ele falou. Mas eu pergunto o seguinte: aqui temos informação de uma autoridade que aqui esteve que o Fernandinho Beira-Mar já teria ligação com outro traficante conhecido e tinha o apelido que o senhor tem, Nai, que também pertencia à facção de Ronaldo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu já escutei falar isso na televisão, que já houve uma pessoa com esse nome e no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, mas aqui seria na Baixada Santista, ou seja, lá em Santos, e que, segundo a autoridade, seria o senhor, Clovis Ribeiro, que estaria anteriormente ligado a essa pessoa. Só que ele, esse traficante, que atuava juntamente com Ronaldo, já estava, vamos dizer assim, *grosso modo*, aposentado. Ele já tinha feito a vida dele, estruturado a vida financeiramente. Que todo esse patrimônio que o senhor fez, que o senhor teve, o senhor teria conseguido dessa atividade criminosa. Aí, o senhor, depois diz: “Não, eu já tenho e agora eu vou-me aposentar. Eu estou estruturado e agora eu vou viver uma vida decente.” O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Isso não corresponde com a verdade, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não diz, não é? Não corresponde à realidade.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu nunca falei com o Fernando, do jeito que está falando aí. Eu o conheço da televisão, somente de ter visto na televisão. Eu nunca tive nenhum contato com ele. Isso aí é mentira, isso aí não corresponde com a verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pois é, mas são investigações que estão sendo feitas. Que agora, após o senhor ter-se aposentado, o senhor era uma espécie de consultor. Agora, o senhor não mais fazia atividade, mas era um consultor e era também amigo pessoal do Seu Naldinho. O senhor é amigo pessoal do Seu Naldinho? Um visita a casa do outro? Ou é apenas porque ele é padrinho da sua filha?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Excelência, ele é padrinho da minha filha e faz até vários tempos que ele nem aparece para ver a sua afilhada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.



O SR. CLOVIS RIBEIRO – O senhor entendeu? Então, tivemos uma amizade? Tivemos, sim, senhor. Senão, eu nunca iria convidá-lo para ser padrinho da minha filha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, correto.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Certo? Agora... É o que eu tenho para falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Agora, o senhor me faz uma pergunta: se eu sou consultor. Eu não sou consultor de ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não, aqui, eu não estou falando isso. Eu estou dizendo que a autoridade que investigou...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Me desculpe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – ...depois disse que o senhor, durante um tempo, viveu da atividade que era a atividade do Naldinho, que era também ligado ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas. Depois de um certo tempo, que o senhor já tinha uma vida bem estruturada economicamente, o senhor deixou de ter atividade direta e o senhor passou a ser consultor do Seu Naldinho. Era isso. Só estou colocando a acusação para que o senhor diga se é verdade ou não isso aqui.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não corresponde com a verdade, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Muito bem. Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas, antes, pergunto: o senhor conhece o Seu Nicolau Aun? Conhece essa figura? Nicolau Aun.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Conheço, sim, senhor, a partir do momento em que fui preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Tem o filho e tem o pai. O senhor conhece o pai?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu conheci o Sr. Nicolau, no dia 6, dentro do DENARC. Nem no dia 6 foi. Foi no dia 7 que eu fiquei trancado num quarto, numa jaula, num cativeiro dentro do DENARC. Só isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu conheci ele no dia 7. Quando foram fazer o flagrante, eu vi que tinha um senhor lá.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E o senhor conhece a D. Isabel Barsotti?
Conhece?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu já conheci, sim. Eu acho que é irmã do... É irmã do Ronaldo, Excelência?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Do Ronaldo, não é?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu já conheci ela de vista.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Alguma relação mais próxima com ela? O senhor conhecia de visitar?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, nenhuma relação próxima, não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Era isso, Sr. Presidente. Depois, se tiver mais alguma indagação, nós faremos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Obrigado, Deputado Luiz Couto. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jovino Cândido.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Sr. Presidente, eu confesso que depois do nobre Colega Luiz Couto, eu acho que, por falta de atenção minha, ele já fez todas as perguntas, mas eu gostaria só de perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ele é dedicado.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Clovis Ribeiro, vulgo Nai. Por que Nai? É uma curiosidade mesmo.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Nai, porque, quando eu era neném, nós somos 5 irmãos. Então, eu sou o caçula. Eu tinha um dos meus irmãos que estava aprendendo a falar, então, ele, em vez de falar de neném, ele falava nanai, então, eu herdei esse nome devido a uma criança estar aprendendo a falar.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Fernandinho Beira-Mar lhe chamava de Nai também ou tinha um outro...?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Excelência.., eu nunca falei com Fernandinho Beira-Mar. Quem escreveu uma sem-vergonhice dessa daí tinha de estar preso, com todo respeito, mas tinha que estar preso. Acho que é uma ofensa para mim falar uma coisa. Daqui a pouco, só falta dizer que eu sou homossexual alguma coisa, porque o que estão falando de mim aí são barbaridades. Eu respondi isso para ele..



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – O senhor se considera injustiçado?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Injustiçado, sim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Injustiçado?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Injustiçado, senhor. Eu nunca falei com Fernandinho Beira-Mar. Se tem documentos que provem, então, que eu saia daqui preso, neste momento, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Mas o senhor já está preso. Por que o senhor está preso? Por que o senhor acha que o senhor está preso, e numa prisão de segurança máxima? Por quê?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Porque eu estou preso eu gostaria de saber também. Acho que é uma coisa que quem deveria responder é o pessoal do DENARC, porque me prendeu. Estou sendo preso injustamente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – O senhor é construtor também?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Construo, sim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Constrói?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Construo, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – É o que assim?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estou aprendendo o ramo. Eu sempre fui apaixonado por construções e quando fui em Tókio... Eu tenho diversas fotos de prédios modernos que tinham guindaste em Tókio. Eu fiquei encantado com obra, o jeito deles, moderno. O hotel que eu fiquei, que eu me hospedei... Um hotel completamente... As construções lá têm mola embaixo por causa de terremoto. Isso eu fiquei encantado. Eu já era encantado. Quando eu vi as construções modernas, as arquiteturas, eu me aprofundei... Então, eu comecei.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – E o seu hotel já está pronto? E onde funciona? O senhor tem algum hotel?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, não, o hotel que eu me hospedei lá, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Não, não. É que eu pensei porque você falou que adora construção, que se apaixonou, eu imaginei que o senhor está construindo um hotel. Não tem hotel?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não. Deixe eu me expressar direito para o senhor. Eu fui para Tókio e me hospedei num hotel.



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Ah, sei. Ok. Então, o senhor se considera injustiçado.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu sou inocente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Inocente. Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Antes de o senhor ser preso, quais eram as atividades comerciais que o senhor estava desenvolvendo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Atividades comerciais?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sim, qual era o seu dia-a-dia? O senhor trabalhava onde? Qual era o seu envolvimento nos seus negócios?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estava construindo. Estava comprando. Vendi alguns carros. Eu estava...Estivador. Recebo aluguel. Eu falei isso no começo, Excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – No ramo de restaurante, o senhor não trabalhava?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O restaurante eu fechei uns meses antes, porque eu estava montando um campo de grama sintética agora. Eu estava mudando para um negócio que dá muito trabalho, mexer com atividade de restaurante e, financeiramente, ele não estava me rendendo o que esperava. Então, eu estava vendendo o ponto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O senhor estava com o restaurante aberto ou já tinha vendido o restaurante?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não. O restaurante estava fechado uns meses antes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Estava fechado já. Quantos meses antes?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não sei precisar direito para o senhor, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Mais ou menos.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Acredito que uns 6 meses...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Fazia bastante tempo, então.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Alguns meses, senhor.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Porque o Naldinho, quando perguntamos para ele qual era a sua atividade, ele disse que o senhor era dono de restaurante.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Mas eu sou dono ainda. O ponto é meu. Eu estou vendendo o ponto. Eu fui preso, está tudo fechado. A princípio, não é... É uma lanchonete que servia almoço. Em cima era uma casa noturna, fazia festa. Aliás, se alguém quisesse contratar até *buffet*, a gente ia fazer na hora. A gente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O senhor tem um bom patrimônio, hein?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Mais ou menos, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Quantos imóveis são no total?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não posso responder isso com precisão para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Vou recapitular. Tem esse apartamento de 150 mil que o senhor comprou do Naldinho. Esse ponto de restaurante é seu?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O ponto, eu fiz o ponto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O prédio?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não; o prédio não é meu, não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O prédio não é seu.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu pago aluguel.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – E aquele outro imóvel que o senhor adquiriu lá na Washington...

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, é na Avenida Siqueira Campos que o senhor está falando?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Aquele que o senhor comprou do Naldinho. É um apartamento.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Do Naldinho só comprei um apartamento dele. É a única coisa que eu comprei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – E o senhor continuava trabalhando na estiva agora, antes de ser preso ainda?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu estava construindo, eu estava apostando a minha vida. Eu estava construindo um poliesportivo nesse galpão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Um ginásio poliesportivo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Isso, sim, senhor. Ali eu comprei um galpão que inclusive estava financiado pelo Banco do Brasil. Esse galpão ele é um galpão... Foi feito um galpão comercial numa área residencial. Por ter sido um galpão, ele é armazém, numa área residencial. No ano em que ele foi construído, porque era um galpão antigo, ele é um galpão que poderia armazenar qualquer tipo de mercadoria: carga, contêiner, fazer supermercados...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – É grande?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Só que a Prefeitura...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Que tamanho é a área?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Que tamanho é a área?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – A área, o galpão, de terreno tem, me parece que é 2.150m². Só que foi feito um armazém numa área residencial. E na época que foi construído esse....

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Quanto custou esse galpão?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Vou ter que fazer os cálculos porque eu paguei parcelado. Não sei lhe informar isso agora.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sim, mas, quando o senhor fez o negócio, pagou parcelado ou não, o preço quanto era?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor, eu posso confirmar isso se eu olhar a minha declaração de Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Comprou de quem?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu comprei de um senhor de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Não sabe quanto pagou?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Senhor, eu comprei esse imóvel parcelado no Banco do Brasil. Eu assumi uma dívida do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – E esse imóvel, foi construído um armazém numa área residencial. A Prefeitura mudou a lei e esse armazém passou a não ter validade



como armazém. Eles não dão alvará mais para fazer armazém. Só pode ser feito escola dentro desse armazém, senão ele teria um valor muito, ia ser bem valorizado. Ele só pode, no bairro, a Prefeitura extinguiu. Agora não pode mais armazenar, não pode fazer transportadora, não pode armazenar carga, contêiner, nada. Então, a Prefeitura hoje só permite fazer escola, hospital, somente isso. É um armazém que perdeu o seu valor por esse motivo, por problemas técnicos da Prefeitura. E esse armazém, eu estava fazendo um poliesportivo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Mas ginásio poliesportivo pode ou não?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não pode, mas eu ia fazer uma escola de futebol de criança, escolinha durante o dia, e à noite eu ia locar a quadra, como todos os profissionais fazem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito, perfeito.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – O senhor entendeu?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – A idéia era boa.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Inclusive ia ser escolinha de dia; a locação à noite. Eu ia ter cantina, eu ia ter uma lojinha de poliesportivo onde a minha esposa ia trabalhar com a minha filha. E em cima ia ter um salãozinho para aluguel de festa. Por eu estar fazendo um conjunto com 5 fundos de comércio e devido, do outro lado, o meu restaurante, a minha lanchonete, a casa noturna me dão muito trabalho, aturar cachaceiro, eu parei de beber, eu já não suportava mais por causa de eu ser evangélico, porque isso também não faria com que eu crescesse com Deus, eu resolvi fechar a casa noturna e dedicar todas as fichas nesse poliesportivo que eu estava fazendo, embora, nos últimos meses, apareceu o Correio interessadíssimo em alugar e nós estávamos fechando um contrato que, para mim, ia compensar. Desisti. Então, o que eu falo para o senhor eu provo. Eu tenho um estabelecimento, eu tenho planta do que ele... ele ia ser dois campos de futebol quando comecei a...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito, entendi. Parou o negócio, agora, lá?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ele ia ser dois campos de futebol... Ele ia ser dois campos...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Mas, continua a obra? Alguém está tocando para ti?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, está parado. Só para finalizar, ele ia ser 2 campos pequenos. Conforme a obra demorou, eu resolvi fazer um campo só. E, por último, foi desfeito. Eu tenho as três plantas, tanto dos dois campos, como de um e como do Correio agora, Excelência. Essa a minha postura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Deputado Jovino...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Se o Presidente me permitir, o senhor poderia descrever o seu apartamento na Washington Luís, descrever para nós como é esse apartamento?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Tem 3 quartos, senhor. Ele é um duplex, ele tem 3 quartos.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Dúplex?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – É um duplex, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Se o senhor tivesse de vendê-lo hoje, por quanto?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu acho que vou ter de vender ele. Eu não sei, vou ter de ver como é que está. Eu coloquei um piso nele.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Cem mil?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ou, talvez, uns 200, hoje, porque eu coloquei um piso, um armário.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Esse o senhor comprou do Naldinho?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Comprei do Ronaldo. Ele aproximadamente deve valer 200, duzentos e poucos mil, hoje.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – É. O senhor se considera inocente. O senhor é inocente?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – E o Naldinho, o que o senhor acha do Naldinho?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu, pelo que eu conheço, pelo que eu conheço, ele sempre entrou na minha casa, ele sempre respeitou a minha esposa, ele sempre



respeitou as minhas filhas quando ele entrou, que ele era meu padrinho, o padrinho da minha filha. Então, aparentemente, às minhas vistas, ele sempre foi uma pessoa inocente. Agora, se tem algum problema, aí, agora com ele, para mim, foi uma surpresa, assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Me diz uma coisa, eu gostaria de saber: quantos anos tem a sua filha de que ele é padrinho?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Minha filha Francine tem 6 anos, ela fez 6 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Seis anos? Ele tem a tua idade, porque vocês serviram juntos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ele é de 1971, senhor, porque ele serviu o quartel comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – ...33, 34 também, por aí.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Deve ser de 71, nem sei quando ele faz aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ela tem 6 anos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ele foi preso com 23 anos, é isso?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não sei, eu não posso afirmar isso para o senhor. Com quantos ele... Eu soube que esteve preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – É, ele afirmou que, com 23 anos, ele esteve preso e pegou 5 anos de cadeia. Então, ele saiu da cadeia com 28, é isso?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Excelência, eu não... Estou até meio... Ficar fazendo conta, perdoe, mas eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Quando ele ficou padrinho da tua filha, ele estava na cadeia ainda?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, não estava, não. Ela devia estar com 1 ano, foi na Ortodoxa que ele batizou, na Ortodoxa, na Av. Ana Costa, porque ele batizou com a minha sobrinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Mas o que eu quero saber é se ele estava na cadeia ainda?



O SR. CLOVIS RIBEIRO – Não, ele estava na rua. Ele foi na Ortodoxa, eu estou contando para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ele tinha saído da cadeia há pouco?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Ele estava na rua quando ele foi padrinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Porque veja bem. Ele foi preso há 10 anos, tinha 23 anos, a tua filha nasceu há 6 anos.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Mas a minha filha foi batizada com 1 ano e pouco, eu não lembro para falar isso com precisão, eu não lembro, Excelência, a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Então, ele virou... logo depois que saiu da cadeia que ele virou padrinho da tua filha?

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Provavelmente foi. Não posso afirmar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Está bem. Agora, tu viveste na Bolívia que tempo? Tu viveste até uma esposa lá na Bolívia!

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu não tive uma esposa, eu tive uma amante, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ah, uma amante, não foi esposa. Não casou lá.

O SR. CLOVIS RIBEIRO – Eu tive uma amante, acho que isso até vai ficar mal na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Mas ninguém te perguntou sobre isso, tu que falaste espontaneamente que tinha, porque só perguntaram se tu estavas na Bolívia. Mas não está passando na televisão, lá, não. Podes ficar tranquilo que não está passando. Tu viveste uma amante lá e tu ficaste quanto tempo lá?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Quando eu fui, eu fui visitá-la. Não lembro se eu fui duas vezes, eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, tu não lembras quantas vezes tu fostes à Bolívia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não lembro. Eu acho que foram duas vezes. Eu acredito. Eu não lembro! Eu tenho no registro meu, no passaporte, eu fui pelo aeroporto, eu tenho tudo registrado, as minhas coisas são...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Oh, Nai... Clovis, vou te chamar de Clovis, que é melhor. Seu Clovis, eu quero dizer o seguinte: tu estás aqui principalmente para falar do Naldinho e de tudo o que o Naldinho tem feito, porque, na qualidade de testemunha, eu quero saber muito mais sobre o Naldinho. Coincidemente, tu fostes para a Bolívia também e tu tens uma acusação de que o Fernandinho Beira-Mar também tinha contato contigo. O Fernandinho Beira-Mar, segundo informações que chegaram, tinha 2 fazendas na Bolívia também. E tu fostes ao Paraguai onde ele tinha ali, em Capitão Bado, uma base operacional também. E tu fostes aos 2 locais. Quer dizer, há uma coincidência desgraçada na tua vida porque tu tens andado onde esses caras andaram. Depois, tem outro negócio. O Naldinho, com 20 anos, ele sai do quartel. Aí, tu disseste que serviu o quartel junto, ele disse que serviu 2 anos no quartel, provavelmente, por 2 anos, vocês foram companheiros de quartel. O Naldinho, com 23 anos, é preso por tráfico de drogas e, coincidentemente, enquanto ele está na cadeia, tu estás na Bolívia, está indo à Bolívia, porque tu disseste que foi há uns 7, 8 anos e tal, e o Naldinho estava na cadeia e tu estavas indo para a Bolívia. Veja, eu só estou te mostrando, não estou dizendo que é verdade ou não, mas eu estou te dizendo que há todo indício de que, enquanto o Naldinho estava na cadeia, tu estavas trabalhando com o Fernandinho Beira-Mar, inclusive, fazendo esse caminho de Bolívia, Paraguai e tal e tudo o mais, compreendeu? Eu digo que dá, eu não estou dizendo que tu és isso. Eu estou dizendo que dá a idéia. Agora, o que eu acho mais estranho é escolheres um ex-presidiário por narcotráfico como padrinho da tua filha! Aí, a coisa fica muito complicada! Tu ficas andando na Bolívia enquanto ele está preso e, quando ele é solto, tu te encontrares com ele e botas ele de padrinho da tua filha! Quer dizer, eu não botaria nunca. Tenha santa paciência! E não é um cara que tem suspeita de narcotráfico, é um cara que já foi condenado por tráfico de drogas! Que ele foi condenado a 5 anos não por uso de droga, mas por tráfico de drogas. Então, já tinha essa suspeita. Aí, veja o que acontece depois. Por isso que não batem as coisas. E foi interessante teu testemunho porque mostra como tu estás fugindo de falar do Naldinho o tempo todo, que era a grande vantagem que tu tinhas aqui como testemunha e que nós queríamos saber. Depois, o Naldinho saiu e, em 5 anos, montou um capital de 4,5 milhões? Olha, conheço uns coitados, muitas pessoas que



são primárias e saem da cadeia, elas têm uma dificuldade louca para conseguir qualquer coisa, mas não deveria ser assim. Acho que deveria se dar chance para a pessoa poder se recuperar. Mas ele não teve o menor problema. Em 5 anos, ele montou 4,5 milhões declarados, fora o resto que a gente não sabe! Quer dizer, já pensou, em 5 anos, 4,5 milhões! Para tu teres uma idéia, se eu juntar tudo o que eu tenho, daria cerca de 500 mil, e olha que eu sou Deputado desde 1990. E, antes de ser Deputado, eu era Delegado Federal, quer dizer, tive só emprego bom, fui Secretário de Segurança. Eu devo ser muito incompetente, porque eu também não jogo, não fumo, não faço nada disso e, em 20 anos, não consegui juntar 500 mil. O cara saiu da cadeia e, em 5 anos, juntou 4,5 milhões! Quer dizer, aí, tu queres me convencer de que tu não sabes nada do que aconteceu? Um cara que te vende apartamento, um cara que é padrinho da... Quer dizer, o que tu sabes do Naldinho? As acusações contra o Naldinho são fortes e, como tu deves conhecer também, tinha uma letra de *funk* que falava: “*O Naldinho está no comando da AK47, com a AK47*”. Quer dizer, tem até *funk* falando do Naldinho, de tão conhecido que ele ficou pela violência, pelo tráfico, por tudo isso. Tu dissesse, com a maior tranquilidade: “*Ah, um homem bom, que entrava lá em casa, era uma maravilha, era um rapaz bom e tudo o mais*”. Então, tu não queres colaborar, não queres dizer as coisas que tu sabes do Naldinho. É isso?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Excelência, eu tenho de falar aquilo que eu sei. O que eu falei para ele, eu não falei que... eu falei que ele entra dentro da minha casa, sempre respeitou minha mulher, minhas filhas. Eu não tenho... Agora, se ele foi um dia preso por tráfico de cocaína, pagou pelo que ele fez, eu acho que ele tem direito de se reintegrar na sociedade, assim como eu saí, assim como eu estou sendo injustiçado neste momento, eu vou sair na rua, eu acho que muitas pessoas vão virar a cara para mim. Eu acho que as pessoas merecem uma oportunidade de viver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso eu acabei de dizer. Isso eu acabei de dizer.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Apenas isso é uma particularidade minha que eu vejo. O senhor me perdoe...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, qual é o segredo do Naldinho, antes que tu continues, qual é o segredo do Naldinho para, em 5 anos, juntar 4,5 milhões? Explique-me.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não posso explicar uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que o Brasil inteiro ia querer saber esse segredo. Acho que todo mundo que está aqui quer saber como é que a gente junta 4,5 milhões em 5 anos. Qual é o segredo dele? Tu que és amigão dele, comadre, aquele negócio todo, ele te vende apartamento... Vendeu até legal, né, porque... Tu já pagaste os 100 mil, aqueles que ficaram para pagar?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Quarenta mil eu ia pagar com o carro que a Polícia me apreendeu aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, então, não pagou e ele está... É um amigão do peito mesmo, é um amigão do peito.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não está, não. Está me pressionando aí, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, sendo amigão do peito, conta para nós aqui, qual é o segredo para juntar 4,5 milhões em 5 anos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não posso responder para o senhor uma coisa... não cabe a mim a vida dele particular. Eu nem sabia que ele tinha esse dinheiro todo aí, eu não sabia. Para mim, é uma novidade saber que ele tem uma fortuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele mesmo disse que tinha 180 carros. Tu vias lá as locadoras dele, tu deixavas até o carro lá, para vender. Tu disseste que a Branquinha era um carro branquinho que tu deixavas lá, para vender! Então, tu sabias.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ah, não... Deixa eu falar. Excelência, eu conheço a Duarte Multimax, eu deixei meu carro lá. Lá tinham, talvez, 40, 50, 60, eu não posso afirmar quantos carros tinham. Agora, eu não posso fazer conta. A particularidade dele ele não me mostrava, a declaração do Imposto de Renda ou...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixe-me fazer uma pergunta ao cidadão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Podes perguntar, Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu conheces o Edinho?



O SR. CLOVIS RIBEIRO - O Edinho esteve uma vez no meu campo, o pai dele tem campo, ele foi lá, eu não me apego às coisas. Então, eu monto as coisas, mas, se aparecer alguém interessado em comprar, desde que seja um negócio vantajoso, eu faço. Aí, ele passou por lá e foi ver meu campo. Ainda falei assim: "Vê se teu pai não quer comprar".

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o campo? Que campo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Essa quadra na Siqueira Campos que eu estava construindo. Então, eu o conheci uma vez em que ele esteve na minha quadra. Eu conheci ele, talvez, 15, 20 minutos, uns 15 minutos de uma visita no campo, quando estava montando o campo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O galpão? Lá no galpão?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Isso, sim, senhor. No galpão, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele era teu sócio?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor. Eu nunca tinha conhecido o Edinho. Conheci naquele dia. Nunca foi... O Edinho, o senhor está perguntando se o Edinho é meu sócio?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca teve negócio com ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, o único sócio que eu tenho é a minha esposa, que não se metia em nada que é meu; só tinha no papel.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Essa história da Bolívia que eu quero entender melhor? Quantas vezes tu foste à Bolívia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu posso... Não sei, acho que foram duas ou três.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que a pessoa não vai saber quantas vezes foi à Bolívia? Foram duas, foram três, foi uma, quantas foram?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Excelência, se eu pegar o meu... Eu tenho registrado no meu passaporte, Excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cidadão, quantas vezes o senhor lembra de ter ido à Bolívia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não lembro. Eu não lembro.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantas vezes o senhor se lembra de ter ido à Bolívia?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não lembro. Eu lembro que estive lá duas vezes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Duas vezes. Qual é a cidade?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Santa Cruz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Santa Cruz. Como era o nome da senhora?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Cecília.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todo o nome?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Cecília Rogers.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela era boliviana?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, ela era mestiça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mestiça. Nacionalidade?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não sei informar. Ela foi minha namorada, minha amante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conheceu ela como?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Conheci ela no Sírio Libanês, em Santos, num baile de Carnaval.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Conheceu ela num baile de Carnaval do Sírio Libanês?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Isso aí. Ela levou meu telefone e me convidou para ir lá e é só isso que eu tenho a relatar desse fato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor telefonava para ela?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, senhor. Que eu me lembre, não, senhor. Eu nunca telefonei. Ela me ligou umas vezes, insistiu para ir, era uma mulher muito bonita, compensava ir lá. Então, eu resolvi... Ela era mestiça. Ela é meio "nissan" que fala, eu não sei, ela é mestiça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nissan é marca de caminhonete.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não sei, mais ou menos é uma mestiça, uma mulher muito bonita.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas ela ligava para o senhor? E ela fazia o quê lá?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ela me ligou, ela me convidou, ela insistiu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que é que ela fazia lá?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ela tinha família lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Trabalhava com quê?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ah, ela trabalhava, não; ela tinha a sua família, seu pai, sua mãe que eu não conheci.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lá nessa cidade?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais de uma vez, o senhor foi?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu fui 2 vezes, me parece.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ficou quantos dias mais ou menos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Uns 2 dias. Eu voltei em um dia, 2 dias. Fui lá, a vi...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi lá...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Tivemos uma relação sexual e voltei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está começando a se soltar.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Senhor, estou com vontade de urinar, estou "apertadão", senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode ir. Vou fazer um intervalo para ele ir ao banheiro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos reiniciar os trabalhos. O Relator estava argüindo acerca desses detalhes. Eu queria saber o seguinte: o Naldinho, tu acompanhaste durante esse tempo, tanto é que, logo que ele saiu da cadeia, ele virou padrinho da tua esposa...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Da minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Da tua filha, teu compadre. Como é que ele conseguiu esse dinheiro? Qual foi o negócio dele que mais prosperou?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não sei, não sei informar sobre a vida dele particular.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas quem vai à casa de um...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não sei, senhor, eu não sei

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...vai à casa do outro e tal, a gente conversa, pelo menos para saber o que é...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu acho... Com todo o respeito, a gente... Tem coisas que a gente não fala. Nas particularidades, a gente não fala um para o outro, como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Rapaz, se eu tenho um amigo meu, um amigão meu, o cara está se dando bem na vida, a primeira coisa que eu pergunto é: "Meu amigo, o que é que tu estás fazendo aí que tá dando certo, rapaz?" Não é a primeira coisa entre amigos?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Então, ele tem... Ele é estivador, ele era bem-sucedido, ele era conhecido lá, ele chegava, o pessoal pegava ele. Estivador, estivador...tem estivador que ganha menos, outros ganham mais

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, ele ganhou no máximo 8 mil como estivador. Ele teria que trabalhar muitos anos para conseguir 4,5 milhões como estivador.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Agora, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Segundo a palavra dele, o máximo que ele ganhou na estiva foram 8 mil.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não sei sobre a vida dele particular. Eu não posso falar uma coisa que eu não sei. O senhor me perdoe, mas eu não posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu fazias negócio com ele também, além...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu fazia negócio... Eu falei para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... dessas atividades comerciais...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - ...que eu fazia negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse campo que comprou lá, ele ajudou a comprar também, não?



O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ajudou a comprar nada, não ajudou a comprar, não, isso aí é uma coisa minha, particular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu mesmo juntaste o dinheiro? Saiu o quê um campo desse assim, de 2 mil metros quadrados, numa área residencial? Sai quanto mais ou menos a avaliação?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se tu fosses vender hoje, tu vendias por quanto?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Hoje? hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Na situação em que eu me encontro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - O valor que eu apliquei nele, que eu tenho aí, hoje, eu perderia aí 20, 30%, porque eu não posso mais ter nada na cidade. Eu fui expulso da própria cidade que eu sempre investi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas dava...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - ...e sempre gerei empregos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...dava para vender por quanto?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não sei, não fiz essa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quinhentos mil? 600 mil?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Talvez isso aí, mais ou menos, 700 mil, 800.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Setecentos, 800 mil.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu também tiveste...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Ou 1 milhão, pode ser 1 milhão. Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu até que tiveste sucesso também, não é, porque só o apartamento e esse campo aí deram 1 milhão.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu vou... Eu posso responder de uma forma mais clara para o senhor. O Banco do Brasil, ele leiloou esse imóvel durante umas 3, 4 vezes. Então, ele tem um histórico. Esse imóvel, o preço que eu paguei foi baseado no histórico que ele tem na escritura de várias empresas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu compraste do Banco do Brasil?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, eu comprei de um senhor em São Paulo que estava... Esse imóvel era um imóvel que tinha financiamento fiduciário. Então, por diversas vezes, as pessoas não conseguiam pagá-lo, porque a prestação era aproximadamente o preço dos juros. Então, era um rolo compressor que nunca terminava. Então, era um rolo compressor que nunca terminava. Então, quando eu comprei, eu avaliei isso tudo. Então, várias empresas, como a Millenium, que era distribuidora de carro Chrysler, foram proprietárias desse imóvel. Esse imóvel, ele desvalorizou, eu falei para o senhor o porquê que ele desvalorizou, porque hoje não se pode construir nada, só hospital ou escola nesse lugar. Eu tenho documentos que comprovam que eu estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Eu quero saber agora, para finalizar e para te dar uma chance, para ver se tu tens alguma vontade de colaborar com a CPI: quando o Naldinho começou a pegar a fama de traficante, e infelizmente ele foi preso por tráfico e depois ficou famoso por ser traficante, tanto é que saiu até uma música em homenagem a ele, qual o conselho que tu deste a ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Olha, eu acho que... eu não o vi... onde ele está preso ele nega os fatos. Eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, estou dizendo antes de estar preso, porque isso já era. Se saiu uma música... quem é que vai ter uma música cantada em Santos que diz que tu andas com AK-47?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Senhor, eu não escuto *funk*. *Funk* é um negócio para mim que eu julgo como coisa de maloqueiro. Então, eu não escuto *funk*. Então, eu falo para o senhor que eu nunca escutei uma música dessa na minha vida. Nunca escutei uma música. Se a Polícia for, se o senhor mandar, expedir um mandato na minha casa agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que eu estou mostrando para ti não é a questão da música ou não música. Ele era famoso lá por ser violento, por andar armado. Ele mesmo admitiu que andava armado. Quer dizer...

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Eu desconheço isso aí. Eu desconheço isso aí. Eu posso falar sobre minha pessoa, não posso falar sobre o Naldinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É ele mesmo. No depoimento dele, ele disse, quando perguntado se tinha arma: “*Tenho, tenho arma*”.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não posso falar sobre o Ronaldo uma coisa que eu não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu não queres falar nada sobre ele?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Senhor, eu gostaria de ajudar. Excelência, eu estou falando a verdade do que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, tu gostarias de ajudar... Não dá para acreditar em ti, Nai, pelo seguinte: teu testemunho está todo furado, e eu acho que a gente já está perdendo muito tempo. Está todo furado pelo seguinte: tu saíste com ele do quartel. Ele foi preso 3 anos depois de sair do quartel. Tu andaste pela Bolívia — eu já fiz tudo isso. Ele, depois com 28 anos, saiu da cadeia. Tu chamas... Ele continua no tráfico e nas coisas, porque foi uma operação de 8 meses em que provaram tudo, tanto é que vocês estão presos porque foi provado. Não tem nenhum juiz maluco para manter vocês presos sem prova. Então, foi tudo provado, tudo direitinho. Quer dizer, tu não queres colaborar com nada. Eu acho até que qualquer coisa que a gente for perguntar mais aqui é perda de tempo. Tu não queres colaborar, nós vamos informar lá ao juiz do feito que tu realmente vieste aqui na CPI, mas não colaboraste com coisa nenhuma. Queres falar alguma coisa, Deputado Luiz Couto?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, é só que ele afirma que tem medo de ser morto. A pergunta é se ele tem medo de ser morto também por aqueles outros que estariam vinculados. E se ele teria, para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu tens medo de ser morto pelo Naldinho ou por outros traficantes?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, de forma alguma, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tens ou não?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Não, tenho não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, se você, por exemplo, quiser colaborar com esta CPI, dizendo tudo o que você sabe, se você, em caráter reservado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que eu acho estranho sabe o que é, Padre, pegando isso aí, eu acho que até a Polícia reconheceu que ele tinha se aposentado desse negócio de andar trazendo droga ou coisa parecida e tudo o mais. E que tinha começado uma vida melhor. Só que eu não sei que envolvimento que ele tem que ele se trancou com relação ao Naldinho, não quer falar coisa nenhuma, compreendeu? Então, não vejo...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Só queria um esclarecimento em relação à categoria de estivador a que o senhor pertence. Qual a carteira mesmo?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - É a carteira preta, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Como ela se diferencia das outras?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Quando a pessoa entra, ela entra como sazonal hoje. Então, ela passa a ser trabalhador sazonal. Depois, ela passa a ter uma senha, que é um passo a mais; quem tem mais horas, quem contribui. Então, por exemplo, entram mil homens, vai ter chamada de 100 homens: 900, que tiveram menos horas, ficam do lado de fora; 100, que tiveram mais horas, entram para ser bagres. Então, eles recebem uma graduação. E, após isso, recebem uma graduação com a carteira preta. Tem a chamada e entra quem tiver mais horas trabalhadas, comprovadas. Isso é comprovado através do órgão gestor de mão-de-obra, que é controlado pelo Governo Federal.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas com a preta não é preciso trabalhar, então? É só...O senhor vende o passe?

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Lógico que é preciso. Não, porque, no Porto de Santos, senhor, ganha-se por tonelada embarcada ou desembarcada. Então, se chegar um navio de contêiner, vamos embarcar, só vão os carteiras-pretas. O serviço que não presta, o serviço que não rende dinheiro fica para os bagres. É isso que acontece na estiva. Por isso que eu falei carteira preta, que é o patamar maior que há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu acho que não tem mais muito o que falar. Vamos encerrar por aqui. Agora, eu só quero dizer uma coisa: quanto a este dinheiro, 4,5 milhões, foi ridículo quando o Naldinho falou que havia comprado 2 táxis, depois, que os 2 táxis viraram 2 caminhões; o interessante é que eu ouvi ele dizer aqui que trabalhou em táxi e em caminhão também. Vocês



parecem que programaram o depoimento. Os dois disseram que a Polícia foi isso, foi aquilo, igualzinho como o outro disse. Então, foram depoimentos *ipsis litteris*. Infelizmente, o Nai não quer colaborar com coisa nenhuma em relação ao Naldinho. É um cara que é compadre, um cara que serviu junto e que conhece há mais de 10 anos, que esteve junto sempre e que foi padrinho da filha e que, praticamente, deu um apartamento para ele, que fazia negócio com os carros deles, que entrava na casa dele todo dia e ele não sabe nada do cara. Quer dizer, é difícil, meu amigo. Isso aí não dá para acreditar de jeito nenhum. Nós vamos falar. Tudo indica mesmo que seja uma organização criminosa e que mereça ficar muito tempo atrás das grades. Está dispensado desta audiência.

O SR. CLOVIS RIBEIRO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Chamem o Sr. Nicolau Aun Junior, vulgo Nick. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está sentado à mesa o Sr. Nicolau Aun Junior. Confirma?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Confirmo. Exatamente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Eu vou passar ao senhor o termo de compromisso de dizer a verdade.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado. Esse compromisso, que é feito espontaneamente pelo senhor, prevê penalidades se não se disser a verdade.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu conheço a lei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. O senhor tem um tempo inicial para fazer uma exposição do que queira. Esta é uma CPI de Tráfico de Armas. O senhor foi envolvido num processo, que também envolveu tráfico de armas, em que o principal acusado é o Ronaldo Duarte Barsotti de Freitas.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E nosso maior interesse nesta CPI é saber o que aconteceu, o que o Sr. Ronaldo fez para merecer investigação por 8 meses e tudo o mais, culminando com a prisão dele e também



com a de vocês. Muito mais do que falar sobre o senhor em si, nosso interesse é saber sobre as atividades do Ronaldo, e o que aconteceu que o levou à cadeia.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Pois não. Às suas ordens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem um tempo inicial se quiser falar, ou quer passar direto para as perguntas com o Relator?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu preferia que o senhor passasse direto às perguntas, porque nós vamos desenvolvendo... Estou apto a responder o que o senhor me perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Então, eu vou passar a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, quero fazer uma identificação. Sr. Nicolau Aun Junior, o senhor é natural de...?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Rio de Janeiro. Já reside em Santos há muitos anos?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, eu não resido em Santos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu resido em São Paulo, local onde eu fui detido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não entendi, senhor. Mais perto do microfone, por gentileza.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu moro em São Paulo. E o local da minha detenção foi na minha casa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor mora em São Paulo?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me só fazer uma preliminar. O senhor toma café, água? Quer alguma coisa assim?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Café, eu tomaria com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Eu peço que tragam café e água, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a atividade profissional que o senhor desempenha?



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu sou empresário e atualmente também estagiário em Direito. Eu sou bacharel recém-formado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. O senhor é empresário de que área?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Principalmente, na área de prestação de serviços.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor poderia nos listar aqui quais são os negócios de que o senhor participa?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu tenho um histórico na área de recuperação tributária. Eu tive algumas empresas de que eu participei, ora como gerente de vendas, ora como sócio, na área de recuperação tributária, especificamente ICMS e IPI.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. O senhor reside em São Paulo. Qual é a sua renda mensal?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Hoje em dia, a minha renda mensal está por volta de... na faixa de uns 5 mil reais. Mas eu tenho um capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou pedir licença ao Sr. Relator para passar a Presidência ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. O senhor tem um capital... Pode concluir o raciocínio?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu tenho um capital, produzido nos últimos 40 anos, por volta de 4 milhões de reais. Meu patrimônio tem por volta de 6 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Patrimônio em torno de 6 milhões de reais. O senhor é sócio do Sr. Ronaldo em algum empreendimento?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Sim, senhor. Eu fiz uma sociedade em conta de participação com ele este ano. O ano passado eu fiz um empréstimo para ele, que ele me pagou adequadamente. E, este ano, nós transformamos uma sociedade em conta de participação nas empresas de automóvel. Uma sociedade de conta de participação é tipificada pelo Código Civil. Então, eu era o sócio oculto, e ele, o sócio aparente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor era sócio... é sócio...



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... do Sr. Ronaldo num negócio de automóveis. É isso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Num negócio de automóveis. Eu tenho um contrato de sociedade em conta de participação, e com isso nós fizemos um aporte de capital para o negócio de automóveis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De que valor?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Está hoje por volta de uns 3 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que o senhor...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu fiz a operação... Essa nova operação foi de 2,5 milhões — a operação. A gente liqüidou uma parte da operação, depois, mais 2 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor é sócio também num negócio dele de sucata?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Nós estávamos tentando estabelecer o negócio de sucata, que não conseguimos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor tinha um negócio constituído com ele na área de sucata ou não?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A idéia era procurar fazer um negócio de sucata, que nós não conseguimos fazer porque não deu tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não chegou a ser efetivado. E na empresa de limpeza de navios do porto?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Isso não procede.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Ele, no telefonema que me deu, ele disse que estava tentando trazer para um terceiro, que... — não me lembro do nome agora —, essa possibilidade de fazer isso. E eu ainda sugeri para ele que uma pessoa tomasse conta, mas eu não tenho participação nenhuma nisso. Negócio de limpeza de navio não é comigo.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Esse patrimônio que o senhor construiu ao longo desses anos, esse capital foi a partir do seu trabalho, da sua...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Do meu trabalho. Eu comecei a trabalhar em 1965.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Ronaldo, na oportunidade em que esteve aqui conversando conosco, disse que o senhor teria herdado uma fortuna de família.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - É... Neste País, fortuna é muito relativo, né? Meu pai é um camarada que trabalhou, me deixou patrimônio, mas um patrimônio muito pequeno. Meu trabalho foi conquistado por mim, pelo meu resultado. Muito mais do meu patrimônio, 5%, é herdado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cinco por cento.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Estou dizendo um número absolutamente estimativo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, uma coisa descompromissada do ponto de vista da precisão. Qual é o seu relacionamento com o Ronaldo? A origem desse relacionamento, que tipo de relação...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu diria que chega a ser antiga, porque o pai do Ronaldo foi meu contemporâneo de colégio, estudei em Santos, no Colégio Santista, e o Ronaldo, pai, estudou comigo. Mas há poucos anos, o meu melhor amigo casou-se com a irmã do Ronaldo. E tem uma criança desse nascimento que tem o meu nome. Eu sou padrinho da criança e, com isso, eu estreitei com o Ronaldo, o relacionamento ficou mais próximo. Daí que vem o contato. Ele me chama até de tio, a gente tem uma proximidade, eu gosto muito dele. Mas é daí que vem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essa aproximação de negócios...?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Essa aproximação de negócio foi recente, agora. Foi a partir do ano passado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A partir do ano passado?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Conforme declarado no Imposto de Renda.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Naldinho declarou a nós ser proprietário de uma oficina, 3 concessionárias, um centro automotivo, uma mineradora de sucata, um sítio em Juquiá. De quais desses negócios aqui que exatamente o senhor tem participado?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Os 3 negócios de automóvel e a central de automóvel são uma coisa só, né?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - As 3 concessionárias...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não é concessionária. São 3 lojas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...uma oficina...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Uma oficina.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...um centro automotivo.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - São duas lojas em Santos e uma loja em São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nesta...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Nesse negócio. Nós tentamos entabular alguns negócios na área de mineração e de sucata que não conseguimos concretizar. Também tentamos comprar. Fiz uma proposta para aquisição de um terreno da Companhia Nipo-Brasileira de pesca, que também não deu certo. Não foi concretizado por motivos óbvios — eu estou aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual sua participação na sociedade, em termos de volume de...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Em termos de retorno que eu vou ter?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, não. Participação. Quantos por cento desse negócio pertencem ao senhor?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O senhor deve conhecer a sociedade em conta de participação. Eu fiz um negócio de resultado com ele. Conforme o resultado que ele me trouxesse, eu teria um lucro de aproximadamente 30% sobre o lucro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sobre o lucro. Para montar o negócio, o senhor fez um aporte de recursos.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Inicialmente, de 1 milhão de reais, que foi do ano passado. Mas não era negócio ainda, era um empréstimo. O negócio foi



convertido em março deste ano, março ou maio deste ano, numa sociedade em conta de participação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse empréstimo primeiro de 1 milhão de reais é coisa recente, então?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, esse empréstimo de 1 milhão de reais é do ano passado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, 2004.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - 2004.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa questão que o senhor falou da empresa Nipo-Brasileira de Pesca, isso não chegou a evoluir?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. Eu fiz uma oferta, essa oferta, com certeza, há de ser negada agora, e não foi para frente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E sobre a questão da empresa de limpeza de navios?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. O Ronaldo me falou a respeito. Ele estava tentando encaminhar, mas eu não tenho nada a ver com isso também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Além do senhor e do Ronaldo, quem mais é sócio nesse negócio?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Da Duarte Automóveis, eu e o Ronaldo só.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Somente vocês dois?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Na sociedade de conta de participação que eu fiz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E no negócio da sucata, quem mais seria sócio?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Seria mais ... O Edinho estaria com a gente, o Edinho, filho do Pelé, e empresários do setor, que não concluíram o negócio, se afastaram do negócio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Edinho seria sócio no negócio da sucata?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - No negócio da sucata.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas não tem participação nos outros negócios?



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. No negócio de automóvel, não. Ele ia abrir algumas apresentações para gente, que também acabaram não acontecendo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece o Edinho?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem relacionamento com ele?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Relacionamento recente. Nós tivemos duas, três reuniões no máximo. O relacionamento é esse. Mas com ele eu, sim, tinha negócio, estávamos tentando fazer negócio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como? Não entendi.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Com ele, sim, eu estava tendo interesse em fazer negócio, em continuar negócio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com o Edinho?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nesse esquema da sucata?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Da sucata, que não ocorreu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. E o Dr. Jorge? Esse que aparece, quem é?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O Dr. Jorge é o advogado do Ronaldo, que trabalha nas lojas, trabalha para o Ronaldo como advogado e cuida do patrimônio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É a pessoa que administra o...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O patrimônio das lojas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o Denilson Carioni Buziquia?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O Denilson Carioni Buziquia é sócio do Ronaldo. Com esse, eu não tenho negócio. Meu negócio é com o Ronaldo. Deputado, seria muito importante o conhecimento do que é uma sociedade em conta de participação. Acho que é art. 798 do Código Civil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se o senhor quiser discorrer sobre isso, fique à vontade.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. Sem o Código na mão, fica difícil. Mas sociedade em conta de participação é uma sociedade que tem um sócio oculto e um sócio aparente. Então, na nossa sociedade, eu era o sócio oculto e o Ronaldo, o sócio aparente. A gestão, a administração do negócio era por conta dele. Para mim,



ele tinha que dar conta de resultado. E a sociedade em conta de participação faz coisa jurídica entre as partes, apenas entre mim e o Ronaldo, ela não é para terceiros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como se fosse um contrato particular entre as partes.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR – Porém, ela é formal. Ela tem formalismo, ela existe...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Seria um contrato de gaveta formal?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - É. Seria boa colocação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se é que pudéssemos caracterizar..

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Só que ela... A origem da sociedade em conta de participação , no passado, foi interesse da Igreja de participar de negócios. É a história. Então, é dessa maneira que a gente constituiu o negócio. Então, operacionalmente, eu tenho pouca ingerência, interferência nos negócios. Eu ia, de vez em quando, dar uma olhada nas coisas, mas não...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor sabia da participação do Ronaldo nessa série de episódios que acabaram motivando essas denúncias e levando a toda esta situação?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, Excelência. (*Microfone desligado.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está desligado. Por gentileza, liguem aí.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. Eu desconhecia qualquer participação e continuo desconhecendo até hoje. Perante os fatos que eu cheguei aos fatos. Mas até então eu desconhecia totalmente. Havia, sim, o conhecimento de que ele havia sido preso no passado, estava lutando para sair, para ter uma vida digna, para sair para a vida em frente. Mas, absolutamente, eu desconhecia qualquer envolvimento com tóxico. Aliás, eu só vi ele trabalhar, não vi fazer outra coisa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhecia ou conhece o Nai?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desses pessoas das relações do...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Apenas o Edinho e o Ronaldo.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Apenas o Edinho e o Ronaldo. As demais pessoas...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Agora, estou preso com eles há 3 meses, evidente que os conheço, mas não os conhecia antes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Antes do episódio não...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...tinha tido nenhum... O senhor, por acaso, é proprietário de uma chácara em Ribeiro Pires?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, senhor. Eu tenho uma casa de praia em Parati.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma casa de praia em Parati. O que mais o senhor tem de patrimônio?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Tenho embarcações.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Imóveis?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Imóveis, eu tenho uma área de 16 hectares em Parati.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em Parati.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - No Estado do Rio de Janeiro também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em São Paulo, também alguma coisa? (Pausa.) Parati. O senhor chegou a se envolver em negócio de futebol?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Há uma desinformação aí. Eu vi o Ronaldo e o Edinho conversando sobre um goleiro (*Falha no microfone*.). Aliás, sempre fui um mau, um péssimo jogador. Não tenho nada com isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não teve nenhuma participação nem...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, a empresa do Edinho é uma empresa de desenvolvimento esportivo, em área específica para o Edinho. Global Esportes, alguma coisa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o negócio dos automóveis? Estava andando bem, estava dando lucro?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Muito bem. Estava indo muito bem. O negócio de automóvel estava indo muito bem. Infelizmente, está agora paralisado.



Foi uma posição açodada. Os veículos estão parados. Agora, realmente, o prejuízo é muito grande.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O negócio está parado?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Que eu saiba sim, Excelência, eu estou preso, tenho pouca informação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o senhor já estava tendo algum tipo de retirada?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, nós íamos começar a fazer um acerto de contas daqui para frente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tinha conseguido ainda....

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, estava investindo, estava com idéias de tocar outras coisas na área, locação de automóveis, algumas idéias. Agora, a loja estava auto-suficiente e se pagando, tanto que ele me pagou empréstimo regularmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O 1 milhão?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Pagou 50% disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele pagou 500 mil.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Mais ou menos 500 mil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor emprestou para ele 1 milhão e, depois, mais 1,5 milhão?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Um milhão, mais 1.5 milhão e fizemos uma nova operação de ... essa operação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todo esse dinheiro tinha como destino o negócio de automóveis.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - De automóveis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E por que o senhor foi preso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu gostaria de saber, Excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas o que seu advogado lhe disse, por que razão?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, eu fui preso, principalmente, foi uma operação açodada e apressada do DENARC, não foi outra coisa, na verdade, uma operação caça-níqueis. Tiveram a petulância de prender a minha família, a minha



mulher, meus dois enteados, minha nora, não levaram o cachorro porque não estava em casa, levaram a empregada. E, na hora de se ter o direito constitucional de chamar um advogado, chegou um advogado porta de cadeia lá e me pediu 130 mil reais para soltar a minha família. Esse foi o tipo de coisa que a gente teve nessa operação. Não me permitiram o direito constitucional de chamar meu advogado. Eu tenho toda a minha família de testemunha disso. Foi uma prisão arbitrária, enfim, estou respondendo e a Justiça há de aclarar isso, mas eu estou aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual a acusação que pesa contra o senhor?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Do DENARC, eu saí como associação ao tráfico, mas, na denúncia da nobre membro do Ministério Público, era arma, tráfico.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como membro da quadrilha, parte do grupo.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Como parte do grupo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por enquanto, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sr. Nicolau, o senhor disse que mora no Rio de Janeiro e tem uma atividade comercial.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, senhor. Eu disse que eu tenho uma casa em Parati, é uma das minhas residências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo, e o senhor mora aonde?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu moro em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - São Paulo. Como o senhor começou a ter essa atividade comercial lá na Baixada Santista, como foi?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A minha atividade, Excelência, é que tenho um contrato em conta de participação feito em São Paulo. Na Baixada, quem trabalhava era o Ronaldo. Na loja da Baixada, eu fui uma vez, apenas uma vez, ver a loja da Baixada. Minha atividade é em São Paulo, meus interesses são em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas o Sr. Ronaldo, quando aqui esteve, disse que, com 23 anos, ele foi preso por tráfico de drogas, cumpriu pena, saiu da cadeia e, desde então, foi tentando resolver a sua vida. E foi



trabalhando, se afastou do crime, e foi montando assim as suas lojas de automóveis. E disse o seguinte: “*eu saí da cadeia, não precisei procurar emprego, porque eu já tinha emprego, eu era Diretor do Sindicato dos Estivadores de Santos, e tenho tudo comprovado em Imposto de Renda. A minha loja eu abri com 200 mil reais. A partir daí, eu comecei a vender e comprar carros. Eu tenho um tio, chamado Nicolau, que investiu também um dinheiro em mim. E, desse dinheiro, eu fui fazendo virar*”. Depois, ele disse: “*ele me fez um empréstimo de 1 milhão de reais e, desse empréstimo, fui conseguindo pagar, conseguir honrar com meu compromisso*”.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Pontualmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele disse que o senhor investiu dinheiro nele, depois é que fez esse empréstimo. Antes do empréstimo, o senhor investia algum dinheiro?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O empréstimo que eu fiz para ele foi em 2004, conforme minha declaração de Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E depois o senhor investiu mais 1,5 milhão?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Na verdade, como eu recebi 500 mil reais, mais ou menos, eu investi mais 1,5 milhão para a conta de 2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Daí, perguntado o nome do seu tio, ele disse que era Nicolau Aun Junior.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A bem da verdade, eu não sou tio dele, ele me trata como tio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu sei, claro. Aí, ele diz que o senhor é herdeiro de uma fortuna da família, ou seja....

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, eu queria ter 3 coisas na vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não, diga.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A quantidade de mulheres que a minha ex-mulher achava que eu tinha; a inteligência que a minha mãe apregoava que eu tinha e o dinheiro que o pessoal da Praia Grande acha que eu tenho. Esse imaginário, para mim, seria....



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele disse que não tomou dinheiro emprestado do senhor, mas que o senhor viu o negócio dele crescendo, então, resolveu ser sócio dele.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu emprestei dinheiro para ele, depois, transformei numa sociedade, conforme eu declarei aqui. Os fatos são esses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele disse que o senhor tem uma parte na sociedade, tem um outro que é também, então, são 3 partes: uma do senhor, outra dele e outra desse terceiro sócio.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - É o que eu falei, eu tenho por volta de 30% do resultado; volta o meu capital e o lucro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. O senhor já esteve em algum outro país aqui da América do Sul?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, eu viajei o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, o senhor poderia dizer por onde é que o senhor viajou?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu já estive na Espanha, eu já estive no Oriente Médio, eu já estive no Estados Unidos, eu já estive na Argentina — eu trabalhei na Argentina, inclusive, muito tempo —, eu já estive no Paraguai, eu já estive no Peru, eu já estive na Bolívia, porque eu fui fazer o caminho de Machu Picchu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Esteve na Colômbia?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Venezuela?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. Os países que eu visitei eu falei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. E o senhor ia para atividades comerciais...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu fui a turismo. Quando eu fui ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Turismo. Mas em algum lugar o senhor trabalhou?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Trabalhei na Argentina.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Argentina. Ele disse que sua atividade, quando ele o conheceu, era o trabalho com TDAs.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu comprava cessões de crédito em TDA, as desapropriações que o Governo não paga. Então, eu comprava áreas que haviam sido desapropriadas, eu comprava os direitos e as revendia. Foi isso que eu fiz um bom período de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - No caso, era processo de reforma agrária que...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Processo de reforma agrária em que houve imissão de posse, imissão na posse e, para variar, o Governo não pagou; e eu comprava esses créditos e os revendia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. O senhor disse que não sabe a razão da sua prisão. O senhor poderia contar como foi a sua prisão, o senhor estava aonde e como o senhor foi preso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu estava deitado na minha cama, na minha casa e a minha mulher...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É porque esse microfone é meio...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu estava na minha casa, com a minha família, e fui preso em casa. Aliás, eu não fui preso, tinha uma ordem de busca e apreensão de armas. Eu tenho um revólver 38 registrado, essa é a arma que eu tinha em casa. E nós fomos convidados a ir à delegacia, ainda não era uma voz, não me deram voz de prisão e na delegacia, sim, me impediram que visse meu advogado e só veio a notificação 24 horas depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tanto o Naldinho como o Clóvis chegaram a insinuar que policiais que o prenderam...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eles não insinuaram, eles devem ter falado claramente, porque aquilo lá foi extorsão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De extorsão, o senhor também foi

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O advogado me pediu 130 mil reais para soltar minha família e para me enquadrar só no 14.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O advogado ou o delegado?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - No meu caso, foi o advogado, Dr. Muniz Jorge Filho, que estava conluiado lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. E algum agente, algum delegado também tentou....

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, para mim, diretamente nenhum pediu nada não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Pelo que tem aqui, Sr. Nicolau, segundo a denúncia, a acusação: Nicolau Aun Junior, Clóvis Ribeiro e Edson Cholby Nascimento seriam responsáveis pela parte financeira da organização. Vocês financiariam a organização, que teria vinculação com...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, eu estou fazendo a acusação para o senhor dizer se é verdade ou não.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não estou acusando o senhor. A Polícia que o acusa de ser responsável pela parte financeira, do senhor ser um investidor na organização e que, por trás de venda de carro e de imóveis, vocês tinham uma atividade criminosa, que seria tráfico de drogas e armas. O que o senhor diz disso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O papel aceita qualquer desaforo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor nunca esteve vinculado a uma atividade ilegal?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Criei 4 filhos, 2 filhas minhas, 2 filhos da minha mulher. Nunca nenhum deles teve qualquer envolvimento com tóxico. Eu não fumo, nem cigarro. Então, isso é uma ignomínia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Espero que a Justiça apareça, que eu possa me defender e entrar com uma indenização contra eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Disse que também...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu me sinto pessoalmente ofendido com isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Disse também que o senhor, que vocês eram uma espécie de trio que...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eles podem falar qualquer coisa. Eu mal conhecia o Edinho, o Clóvis, vim conhecer aqui. Atribuía ...isso que está se falando é pouco. A imprensa já foi mais longe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Que vocês eram consultores, uma espécie de consultores e eram responsáveis...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu não tinha nenhum envolvimento formal com Edinho. Estávamos tentando algum negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, né?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Tenho interesse, tive interesse de ter negócios com ele, mas não tinha nenhum negócio formal. Negócio formal eu tinha com o Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a atribuição maior do senhor é que o senhor concedia apoio logístico e o senhor determinava investimentos para Naldinho?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O Ronaldo conversa comigo. Tem que conversar, o dinheiro que está lá rolando é o meu. E nós pensávamos em outros negócios. Eu sou um homem de quase 60 anos, estar tendo o apoio de um rapaz com vontade de trabalhar... Era isso que a gente tinha. O resto é fantasia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor esteve em Ribeirão Pires alguma vez?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, há 20 anos, com certeza, eu trabalhava no Banco Nacional brasileiro e tentei colocar uma agência lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. É dito que havia uma chácara, na Rua nº 1, 1.400, que era freqüentada por vocês.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu queria que o senhor retificasse. Eu nunca estive nessa chácara, desconheço a chácara, não tenho nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só estou perguntando se o senhor esteve. Eu estou dizendo, estou colocando, não estou acusando o senhor. Não estou acusando o senhor. Estou colocando a acusação.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A acusação que foi feita...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se o senhor esteve alguma vez na chácara ..

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, não, não vou a Ribeirão Pires há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo, certo. Além disso, alguma vez, o senhor foi acusado de outra coisa além desta que o senhor está sendo acusado agora?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Sim, fiz uma venda, uma cessão de crédito para um cliente, cessão de crédito em TDA, por escritura pública, portanto, ato jurídico perfeito, mas o cliente usou para substituir um depósito judicial e o Ministério Público, para variar, açodadamente, moveu uma ação de estelionato. Como é que pode ser estelionato um ato jurídico perfeito. Como é que pode uma cessão de crédito, que é um objeto meio e não fim, objeto de discutir valores? É absoluto desconhecimento do assunto jurídico em pauta. Eu estou respondendo a esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor disse que tem uma casa em Parati, né?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Desde 1980 e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E, no Rio de Janeiro mesmo, o senhor tem alguma...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Hoje em dia, eu tenho um espólio, eu sou herdeiro da minha mãe, eu tenho um espólio a haver, mas não houve ainda a receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor alguma vez esteve no morro da Rocinha ou...?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Imagina, Excelência, imagina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, porque aqui diz...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Pode dizer qualquer coisa, pode falar que fui à lua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, eu estou perguntando só.

Nem no Morro do Turano, nunca esteve lá?



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Estive no Morro Santa Terezinha quando eu era escoteiro no Rio de Janeiro, em 1962.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. É dito que a organização teria vinculação com o Comando Vermelho e teria uma briga com o PCC e, por isso...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Nós fomos decretados de morte?.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Os que foram presos juntos com o Ronaldo foram decretados de morte. Isso que o Estado me fez: me colocou na mão de um estado, de uma força dentro do Estado, e queriam me matar, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem queria matar o senhor?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O PCC. Não a mim, a todos que foram juntos presos com o Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Agora, depois que eles apuraram, fizeram um serviço mais profundo e viram que eu não tenho nada a ver com o crime, nada a ver com o tráfico, nada disso, eles suspenderam a mim, ao Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas estariam prontos para assassiná-los porque vocês seriam membros do...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Quando nós fomos presos, foi comentado, portanto, eu devo a minha vida hoje ao Diretor da Penitenciária Franco da Rocha, que atento... No momento em que um sujeito, eles chamam de piloto, recebeu a ordem, recebeu a ordem de entregar a faca para ele nos matar, o Diretor, Dr. Sérgio — não me lembro o sobrenome —, conseguiu, naquele momento, nos tirar de dentro da cadeia porque a gente ia morrer mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor conhece o Sr. Clóvis Ribeiro?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Só para perguntar... Me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu queria saber um pouquinho desse negócio, que me preocupa, de organização criminosa agindo dentro do presídio. Eles tinham sentenciado vocês à morte?



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A notícia que nos chegou, por essas ironias do destino, nós estamos presos hoje junto com um dos fundadores do PCC, na galeria que nós estamos. Então, começa-se a ouvir muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Volta um pouco mais para...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Desculpa, eu não tenho prática. Mas, ao chegar na prisão, o Clóvis principalmente falou: "Eles vão nos matar aqui." Então nós falamos com o diretor que nos recebeu — aliás, uma ressalva, nós fomos sempre muito bem tratados no sistema penitenciário. Não houve maus-tratos, não teve nada disso. Teve um... Foram exacerbados os cuidados quando nos transportaram de São Paulo de volta para Bernardes, mas dá para entender a tensão que tem, um estado paralelo tentando pegar policial, a gente entende perfeitamente. Então, em momento algum fomos submetidos a maus-tratos. Mas, chegando lá em Franco da Rocha, avisamos que a gente estava pedido pelo PCC. Aí o diretor, no dia seguinte, ...quando a gente entra numa penitenciária...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Quem tinha avisado a vocês que estavam pedido pelo PCC?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Ficamos presos juntos. Todos os que estão envolvidos estivemos juntos presos no DENARC. E lá ficou falando muito numa guerra. Essa guerra era a tentativa de aniquilar o passado do Ronaldo. Os contatos dele, que ele teve. Eles mataram 14 em Santos. Aí...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Mataram 14 em Santos?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Aí falaram que...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E eram ligados a Ronaldo de alguma forma?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - No passado dele, tiveram alguma ligação com ele. Esses dados a gente ficou sabendo no dia. Quando nós fomos ao presídio, nós fomos ao presídio, nós avisamos ao diretor que nos recebeu. Aí nós entramos num regime chamado inclusão. Nós ficamos presos na inclusão. No dia seguinte pela manhã veio o Dr. Sérgio, o Diretor-Geral da Penitenciária de Franco da Rocha, a Penitenciária 2. Tem a 1 e a 2. Ficamos na 2, ficamos o Clóvis e eu. Quando o Diretor-Geral veio conversar com a gente, a gente falou o que estava ocorrendo porque estava a pedido... Ele falou: "Nesta cadeia eu garanto a vida de vocês. Se eu



souber de qualquer coisa, eu tiro vocês imediatamente". Então nós fomos para... saímos da inclusão e fomos para o RO. O RO é regime de observação.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Vocês eram quantos aí?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu e o Clóvis.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Só tu e o Clóvis?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - No regime de observação — vou explicar para as pessoas que não conhecem, tem o Faxina. O Faxina normalmente é um preso que trabalha ali fazendo um serviço. Então houve uma seqüência de faxinas indo conversar com a gente, quem éramos, por que estávamos. E estava extremamente público naquele momento, tinha televisão... Eles haviam visto. Existe televisão dentro da cadeia. Não existe em Bernardes, onde nós estamos, mas no sistema penitenciário tem televisão, tem rádio e tem tudo. Tem até telefone. E eles tiveram informação que nós fomos presos juntos com o Ronaldo. E com isso a ordem que o Faxina falou foi o seguinte: a ordem foi acabar com quem foi preso junto." Mas ele voltou depois para dizer: "Ah, não, não, aqui não tem nada". Na cadeia eu nunca me senti tão velho. Eles só me chamavam de velhinho. "O senhor nunca esteve na rua..." O Clóvis era amigo do Ronaldo desde o Exército. Então estava uma conversa de que a mim só me dariam uma surra, ao Clóvis matariam. Acho muito difícil acontecer, pois num fragor desses não vai ser bate naquele e mata o outro. Acho que não. Acho que a gente morreria. Mas o diretor, no momento da entrega da ordem — e a entrega da ordem é a hora de dar a faca — interceptou-a, por alguma maneira — graças a Deus! —, retirando-nos de lá. Ele acompanhou pela televisão. Havia um espaço de uns 40 metros entre nós. A cadeia estava "virando" — virando é sinônimo de começar um motim. Quando viram que a gente não estava, acabou o movimento ali. Mas todos os outros que foram presos, na cadeia onde estiveram, "viraram" a cadeia. Então, havia, sim, essa ordem para aniquilar a gente. Hoje a gente ouve falar que não tem mais a ordem. Tanto que estamos em Bernardes, que é uma cadeia de segurança máxima, para a nossa proteção. Lá os procedimentos são...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Permita-me, Sr. Presidente. Eu não entendi exatamente por que queriam matar vocês.



O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Porque fomos presos junto com o Ronaldo. A imprensa fez o favor de fazer essa divulgação absurda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, o senhor confirma a idéia de que havia uma disputa do Ronaldo com o outro grupo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Com o PCC.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Isso já fiquei sabendo quando estava preso. E havia...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dentro da cadeia existe uma animosidade entre o PCC e a turma do Ronaldo, a ponto de quererem matar vocês?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - E acho que não é só dentro da cadeia, porque mataram gente que trabalhou com o Ronaldo, no passado, na rua.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Fora também?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Fora também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Marcelo?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas há uma disputa real. A idéia é de que há uma guerra entre Ronaldo e o PCC.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - É... estando preso, eu não enxergo isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas se queriam matar vocês.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Sim. É o que estou falando. O senhor está me perguntando, estou dando minha opinião, estou conversando com o senhor. Estando preso, eu enxergo a coisa um pouco mais tranqüila. Mas naquele momento da nossa prisão isso era patente. Eu devo minha vida — e estou aqui falando com os senhores hoje — a um homem com "h" maiúsculo, que foi o Diretor da Penitenciária. Dr. Sérgio, se o senhor estiver me ouvindo, está aqui o agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pergunto ao Relator se V.Exa. ainda tem alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor falou que tinha sido herdeiro de um dinheiro. O senhor foi herdeiro de alguma coisa?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Sim, fui herdeiro do meu pai.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas deu muito dinheiro isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - O senhor não estava aqui quando foi perguntado, mas eu disse que não deve ser 5% do meu patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O seu patrimônio, o senhor calcula em quanto?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Por volta de 6 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Seis milhões, então, a herança não foi definitiva nisso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não. Eu trabalho desde 1965. Foi-me perguntado se eu tinha algum outro processo; sim, é uma cessão de crédito no valor de 3 milhões e 800 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor, então, não emprestou dinheiro para o Naldinho, o senhor investiu dinheiro com ele.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Desculpe-me, Excelência, mas o senhor estava ausente, essas perguntas já foram feitas. Eu emprestei 1 milhão de reais para o Ronaldo em 2004. Em 2005, no início deste ano, convertemos a diferença que faltava ele me pagar, alguma coisa por volta de 500 mil reais — que tinha tempo para pagar ainda —, investi mais 1,5 milhão e transformei numa operação de 2 milhões de reais, numa cessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o senhor investiu 2 milhões.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu investi inicialmente 1 milhão em empréstimo, converti depois em 2 milhões de reais em uma sociedade em conta de participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então. Isso, um terço ficou...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - A minha remuneração seria um terço do lucro mais o capital, no resultado, quando viesse. Mas isso já foi bem debatido anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Se essa participação foi de 2 milhões, então eu calculo que a sociedade tinha 6 milhões. É isso?



O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, o senhor perguntou qual era o meu patrimônio. Meu patrimônio é 6 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não... Digo: se o senhor tem um terço da sociedade, ele não fica com 6 milhões?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Excelência, seria bom a gente debater um pouco sobre o que é uma sociedade em conta de participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o senhor explica. Não tem problema.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - A sociedade em conta de participação é tipificada no Código Civil. Existe um sócio oculto e um sócio aparente. O sócio oculto era eu, o sócio aparente era o Ronaldo, pela Duarte Veículos. Foi feito o negócio com o Ronaldo e com a Duarte Veículos por um instrumento chamado "sociedade em conta de participação". É uma sociedade tipificada, é clara, é formal, só que ela faz efeito apenas entre as partes e não *erga omnes*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esse contrato existe onde?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - O contrato existe, formalizado materialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está no cartório isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - É um contrato que vale entre as partes. É formal porque tem um advogado que assina e está adequadamente formalizado pelo Código Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. E essa sua sociedade, o capital total dela era quanto?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu pus lá 2 milhões de reais.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não perguntei quanto o senhor botou, eu queria saber o capital total dela.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - O capital total dessa sociedade em conta de participação são os 2 milhões de reais que eu coloquei na mão do Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que esse microfone está ruim. Use esse aqui. *(Pausa.)*



Voltando.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Foi na sociedade em conta de participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, a sociedade em conta de participação, o senhor quer dizer que o senhor botou 2 milhões e o capital total dela é 2 milhões, é isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - A sociedade em conta de participação. Eu tenho os resultados que advirão dessas vendas e eu seria remunerado de volta no meu capital e uma participação nos lucros de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, das vendas. E isso o senhor colocou quando?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Dois milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei. Mas foi no final de 2004, no início...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não. Em 2004, foi 1 milhão de reais. No início de 2005, provavelmente em março, eu coloquei mais 1,5 milhão e transformei um empréstimo em sociedade em conta de participação. Esse documento existe, é só a gente trazer para cá. É mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não vejo problema nisso. O Naldinho diz que o capital dele dá em torno de 4,5 milhões, as empresas dele. É mais ou menos isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Com o que tem em automóveis investido e o que está girando, é alguma coisa por aí, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De 4,5 milhões. A que se deveu o sucesso do Naldinho, para dar tão certo isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Ele tem um tino comercial absoluto e é muito trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que ele tinha a fama de andar armado, inclusive tinha música...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Ele é ex-presidiário, Excelência, passou pelo crime, esteve no crime, foi traficante, foi preso, cumpriu cadeia, uma coisa que é muito forte — e peço licença para colocar —, é a convivência na prisão. A convivência na prisão é diuturna, 24 horas por dia. Existem... são trocadas



gentilezas. Na cadeia existe um verdadeiro socialismo. Então, o vínculo de um ex-presidiário — aliás, no meu futuro, eu pretendo me dedicar a recuperar algum ex-presidiário que não consegue emprego — é muito forte. Então, o vínculo do Ronaldo... e até um dos rapazes que está preso, o Ademir, foi preso com o Ronaldo no passado. Essa coisa... o senhor jamais vai ver um ex-presidiário de uma importante facção virar as costas para o outro. Não existe isso. Eu fui colocado num mundo agora onde eu criei amizades, e essas amizades hão de me acompanhar, queira eu ou não. Virão atrás numa oportunidade qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tenho dúvida disso. A minha dúvida em tudo isso se deve ao fato que o senhor está falando mesmo: ex-presidiário tem dificuldades. Por que o Naldinho teve facilidades?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Bom, em primeiro lugar, ele era ligado à Associação dos Estivadores, sofreu um acidente feio e foi aposentado. Ele teve um capital para iniciar. Ele iniciou o capital e estava indo muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele iniciou com quanto de capital?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu acho que 200 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Duzentos mil. Com 200 mil eu coloco uma... Esse foi o capital que ele ganhou lá dos estivadores?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Foi quando ele começou com as lojas. Eu ingressei com o capital para ele no final do ano passado, onde já vinha tendo sucesso, faltava capital de giro, eu soube que faltava capital de giro. Eu prefiro, eu preferi investir nele do que em qualquer outro investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês tinham oficina lá também?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Temos. Oficina, tudo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que recupera tudo?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Recupera, reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Quer dizer, ele juntou esse capital de 4.5 milhões só nas empresas, fora o que ele tinha mais em outras coisas.



O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu não posso responder por ele, Excelência. O movimento que estava existindo agora era o movimento das lojas, com o capital que eu pus, com o resultado de vendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele morava onde? Ele tinha um sítio também? Tinha um depósito na Dutra?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Tinha um sítio perto. O negócio na Dutra não aconteceu, Excelência, não se concretizou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não se concretizou o negócio da Dutra.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Até colocam que é uma mineradora. Como é que pode ter uma mineradora do lado da Dutra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. Mas era uma mineradora de sucata, quer dizer, que faz aquela seleção de sucata. Foi o que ele falou. Ele tem...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - O negócio estava muito bem encaminhado, mas nós não conseguimos concretizar, Excelência, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor ia estar junto com ele nessa mineradora?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Ah, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E para que é aquele prédio? O que vocês queriam lá?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Desculpe, Excelência, escapou. Eu sou meio surdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aquele prédio, o que vocês pretendiam nele?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não existe prédio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pelo que ele diz, tinha um galpão, uma coisa assim.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, tem uma área que, se nós conseguíssemos obter, a gente estaria nessa área explorando justamente o comércio de sucata. Mas não concretizou-se. Estava em vias de concretizar, muito próximo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E qual a vantagem de botar um comércio ali na Dutra?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - A proximidade com o Porto de Santos. A tecnologia que, no passado, impedia a extração de materiais mais nobres da nossa matéria-prima, que foi praticamente jogada fora, hoje em dia existe um comércio mundial para isso. Um dos negócios que surgiu, para o senhor ter uma idéia de como é a complexidade da coisa, era uma venda de arroz para Guiné-Bissau, a compra de sucata em Guiné-Bissau, para reexportar para os países de Primeiro Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tinha esse dinheiro, 2.5 milhões, o senhor tinha investido onde?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Normalmente, eu estava com ele líquido para comprar cessões de crédito ou títulos públicos, quando aparecessem, em dinheiro, em espécie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas aplicado onde?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não estava aplicado. Estava disponível, para eventuais possibilidades de negócio. Eu sempre tive líquido, dinheiro na mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não tinha aplicado esse dinheiro?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor registrou no Imposto de Renda?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Sim, senhor. A minha declaração deve estar aí, com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os 2.5 milhões líquidos?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, mais. Eu tenho líquidos 3 e 700.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Três milhões e 700. Na sua declaração agora de 2005?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - De 2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a de 2004, o que constava?



O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - A de 2005 em relação a 2004; 2004 é alguma coisa por aí também. Eu tenho esse dinheiro declarado no Imposto de Renda desde 1994, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desde 94 tem esse dinheiro. O senhor ganhou em que ele?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Graças a Deus! Ganhei em venda e compra de cessão de crédito, de TDA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Venda e compra de TDA?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, cessão de crédito em áreas desapropriadas que um dia se transformarão em TDAs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor tem 6 milhões desde 1994?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, tenho 6 milhões desde antes, Excelência. Eu comecei a trabalhar em 1965. Eu venho construindo o meu patrimônio ao longo dos últimos 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não estou perguntando o quanto o senhor construiu, eu quero entender... O senhor tem 6 milhões...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Por volta de 6 milhões. Já esteve um pouco acima, um pouco abaixo. Mas eu tenho esse patrimônio declarado pelo menos desde 94, desde 89.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desde 89 que tem por volta de 6 milhões em dinheiro sempre.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, tem patrimônio, tem casa, tenho áreas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, não. Não estou perguntando patrimônio, estou perguntando em dinheiro.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em dinheiro, o senhor tem declarado quanto?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Como estou lhe falando, por volta de 4 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E isso, desde quando que o senhor tem declarado esse dinheiro vivo?



O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Desde quando eu ganhei. Eu estou lhe dizendo que é desde 93, desde 92, desde 90, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu não estou entendendo, deixa eu lhe explicar por quê: uma hora o senhor diz que isso aí era o seu capital em casas, isso e aquilo; outra hora o senhor diz que isso é dinheiro que o senhor guardou no colchão.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Excelência, eu disse que tenho casa, tenho, e tenho dinheiro. E eu tenho dinheiro vivo, na minha mão. Eu escapei do Plano Collor, não sei do que que nós vamos escapar daqui para a frente, porque eu nunca confiei pôr dinheiro em banco; sempre em espécie, e declarado em espécie. O senhor pega a minha declaração, o senhor vai ver que ela está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu vou pegar depois, mas não peguei agora. Eu só queria saber o seguinte: por exemplo, 2005, o senhor tem declarado em espécie quanto? Não a sua declaração total, em espécie.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Em espécie, 3 milhões e 700.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Três milhões e 700 que o senhor tem em espécie, declarado. Em 2004, em espécie, o senhor tem declarado quanto?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu preciso olhar. Eu não estou tendo a precisão matemática, mas sempre aí, por volta de 4 milhões, 4.5 milhões, sempre em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sempre em dinheiro, declarado.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quais foram os seus outros investimentos, além do Naldinho?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu já lhe disse que a minha área prioritária era comprar cessão de crédito de TDA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas o senhor compra cessão de crédito de TDA...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - E as revendas. Comprava e vendia. Era essa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Onde que o senhor fazia essa negociação?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - No escritório que eu trabalhava, onde eu trabalhasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Mas isso tem uma corretora que faz? Como é que é?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, não precisa ter uma corretora. A cessão de crédito é um instrumento também entre particulares; a desapropriação de terra é isenta de Imposto de Renda, o senhor sabe disso, e o acessório segue o principal. Essas operações também são isentas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E com quem o senhor fazia esses negócios?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Com vários clientes, vários clientes, vários clientes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E isso o senhor bota no Imposto de Renda?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Na época oportuna, sim. Tanto que deu origem a esse capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que na época oportuna? Como assim?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Quando eu fiz essas operações, as operações foram comunicadas. Eu tenho ainda... A Receita, num determinado momento, discute a isenção, que é matéria constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isenção do...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Isenção do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De cessões de créditos?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quanto que o senhor tem em espécie, atualmente?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Em espécie, atualmente, eu tenho por volta de 1 milhão e 700.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por volta de 1 milhão e 700, mais 2.5 milhões investidos no negócio dos veículos. É isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - É isso. Na verdade, 2 milhões, Excelência. Na verdade, 2 milhões, eram 500 que foram transformados numa operação de 2 milhões.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Na sua Declaração de Imposto de Renda de 2004 relativo a 2003 consta esse recurso como em espécie?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Consta esse recurso em espécie. Na de 2001, na de 2002, na de 2000.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse dinheiro o senhor guardava em casa?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu me recuso a responder isso. O dinheiro...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor guardava ele em espécie?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Basta adequadamente. Por motivos óbvios, eu não vou dizer para o senhor onde eu guardava.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, a minha intenção não foi saber onde guardava.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu sei que não é a do senhor, mas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É porque não é comum, pelo menos, a pessoa guardar dinheiro. Apesar que agora seu placar tem ficado...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - É, apesar que, com os números que eu tenho ouvido, o meu dinheiro é nada, em relação a 42 milhões para campanha. Meu dinheiro é nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora, dinheiro... E quanto vale esse imóvel lá de Parati?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Eu acredito que valha alguma coisa em torno de 500 mil dólares.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esses 16 hectares?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, a minha casa. Os 16 hectares, é aleatório o valor ainda. Vai valorizar muito, mas... Pode valer, não lembro quanto que está declarado, mas pode valer uns 400 mil reais, 500 mil reais.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E além dessa casa em Parati, dos 16 hectares em Parati, o senhor tem algum outro imóvel?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São esses 2 imóveis?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - São esses 2.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, o seu patrimônio são esses 2 imóveis, o dinheiro que o senhor tem em espécie e os negócios que o senhor tem com o Naldinho. Mais alguma coisa?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse é o montante total das suas economias...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Conforme minha Declaração de Imposto de renda, é.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quando começou a sair essas notícias do Naldinho com relação a tráfico de drogas, o que o senhor falou para ele, qual foi o conselho que o senhor deu para ele?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu perguntei para ele qual era a veracidade dele estar no tráfico e ele me garantiu que estava fora do tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque antes de ser preso já tinham saído várias notícias envolvendo Naldinho nisso, até na morte daquele rapaz que era amigo dele, que era amigo de cadeia inclusive, que o senhor disse que é um vínculo que fica. Já tinha sido por 2 motoqueiros em razão desta disputa entre PCC e Comando Vermelho.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR – Eu não tinha essa clareza de informação que o senhor está passando, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, o que penso é o seguinte: Se eu investi 2,5 milhões num negócio e sai notícia de que o rapaz que investi, que não era seu sobrinho...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Deixa eu fazer uma retificação para a gente pautar. As notícias eu tive foram por ele, que começaram a matar gente que tinha



sido gente dele. Eu não ouvia notícias. Eu conversei com ele. Pura e tão-somente eu não tive nenhuma informação. A informação que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos supor que o senhor não viu jornal, não viu televisão ou coisa assim, porque o nome do Naldinho já estava famoso, não era uma coisa nova.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em Santos.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não digo em Santos, Excelência. Não saiu notícia alguma em São Paulo que mostrasse que o Ronaldo não é aquilo que conheço dele. Agora, após a prisão, vendo o volume de coisas, realmente. Mas antes, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Antes da prisão ele falou porque tinha gente que estava morrendo ali. Estava morrendo vinculada a ele. Aí o senhor perguntou: Vem cá, que negócio é esse? Por que estão matando? O que ele dizia?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Que era a pressão do DENARC para que ele voltasse ao tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que o DENARC estava matando as pessoas para ele voltar ao tráfico?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Era a história que ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor já viu uma coisa tão idiota a ser dita? Eu nunca vi uma coisa tão idiota a ser dita. Dizer que o DENARC estava matando gente para ele voltar ao tráfico.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O que se falou e o que a gente viu, algumas vezes que estive na loja do Ronaldo, um sujeito ia lá e ele ficava muito nervoso. Eu percebia ele nervoso. Conversando com ele na cadeia, ele me deu essa versão que lhe estou passando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, quero saber antes da cadeia.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Antes da cadeia, ele falou que era do passado, que era uma coisa que não tinha nada a ver com ele, que ele estava fora. Deixava muito claro que estava fora. Queria que o pessoal fosse lá ver que ele não



tinha nada a ver com isso. Na cadeia é que ele me deu essa versão que passei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas mesmo que era amigo dele? Quer dizer, o senhor, quando viu este negócio de pessoas vinculadas a ele sendo mortas, a primeira coisa seria perguntar. Acabei de falar aqui. Eu trabalho há 20 anos só em cargo bom e não consegui juntar 500 mil na vida. Quer dizer, sou muito incompetente.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Para as pessoas que têm 42 milhões para campanha, o nosso dinheiro é nada em relação a essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Devo ser mais incompetente ainda porque eu, felizmente, sempre vivi do meu salário, mas é um salário bom, salário de Deputado, um bom tempo. E se juntar tudo que tenho não dá 500 mil, isso porque não jogo, não bebo, não faço farra, não faço nada disso. De repente, vejo um milagre: um ex-presidiário, por exemplo, juntar 2 milhões em 4 anos. Quer dizer, eu não sei como um ex-presidiário em 4 anos junta 2 milhões. É um tino para um negócio louco. Só que esse ex-presidiário, que em 4 anos juntou 2 milhões, em 8 meses teve uma operação em cima dele mostrando que não foi tino comercial. Mostrou que foi tráfico de drogas, que tinha armamento junto, que essa guerra entre Comando Vermelho e PCC é porque ele era vinculado ao Comando Vermelho. Esse armistício que houve é porque, a partir do momento que tiraram ele de lá, houve um armistício entre Comando Vermelho e PCC no sentido de manter a Baixada sob o domínio do PCC e o Comando Vermelho se retirar. Então, ajeitaram um armistício lá entre eles. O senhor sabe da minha origem. Sou Delegado da Polícia Federal, fui Secretário de Segurança. Então, a gente sabe de todo esse esquema, como é que funciona e como é que deixa de funcionar. O que acho estranho, por exemplo, o senhor sabendo do passado dele e sabendo que mortes estavam acontecendo, eu imediatamente diria: Bom, tu estás indo bem nos negócios. Me dá meus 2.5 milhões aqui, que eu vou me recolher para meu lado.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Nós não tivemos tempo de que isso acontecesse, Excelência. Da escuta, quando eu entro no negócio e o negócio concluiu-se, à prisão não passaram 60 dias. Precisava, em primeiro lugar, não



acreditar nele como eu acredito. Tinha certeza de que não tinha envolvimento algum, que realmente estava fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora mudou essa certeza?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, Excelência, estou respondendo às suas evidências. Eu ainda, para mim, ele continua fora do negócio. Quero crer que ele não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mesmo depois de tudo isso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, estou preso. O que pior poderia ter acontecido para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ficar mais tempo preso ou alguém lhe ameaçar ou coisa diferente. E o senhor viu que se meteu no meio de um imbróglio desgraçado?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - É. Estou em Presidente Bernardes, que é uma prisão de segurança máxima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Num imbróglio que o coloca dentro de uma possível facção, o Comando Vermelho, atuando em narcotráfico. Aí ficou muito claro. Veja que até o filho do Pelé disse que comprava droga dele.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Ele retificou essa declaração, Excelência. Na audiência, ele disse que compartilhava a droga com o Ronaldo e não que comprava a droga dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compartilhava? O Ronaldo compartilhava com ele?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Isso que o Edinho declarou na declaração dele. Retificou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não faz muita diferença. No art. 12 cabe o compartilhar com outro. Fica tudo igual. Não faz diferença alguma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa sociedade com o Naldinho foi formalizada quando?



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Início deste ano aqui. Acho que em março, para ser preciso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ela consta na sua Declaração de Imposto de Renda?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Consta o empréstimo que foi do ano passado. Deste ano, só irá para a declaração do ano que vem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Na do ano passado consta só o dinheiro?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Um milhão de reais. E este ano tem o contrato...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A do ano passado consta 1 milhão de reais? Na declaração original?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Do ano passado. Ainda era... 2004 declaração de 2005.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. A declaração que o senhor entregou este ano relativa a 2004?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Está lá... consta o empréstimo de 1 milhão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um milhão. Na original? Não é retificadora?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Na original.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aparece lá o empréstimo de 1 milhão para o Ronaldo?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Para o Ronaldo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Diga-me uma coisa: A prisão dos senhores aconteceu quando?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Dia 6 de junho próximo passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse contrato aconteceu?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu acredito que tenha sido em março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em março que o senhor botou 2 milhões lá?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que compraram com esses 2 milhões em março?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Automóveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantos?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Depende do carro. Mas, se o senhor colocar em termos de carro popular, na faixa de 20 mil reais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já tinham as 3 revendas quando o senhor colocou os 2 milhões? Compraram alguma revenda nova?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. Tinha uma loja em São Paulo e uma loja em Santos. Com o investimento, ele comprou mais uma loja. Ele comprou em sociedade acho com o Denilson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele comprou em março?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não sei qual foi a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas ele comprou em março ou abril?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A sociedade em conta de participação, vou lembrar ao senhor, eu não tinha atividade executiva. Eu ficava esperando o resultado. Eu não tenho esses detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que me deixa na dúvida da sua boa-fé, por que é que o senhor ficou de sócio oculto?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque é uma figura jurídica que existe, tipificada, é desse jeito. É essa sociedade em conta de participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dessa figura jurídica, o senhor é bacharel, eu sou também, eu sei. Mas o sócio oculto é quando o sócio não quer aparecer. Por que o senhor não queria aparecer?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque é típico da sociedade, Excelência. O senhor pega o Código aí e lê. É mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é típico da sociedade. Eu quero saber por que o senhor escolheu isso. Por que o senhor não escolheu uma que o senhor aparecesse até com o nome lá na loja?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque eu pretendo advogar. Eu pretendo ser advogado. É isso o que eu quero fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o que tem a ver o advogado com ser sócio de uma firma de venda de carro?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, a sociedade em conta de participação não me dá o direito de entrar na gerência da sociedade, me dá o direito de pedir resultado, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, ela esconde seu nome na sociedade também, por isso é chamado sócio oculto.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que o senhor escondeu o nome? O que o senhor tinha...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não, não, eu não escondi o nome. Desculpe, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual era o receio...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não escondi o nome, eu escolhi uma sociedade simples de ser montada, que é a sociedade em conta de participação. É isso. Escolhi um tipo legal que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor acabou de me dizer que o senhor é o sócio oculto da sociedade.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - É o título. Mas chama-se de sócio oculto. O que vai se fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que se chama de sócio oculto, o senhor que é bacharel?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque é o tipo da sociedade. É uma sociedade que ela não é *erga omnes*, vale entre as partes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que está tão difícil de dizer isso? Eu achei estranho. Até agora o senhor está com um depoimento interessante. Mas, quando eu falei que o senhor queria esconder o seu nome na sociedade com o Naldinho, o senhor... Está difícil. Era simples. É dizer: “*Olha, eu não queria aparecer como sendo sócio do Naldinho*”. Pronto.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, eu não tive essa preocupação. Não é que eu não quis aparecer como sócio do Naldinho. O tipo de sociedade que nós escolhemos, que ele ia gerir, que ele ia tocar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor registrou em qual cartório isso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Ah... Excelência, por favor, vamos pegar o Código Civil e vamos ler. Não tem essa exigência. Ela tem de ser formal e vale entre as partes. O senhor, por favor, pegue o Código.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu já peguei o Código. É que, veja, eu estou mostrando que essa é a pisada na bola que o senhor deu, porque o senhor fez uma sociedade entre particulares, com o Naldinho, em que ainda assim o senhor é um sócio oculto.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que não regista em lugar nenhum. Ou seja, se a gente fosse buscar o sócio do Naldinho, nós não íamos achar em documento público nenhum.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, eu quero contraditar o senhor no seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então me diga.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A sociedade em conta de participação é tipificada e formalizada pelo Código Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Certo.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Qual é a formalidade dela? É um contrato que vale entre as partes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Certo.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Ela não tem efeito *erga omnes*. Então, é um contrato que vale entre as partes e não vale para terceiros. Não pode alguém me executar porque sou sócio de uma sociedade oculta. Só eu e o Ronaldo podemos nos executar. Parou aí. Essa é uma proteção para o capital. Prefiro pôr dinheiro no Ronaldo do que em qualquer outro banco. Essa foi a escolha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O interessante, eu acho, é que aí foi onde o senhor errou. Se o senhor tivesse feito uma sociedade com ele, registrada em cartório, tudo direitinho, tudo público, tudo bonitinho, eu acreditava que havia boa-fé de sua parte. Agora, no momento que o senhor fez uma sociedade secreta com ele — porque é só entre ele e o senhor —, e só um documento para lhe



resguardar, pedir de volta algum dinheiro, se por acaso acontecesse alguma coisa com ele...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O senhor está dizendo que a sociedade em conta de participação é uma sociedade ilícita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De forma nenhuma. Eu estou dizendo que a sociedade em conta de participação esconde um dos sócios. Compreendeu?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Mas ela está tipificada no nosso ordenamento jurídico, Excelência. E daí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não estou dizendo que ela não esteja tipificada. E o senhor é muito inteligente nisso.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O senhor está me atribuindo uma pisada na bola, nas suas palavras, por ter escolhido um tipo jurídico perfeito. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou, porque um tipo jurídico perfeito já lhe levou a um processo aí.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o tipo jurídico perfeito já lhe levou para outro, tanto é que o senhor está na cadeia. Então, o que quero lhe mostrar... O senhor é bem inteligente.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho até que o senhor é o mais inteligente desses que foram ouvidos dessa organização aqui.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não é nenhum mérito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Mas o que eu digo é que o senhor usou um tipo jurídico que lhe esconde numa sociedade. Estou lhe perguntando, desde o início, por que o senhor usou esse tipo e o senhor só responde...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque era o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor só responde que é um tipo jurídico perfeito, que é um tipo previsto no Código Civil. Isso tudo nós já sabemos. Quero saber o que lhe levou a escolher isso e não a fazer uma sociedade no cartório com ele, tudo direitinho.



O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque achei mais adequado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que o senhor achou mais adequado? Por que ele já tinha sido preso?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Não. Realmente, não. Realmente para não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Veja que essa seria a resposta mais tranquila sua, de dizer “*Olha, eu achei mais adequado porque ele era ex-presidiário, já tinha respondido por*” ... Aí eu acreditava no senhor.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, o senhor está dirigindo o pensamento, brilhantemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não estou dirigindo, estou mostrando o seguinte: o Naldinho é um traficante de drogas, é um traficante de armas, está condenado por isso, é uma quadrilha que chegou a um tamanho tal e a uma violência tal — isso que o senhor tem de saber — que chegou a bancar a briga com o PCC. Quer dizer, não é qualquer um que banca uma briga com o PCC, sabendo que o PCC manda em quase todo São Paulo. Ele cobriu a briga com o PCC, sendo ele do Comando Vermelho. E o senhor... Isso aí é público e notório, de tudo quanto é lado, o senhor sabia disso. O senhor chegou a falar com ele, antes de ser preso, que pessoas estavam morrendo ao redor dele por causa dessa briga. Quer dizer, aí o senhor me diz que botou 2.5 milhões em um negócio dele, que era um negócio muito... De repente, o Naldinho foi o maior vendedor de carro de Santos, de repente ele foi... Não foi. Ele conseguiu esse dinheiro não foi vendendo carro, não. Ele conseguiu esse dinheiro vendendo droga para criança, para adolescente. Foi vendendo droga desse jeito. Então, não tem... E o senhor, sabendo de tudo isso, usou o instrumento jurídico mais apropriado para o senhor.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência, o senhor está supondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não estou supondo.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O senhor está supondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não estou supondo. Isso é fato. O senhor usou o instrumento jurídico mais apropriado, que era o instrumento que escondia o seu nome de qualquer pesquisa que se fizesse, porque o único lugar onde ia aparecer o seu nome era no instrumento particular que, na hora que o



senhor achasse por bem, o senhor mostrava. Por exemplo, agora que o senhor foi preso, aí o senhor mostra, bota na Declaração de Imposto de Renda, bota em todos os negócios.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Desculpe, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, então esse é o fato que dá a mancada no fato. Fica difícil a gente acreditar. *"Oh, meu amigo, eu botei 2.5 milhões e agora tem um monte de gente morrendo ao seu redor. Me dá os meus 2.5 milhões. Tu já tens aí 2, 3 lojas, tu vais viver. Não tem esse negócio."* Quer dizer, o senhor disse que não tinha tempo para fazer isso, e o senhor botou 2 milhões em março, e ele juntou um monte. Quer dizer, em 2 meses ele comprou mais da metade dos carros que ele vendia.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Todo o capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em 2 meses, ele comprou mais da metade dos carros que ele vendeu em 5 anos.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Todo o capital que foi colocado está em automóveis. Isso é patente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, então ele não vendia carro nisso. Então, ele vendia drogas mesmo. Porque antes... Se tu compraste 2 milhões em carro em 2 meses...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então esses carros que foram apreendidos, se eu fizer as contas de cento e poucos carros, é o preço dos 2 milhões que tu botaste lá. O resto do dinheiro ficou onde?

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Mas é isso que eu estou dizendo para o senhor. O dinheiro que eu pus foi para automóvel e ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, eu sei que foi para automóvel e tal. Só que não fica, fica a desconfiança de todo o resto. Fica a desconfiança ...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Queria voltar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... que ele te usava devido a esse seu entendimento do mercado financeiro, esse seu entendimento e tal, que



ele te usava também para lavar dinheiro que ele ganhava nas drogas. Quer dizer, esse é o entendimento que fica sobrando para a gente.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O que eu gostaria de voltar com o senhor e a gente falar é o seguinte: o tipo legal que eu escolhi para uma sociedade é um tipo legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ninguém disse que não era.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O.K. Eu gostaria que isso ficasse claro, porque a suposição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só que é o tipo mais estranho de se utilizar, sendo que o cara tem um passado de traficante.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O Código Civil nasceu nesta Casa aqui, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não tenho dúvida disso.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esse tipo legal que aconteceu, ele foi para resguardar outras coisas, por exemplo, concorrências comerciais, coisa nesse nível, que querem esconder o participante para não fazer concorrências...

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - A Igreja, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... e cair de diversas formas. Agora, não foi feito, e pode ser utilizado, como o sistema financeiro foi feito para fazer negócios legais. Infelizmente, muito dinheiro sujo passa pelo sistema financeiro também.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Bom, mas então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - As medidas legais podem ser utilizadas por pessoas que respeitam a lei e por pessoas que tentam burlar a lei através das medidas legais.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu gostaria de acrescentar ao senhor o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o agravante seu não é o fato sozinho. O fato sozinho é um ato jurídico perfeito. Agora, o fato



recheado de tráfico de drogas, recheado de lavagem de dinheiro, recheado de quadrilha organizada, recheado de crime organizado, aí faz o ato jurídico perfeito estar sendo utilizado pelo crime organizado. É essa a diferença.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Só que a operação não é essa. A operação foi uma operação comercial e ponto pacífico. Não tem outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor não me respondeu até agora por que o senhor não queria aparecer como sócio do Naldinho.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Porque eu não queria aparecer em nenhuma outra sociedade. A minha vida estava boa como estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor acabou de dizer que confiava nele.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Eu confiava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que confiava mais nele do que nos bancos.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - Confio nele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Confiava, sabe que ele se recuperou, sabe que ele não tinha problema nenhum.

O SR. NICOLAU AUN JUNIOR - O senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sabe de tudo isso e não quer aparecer do lado dele.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - O senhor pode registrar que eu apareci, eu fiz um contrato tipificado, Excelência. Essa é a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não apareceu. Esse contrato é entre partes, que ficou guardado até o momento em que vocês foram presos. Esse é o problema.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - De acordo com o ordenamento jurídico, Excelência. Isso é o que gostaria que ficasse consignado. O senhor está tentando sempre conduzir para que era uma atividade criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não estou tentando conduzir para coisa nenhuma.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - É isso que estou sentindo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou mostrando que os indícios... e o senhor não me respondeu. O senhor não me respondeu a questão mais simples que eu fiz. Por que o senhor usou esse tipo de contrato para ele?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Excelência, eu respondi todas as perguntas que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, o senhor disse...

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... "porque eu achei adequado". Agora, por que o senhor achou adequado?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Porque não tinha nenhum outro envolvimento que não fosse um contrato, exatamente por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não respondeu nada.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Desculpe, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tudo bem que o senhor queira resguardar o Naldinho. A questão é que eu acho que o senhor está querendo resguardar o Naldinho. Eu não vou me alongar mais nisso. Não tem razão de ser. Compreendeu? O senhor tem o direito de querer resguardar o Naldinho, o senhor era sócio dele, não é? Pela convicção de que essa sociedade chegou até a uma sociedade criminosa é que o senhor está preso. Essa foi a convicção do Judiciário, que essa sociedade não foi só essa sociedade formal, legal, mas foi uma sociedade criminosa também. Agora veja, por mais inteligente que a gente seja, há uma hora em que a gente pisa na bola, e o senhor deu uma pisada na bola nesse momento.

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - O senhor me desculpe. Desculpe discordar do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Então eu... o Relator tem alguma coisa?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Não, senhor. Só uma... O outro processo a que o senhor responde é sobre o quê?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Por estelionato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Relativo a?



O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - A uma cessão de crédito em direito creditório.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - COMPAGÁS, é isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - COMPAGÁS Distribuidora de Gás Ltda., apresentação de certidão falsa de TDAs. Essa é a denúncia?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Essa é a denúncia, o que o eminente membro do Ministério Público não leu, que era uma cessão de crédito em expectativa de TDAs. Isso estava ... através de um instrumento público, uma cessão pública.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Isso é de que ano? Noventa e nove, é isso?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Noventa e oito, 97.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Além desse, o senhor tem algum outro processo ou não?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - OK. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom. Vou lhe dar uma chance final. O senhor quer falar tudo que sabe sobre a quadrilha do Naldinho?

O SR. NICOLAU AUN JÚNIOR - Excelência, eu falei tudo que eu sei. Se o senhor quiser fazer mais alguma pergunta, estou a suas ordens. Eu não tenho nada para acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem nada para acrescentar, está dispensado.

Está encerrada a presente sessão.